

DISCUTINDO OS SERTÕES

Ciência, Educação e Saúde

JUCIENE BATISTA FÉLIX ANDRADE
PAULA REJANE FERNANDES
ORGANIZADORAS



Coleção Discutindo os Sertões
Organizadores: Antonio Oliveira e Helder Macedo

DISCUTINDO OS SERTÕES

Ciência, Educação e Saúde

JUCIENE BATISTA FÉLIX ANDRADE
PAULA REJANE FERNANDES
ORGANIZADORAS



Coleção Discutindo os Sertões
Organizadores: Antonio Oliveira e Helder Macedo

1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

Comissão Científica

Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva (UFRN)

Adson Rodrigo Silva Pinheiro (Doutorando – UFF)

Alexandre Gomes Teixeira Vieira (Doutorando – UFPE)

Ana Maria Veiga (UFPB)

Anderson Dantas da Silva Brito (UFOB)

Ane Luíse Silva Mecnas Santos (UFRN)

Avohanne Isabelle Costa de Araújo (UFMA)

Cláudia Cristina do Lago Borges (UFPB)

Dayane Nascimento Sobreira (UEPB)

Emanuel da Silva Oliveira (Doutorando – UFRPE)

Evandro dos Santos (UFRN)

Fabricio Lyro Santos (UFRB)

Francisco Ruy Gondim Pereira (SEDUC/CE)

Jailma Maria de Lima (UFRN)

Janaína Freire dos Santos (FACHUSST)

José Ferreira Júnior (FAFOPST)

Laila Pedrosa da Silva (SANA - UFPI)

Laísa Fernanda Santos de Farias (Doutoranda – UFRN)

Leandro Vieira Cavalcante (UFRN)

Lívia Brenda da Silva Barbosa (UERN)

Marcílio Lima Falcão (UERN)

Olívia Moraes de Medeiros Neta (UFRN)

Renata Felipe Monteiro (SME/Fortaleza)

Rosenilson da Silva Santos (UERN)

Sarah Campelo Cruz Gois (IFRN)

Sebastião Genicarlos dos Santos (Doutorando – UFRPE)

Tyego Franklim da Silva (SEEC-RN)

Yan Bezerra de Moraes (SEDUC/CE)

Imagem da capa: Barragem do Manhoso, março/2024.

Crédito: Helder Macedo (@homem.do.ceu)

Esta obra foi revisada por pares

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

DISCUTINDO OS SERTÕES: Ciência, Educação e Saúde [livro eletrônico] / Juciene Batista Félix Andrade; Paula Rejane Fernandes (Organização) — 1. ed. — Alegrete, RS : Editora TerriED, 2024.

PDF—

ISBN 978-65-84959-96-5

1. Educação

23-147990

CDD-370-1

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas 611.0



10.48209/978-65-84959-96-5

COLEÇÃO DISCUTINDO OS SERTÕES

Os livros que compõem a coleção **Discutindo os Sertões** materializam o esforço de pesquisadores que apresentaram resultados de suas investigações científicas, remotamente, em 2022, durante a V Jornada Nacional de História dos Sertões – I Colóquio Regional Sertões, Tempo, Espaço e Natureza - 120 anos de “Os Sertões”. O evento teve como objetivo geral proporcionar um compartilhamento de saberes acadêmicos sobre o domínio temático da História dos Sertões a partir do cruzamento de esforços institucionais que partiram, nesse caso, do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura em Sertões Coloniais: história e historiografia – Sercol. A V Jornada Nacional apostou no fortalecimento desse campo - o da História dos Sertões -, a partir da confluência de pesquisadores da História e das Humanidades para importantes discussões de temas a ele correlatos, sobremaneira, ligados aos 120 anos da obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha.

O evento se constituiu enquanto uma ação de continuidade da IV Jornada de História dos Sertões – Caminhos e Sertões: território e fronteiras, edição de 2021. O evento deveria ter se realizado presencialmente em Caicó (RN), no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da UFRN, porém, o fluxo da pandemia de Covid-2019, impossibilitou que isso acontecesse. A programação sênior (conferências e mesas) foi realizada no Canal do PPGHC no Youtube (<https://www.youtube.com/ppghc.ufrn>), enquanto os simpósios temáticos e minicursos, na Plataforma *Google Meet*.

Os capítulos que compõem os livros da coleção **Discutindo os Sertões**, desse modo, contribuem para o fortalecimento do campo da História dos Sertões, ao proporem reflexões sobre sua polissemia e as diferentes possibilidades de pesquisa dentro desse tema. Demonstrem o compartilhamento de saberes sobre experiências humanas ocorridas em diversos tempos e espaços no atual território brasileiro, reforçando a ideia da imprescindibilidade da difusão do conhecimento

científico. Esperamos, assim, que os textos aqui apresentados proporcionem outros diálogos e novas experiências de contato com a História.

Antonio José de Oliveira

Professor do DHC-UFRN e do PPGHC-UFRN

Organizador da Coleção Discutindo os Sertões

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Professor do DHC-UFRN, do PPGHC-UFRN e do PPGH-UFRN

Organizador da Coleção Discutindo os Sertões

SUMÁRIO

Apresentação.....	10
--------------------------	-----------

Juciene Batista Félix Andrade

Paula Rejane Fernandes

CAPÍTULO 1

Educação para saúde e alimentação no programa “Aprenda em sua casa” (Rádio Rural, décadas de 1970 e 1980).....	14
---	-----------

Karollainy Kennya Dias de Medeiros

Juciene Batista Félix Andrade

doi: 10.48209/978-65-84959-96-0

CAPÍTULO 2

Instituições disciplinares e o assistencialismo: controle social, migrações e jornadas no Ceará dos oitocentos.....	23
--	-----------

Thiago Alves da Silva

doi: 10.48209/978-65-84959-96-1

CAPÍTULO 3

Manifestações do útero: concepções médicas acerca da menstruação e suas causas na obra Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira no século XVIII em Minas Gerais.....	36
--	-----------

Gessica de Brito Bueno

Christian Fausto Moraes dos Santos

doi: 10.48209/978-65-84959-96-2

CAPÍTULO 4

Nas entranhas do poder: o município de São Francisco/MG no planejamento da Comissão do Vale do São Francisco (1946-1963)....	51
---	-----------

Stéfany Tâmara Martins Queiroz

doi: 10.48209/978-65-84959-96-3

CAPÍTULO 5

Os serviços de saúde pública no Piauí a partir do Subposto de David Caldas (1938-1945).....	70
--	-----------

Rakell Milena Osório Silva

Joseanne Zingleara Soares Marinho

doi: 10.48209/978-65-84959-96-4

CAPÍTULO 6

A presença dos sertões nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em História de universidades públicas da Bahia.....83

Rayane Catiuce Vilastro Alves

Anderson Dantas da Silva Brito

doi: 10.48209/978-65-84959-96-6

CAPÍTULO 7

Escola Monsenhor Manuel Vieira: Um Patrimônio da Capital do Sertão (Patos-PB).....94

Wesley Leon Nunes de Oliveira

doi: 10.48209/978-65-84959-96-7

CAPÍTULO 8

Grupo de Pesquisa Sertania e Educação: memórias vividas no sertão de Euclides.....109

Thaise de Santana Lopes

Walter Pinheiro Barbosa Junior

doi: 10.48209/978-65-84959-96-8

CAPÍTULO 9

O ENA na Revista Adventista em 1972: oásis do Nordeste?.....122

Moizés Saboia da Silva

doi: 10.48209/978-65-84959-96-9

CAPÍTULO 10

Um lugar de memórias no sertão arqueológico: (re)pensando o ensino de História Local para as comunidades do entorno do sítio Lajeiro do Escrivão (São João do Sóter-MA).....135

Maykon Albuquerque Lacerda

Jakson dos Santos Ribeiro

doi: 10.48209/978-65-84959-96-A

CAPÍTULO 11

Raimundo Guerra, um educador parelhense.....150

Marecilda Bezerra de Araújo

doi: 10.48209/978-65-84959-96-B

Sobre as Autoras e os Autores.....167

Índice remissivo.....170

APRESENTAÇÃO

Os onze (11) artigos reunidos na coletânea *Discutindo os sertões: ciência, educação e saúde* formam uma miríade temática que privilegia reflexões diversas sobre os sertões e que tangenciam experiências históricas em diferentes temporalidades, temáticas e abordagens.

O primeiro texto da coletânea é de autoria de Karollainy Kennya Dias de Medeiros e Juciene Batista Félix Andrade intitulado “*Educação para a saúde e alimentação no programa Aprenda em sua casa (Rádio Rural, décadas de 1970 e 1980)*”. O texto apresenta uma reflexão sobre o MEB (Movimento de Educação de Base) e suas contribuições nos processos educativos para as populações do sertão do Seridó Potiguar entre as décadas de 1970-1980. Enfoca ainda o papel da Rádio Rural da cidade de Caicó/RN e do programa “Aprenda em sua Casa” sobre as temáticas de saúde e alimentação.

Thiago Alves da Silva apresenta em “*Instituições Disciplinares e o Assistencialismo: Controle social, Migrações e Jornadas no Ceará dos Oitocentos*” uma ponderação sobre duas instituições assistenciais, a Colônia Orfanológica Christina e o Asilo de Mendicidade, no Ceará no fim do período imperial e de grande seca. É enfatizado o discurso modernizador das instituições e destaca-se as práticas isolacionistas de elementos indesejáveis no espaço urbano da capital Fortaleza.

Os autores Gessica de Brito Bueno e Christian Fausto Moraes dos Santos em “*Manifestações do Útero: Concepções médicas acerca da menstruação e suas causas na obra Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira no século XVIII em Minas Gerais*” destacam como fonte de considerações o Erário Mineral, documento pesquisado para reflexão acerca das práticas médicas de Luís Gomes Ferreira, médico, em sua estadia na América Portuguesa, em Minas Gerais. A investigação aponta procedimentos, remédios, substâncias abortivas, ervas dentre muitas outras no tratado médico.

Stéfany Tâmara Martins Queiroz “*Nas entranhas do Poder: O município de São Francisco/MG no planejamento da Comissão do Vale do São Francisco (1946-1963)*” perquire acerca da constituição da Comissão do Vale do São Francisco – CVSF em 1948, objetivando o desenvolvimento regional por meio da exploração dos recursos naturais daquela espacialidade, especialmente o meio hídrico, a exemplo do setor elétrico e agrícola. Acompanha as relações políticas, econômicas e técnicas entre o Brasil e os Estados Unidos e os acordos de cooperação entre os dois países no processo de combate ao subdesenvolvimento, crescimento e progresso regional e os interesses políticos em torno destes projetos.

Rakell Milena Osório Silva e Joseane Zingleara Soares Marinho em “*Os serviços de saúde pública no Piauí a partir do subposto de David Caldas (1938-1945)*” analisa as políticas públicas no governo de Getúlio Vargas, com a criação do MESP (Ministério da Educação e Saúde Pública) e os cuidados com a saúde baseados em uma medicina preventiva e curativa. No governo estadonovista, as campanhas sanitárias ganharam destaque assim como a reestruturação do DNSP (Departamento Nacional de Saúde Pública) e as campanhas de saúde para os estados do Nordeste. Aponta-se no texto o estado do Piauí nos governos interventores de Landry Salles Gonçalves e Leônidas de Castro Mello e a experiência do subposto de David Caldas com atendimentos ambulatoriais, tratamentos para diversas doenças e distribuição de medicamentos.

Os autores Rayane Catiuce Vilastra Alves e Anderson Dantas da Silva Brito em “*A presença dos Sertões nos projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em História de Universidades Públicas da Bahia*” expõem uma análise sobre a presença do termo Sertões nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em História nas universidades públicas da Bahia. Examinam a presença/ausência nas estruturas curriculares em questão. A investigação aponta que embora os estudos sobre os sertões apresentem grande produção historiográfica, nos currículos das universidades elencadas, percebe-se a ausência do termo.

De autoria de Wesley Leon Nunes de Oliveira o texto a “*Escola Monseñor Manuel Vieira: um patrimônio da Capital do Sertão (Patos – PB)*” tem

como objeto de estudo a escola Monsenhor Manuel Vieira, importante instituição de ensino localizada na cidade de Patos, sertão paraibano. O autor problematiza como se constituiu a ideia de tradição para o referido espaço escolar. Aponta como o prédio que abriga diversas instituições é um lugar de memória e patrimônio cultural para a cidade. O texto contribui para pensar a educação no que tange a materialidade escolar nos sertões paraibanos.

De Thaise de Santana Lopes e Walter Pinheiro Barbosa Júnior o “*Grupo de Pesquisa Sertania e Educação: memórias vividas no Sertão de Euclides*” apontou para o processo histórico de consolidação do grupo de pesquisa Sertania e Educação em meados de 2003, ocorrido no Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres), tendo como sujeitos desse processo os professores Adailson Tavares de Macedo e Walter Pinheiro Barbosa Junior. Na ocasião, a proposta passou pela ideia de “estudar-se para estudar o outro”. A proposta do grupo transcorreu acerca da valorização de elementos de um *ethos* seridoense.

Moizés Saboia da Silva em “O ENA na Revista Adventista em 1972: Oásis do Nordeste?” reflete sobre a presença da igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) no Brasil e a sua rede de ensino, os institutos de educação como ferramenta na divulgação de sua ideologia de crença. O ENA (Educandário Nordeste Adventista), centro educacional surgido em 1943 e de grande relevância para a divulgação por meio do processo educacional da ideologia da crença cristã adventista na região Nordeste.

Maykon Albuquerque Lacerda e Jakson dos Santos Ribeiro em “*Um lugar de Memória no Sertão arqueológico: (re) pensando o ensino de História Local para as comunidades do entorno do Lajeiro do Escrivão (São João do Sóter – MA)*”, tratam da pesquisa em torno do Sítio Lajeiro do Escrivão, localizado no estado do Maranhão, no município de São João do Sóter, sertão maranhense. Aborda sob a perspectiva do Patrimônio Arqueológico e a relação com o lugar de memória. Por meio da Educação Patrimonial, mobiliza-se os saberes locais e a história local para o processo de aprendizagem e consciência histórica no sertão maranhense.

Por fim, e não menos importante, Marecilda Bezerra de Araújo em “Raimundo Guerra, um educador Parelhense” trata da trajetória profissional e intelectual do professor Raimundo Guerra e sua atuação frente ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco, instituição de ensino e educação da cidade de Parelhas, Rio Grande do Norte.

Os textos referem-se a uma polissemia de sertões e de experiências históricas em diversas entradas. Dessa maneira, desejamos uma boa experiência de leitura!

Juciene Batista Félix Andrade

Professora do DHC-UFRN e do PPGHC-UFRN

Organizadora do volume *Discutindo os sertões: ciência, educação e saúde*

Paula Rejane Fernandes

Professora do DHC-UFRN e do PPGHC-UFRN

Organizadora do volume *Discutindo os sertões: ciência, educação e saúde*

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO PARA SAÚDE E ALIMENTAÇÃO NO PROGRAMA “APRENDA EM SUA CASA” (RÁDIO RURAL, DÉCADAS DE 1970 E 1980)

Karollainy Kennya Dias de Medeiros

Juciene Batista Félix Andrade

Doi: 10.48209/978-65-84959-96-0

Uma análise inicial acerca do Movimento de Educação de Base

Primordialmente, o Movimento de Educação de Base tem início na década de 1960, pautado na ideia de progresso e desenvolvimento social através da educação. O MEB surge como um amparo para promover uma mudança nos índices de alfabetização e escolaridade no país nesse contexto. Desse modo, o Movimento de Educação de Base conta com apoio Federal e de alas progressistas da Igreja Católica. “Entre as diversas propostas de trabalho com as camadas populares, o MEB se concretizou por meio de um convênio entre a Presidência da República e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em março de 1961, no Governo Jânio Quadros”. (Peixoto Filho, 2010, p. 21).

Outrossim, o Movimento de Educação de Base inicia suas atividades ainda na década de 1960, utilizando o Rádio como principal instrumento de propagação didático pedagógico. Ressalta-se, que o MEB teve um maior desempenho de aulas e ações, nas regiões consideradas menos favorecidas do país. Como, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Bem como, com intuito de proporcionar um desempe-

nho educativo de qualidade para os ouvintes/alunos, o Movimento de Educação de Base, fracionou-se por meio de Sistemas Radiofônicos.

A influência do Movimento de Educação de Base mobilizou campanhas reconhecidas por viabilizar o processo de alfabetização nas regiões citadas anteriormente. Como também, a criação das cartilhas educativas que auxiliavam na alfabetização dos ouvintes/alunos. Assim, nota-se, a contribuição do MEB para a educação e desenvolvimento nesse cenário.

O Movimento de Educação no Seridó através da Rádio Rural, Caicó-RN, 1970-1980

Nesse sentido, o projeto de pesquisa se propõe a analisar o Sistema da Rádio Rural, MEB, Caicó-RN, no recorte temporal entre às décadas de 1970-1980, enfatizando o papel do Programa Aprenda em sua casa como contribuição a educação voltada para saúde e alimentação ao público do MEB.

O Movimento de Educação de Base se estabeleceu no Seridó Potiguar por meio da Rádio Rural, Sistema, Caicó-RN. Dessa forma, as programações/aulas do MEB, eram feitas por intermédio do Rádio. Bem como, contavam com a presença do auxílio dos chamados monitores em determinados momentos, que, davam suporte ao processo de ensino, tirando dúvidas e divulgados materiais didáticos, por exemplo: Apostilas e Cartilhas.

Ademais, as programações/aulas traziam a exposição de diferentes assuntos, desde uma educação voltada para alfabetização/português, matemática, ciências, como, saúde, alimentação, política, debates sobre o cotidiano da zona rural. Percebe-se, que a educação promovida pelo MEB, ia além de elementos tradicionais, buscando se aproximar de temáticas ligadas ao seu público, e expor temáticas pouco debatidas durante esse período. “Sempre a partir dos estúdios dessa Rádio, concomitantemente ao trabalho de assessoramento grupal, foram veiculados cursos diversificados, tais como: Educação Sanitária, Moral e Cívica, Cooperativismo, Higiene e Saúde, Sindicalismo, dentro diversos outros.” (Medeiros, 2008, p. 265).

Além disso, o Movimento de Educação de Base no Seridó, promovia ações e cursos de cunho social, cultural e profissionalizante para as cidades/comunidades da região. Havia a presença desses cursos profissionalizantes com o objetivo de mostrar uma outra face educativa. Como também, as ações culturais e sociais, voltavam-se para fomentar o acesso ao esporte e lazer para os sertanejos seridoenses.

Educação para saúde e alimentação no programa “Aprenda em sua casa”

O recorte temporal da pesquisa é referente ao processo de Ditadura Militar no Brasil. Assim, é por meio desse contexto que se baseiam as ideias acerca do trabalho que ainda está em fase de desenvolvimento. Partindo da análise documental feita no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC), no Acervo do Movimento de Educação de Base, foi possível localizar uma pasta contendo o curso de Educação e Higiene, denominado de: “Aprenda em sua casa”.

Conforme o prosseguimento da pesquisa documental, entende-se, que o Programa Aprenda em sua casa teve início nos anos 1970, precisamente, em 1973, ocorrendo até o início dos anos 1980. O Programa aprenda em sua casa, montado em formato de curso, sob responsabilidade do MEB, voltava-se para educar e informar no que concerne a elementos do cotidiano do seu público ouvinte, algo que é característico do Movimento de Educação de Base, ensinar através de exemplos cotidiano, ou, instruir sobre esses acontecimentos.

Em relação ao programa/curso trabalhado, às questões ligadas a saúde, alimentação e higiene, estavam presentes. Como também, o MEB, buscava educar para além de uma educação formal. Sendo assim, as temáticas abordadas correspondiam com metodologia de ensino do Movimento de Educação de Base. Os assuntos expostos, permitiam educar os alunos/ouvintes para temas que possuíam pouco acesso à informação. Por conseguinte, mostrar esse conteúdo no curso/programa, contribuía diretamente para compreender aspectos do dia a dia.

Partindo de uma investigação, pautada na Lei 5.692 de 1971 que em seu artigo 7º inclui “... os Programas de Saúde nos currículos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus” e o parecer de 1974 nº 2.264 do CFE. Como também, na década de 1970 foi criada a Lei nº 5.829 de 30 de novembro de 1972, constituindo o INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) e em fevereiro de 1976 emergiu o segundo Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN) em execução até 1984.

Levando em consideração, o início do Programa Aprenda em sua casa, ainda na década de 1970, no ano de 1973, através da análise documental no Acervo do MEB no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC/CERES), é possível perceber que nesse recorte temporal há preocupação sobre a nutrição e alimentação dos sujeitos. Dessa forma, a hipótese do projeto de pesquisa, ainda em andamento, é que esses aparatos jurídicos possuem ligação direta com o surgimento do Programa Aprenda em sua casa.

Ainda sob essa perspectiva, levanta-se, que, a proximidade dos recortes temporais da implementação do curso Aprenda em sua casa, bem como, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), e, o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), tem o objetivo de ensinar acerca de requisitos e elementos voltados para alimentação e nutrição, majoritariamente, nas localidades que possuíam mais casos de problemas de saúde, decorrentes da ausência de uma alimentação e nutrição regular/saudável, como também, menos acesso à informações dessa esfera.

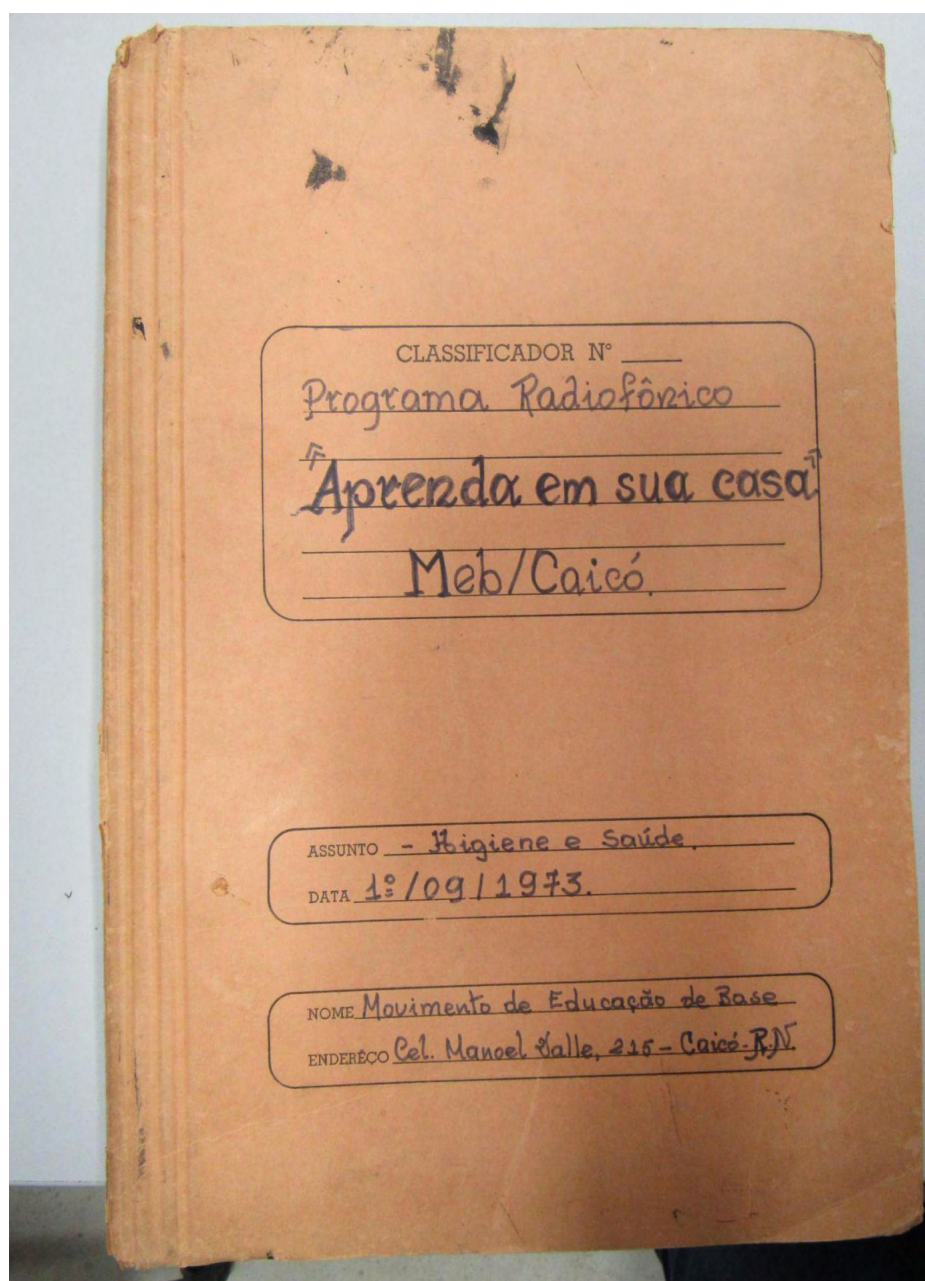
O Programa Aprenda em sua casa, seguia a linha de ensino do Movimento de Educação de Base. Contendo na introdução à apresentação ao programa, em seguida apresentava-se os saberes populares acerca do assunto que estava sendo trabalhado/estudado. Após esse momento inicial, o programa realizava a exibição de conhecimentos científicos relacionados com a temática abordada.

Além de que o Programa contava com a didática do MEB de ensinar através de exemplos do cotidiano, com intuito de gerar uma proximidade com o público ouvinte/alunos para facilitar o processo de aprendizagem e mostrar na prática como resolver/lidar com uma situação semelhante. Consequentemente, esse

curso proporcionava uma educação voltada para a alimentação e nutrição, como: Quais os alimentos corretos para serem consumidos em caso de determinada doença, ou, exibindo como fazer o processo adequado de higienização dos alimentos. À vista disso, vale expor duas fontes utilizadas que dão suporte para essa hipótese.

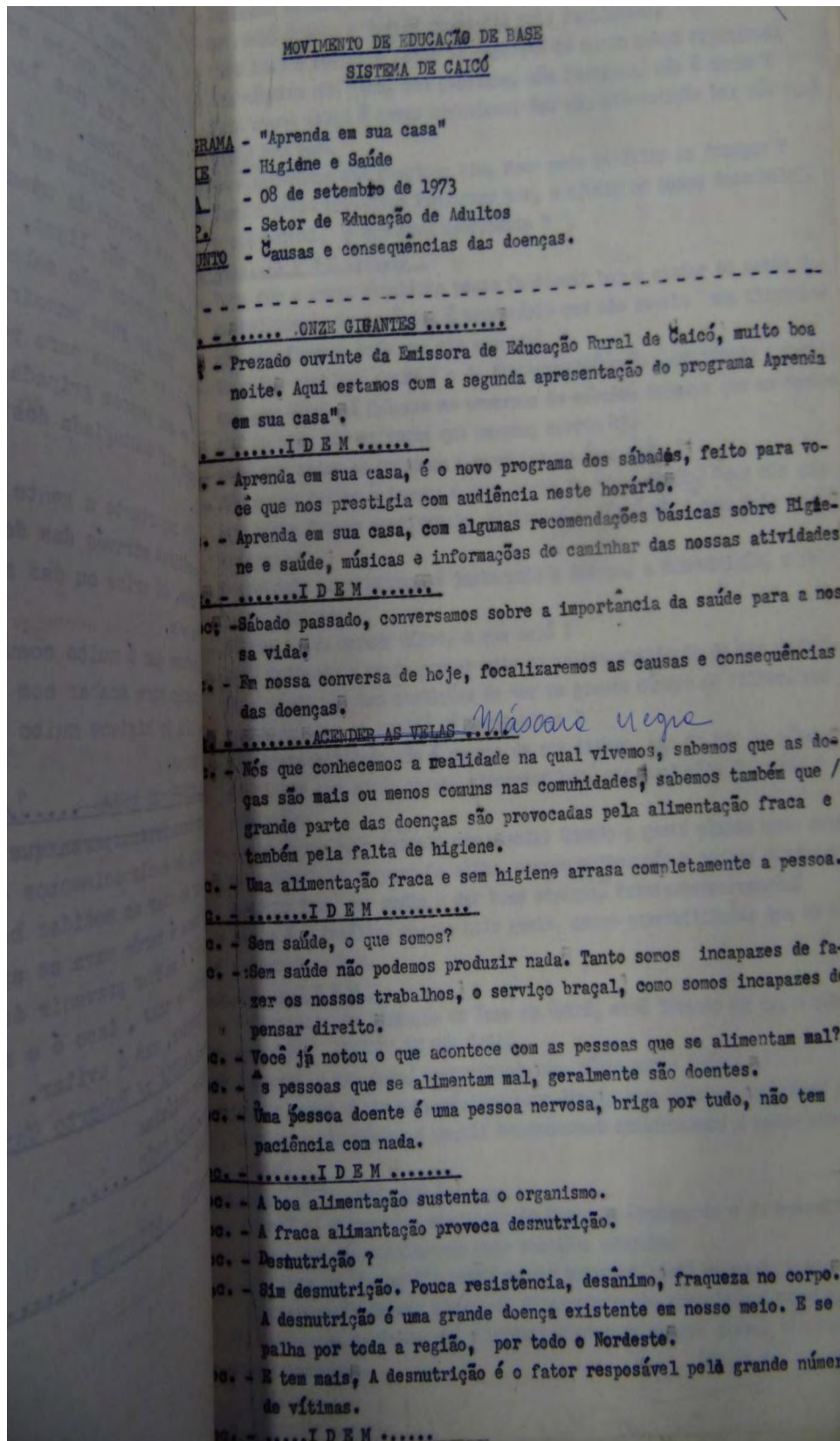
Documentações utilizadas no processo de análise/hipótese do projeto de pesquisa

Figura 1: capa do programa/curso “Aprenda em sua casa”



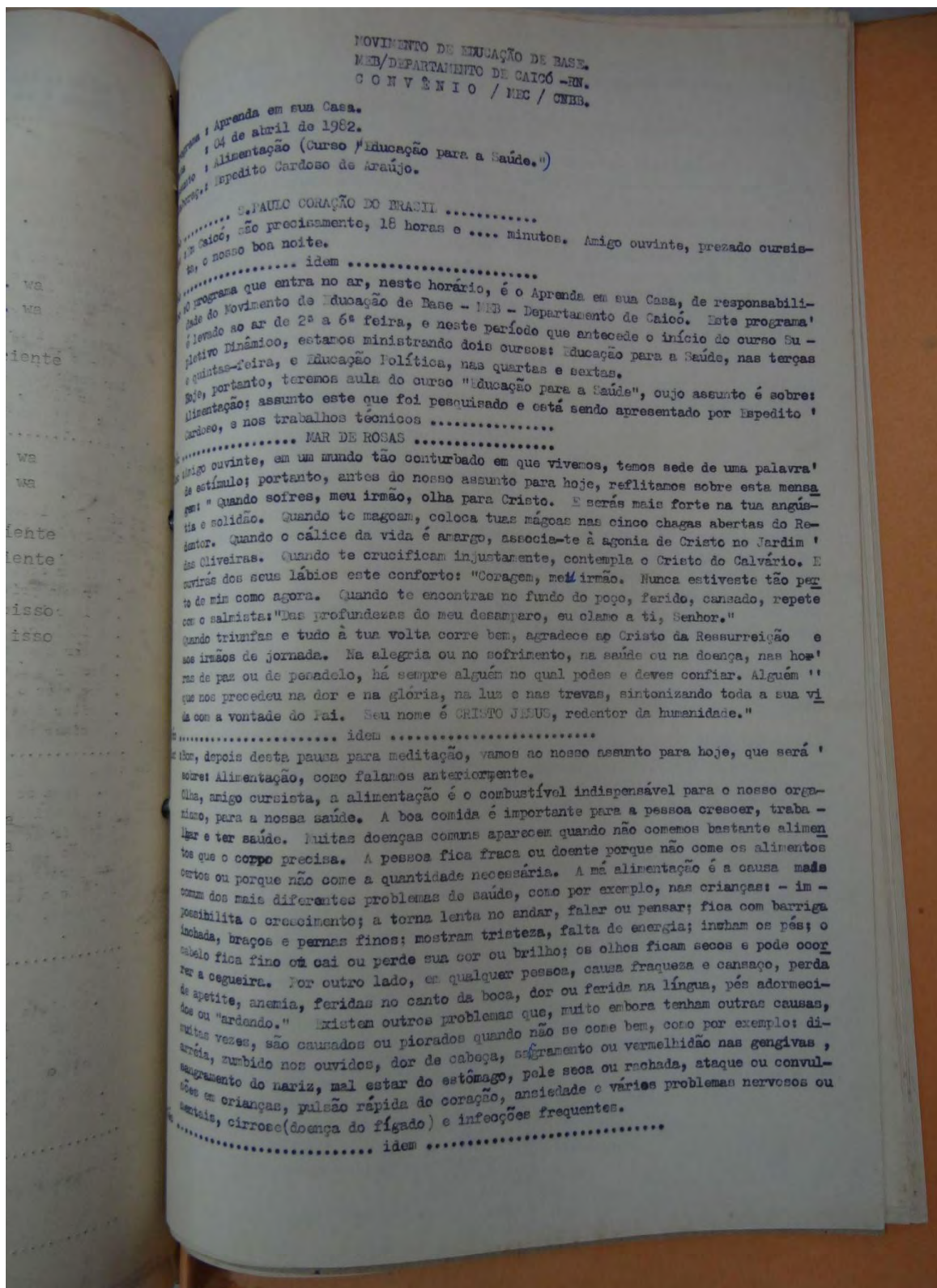
Fonte: Laboratório de Documentação Histórica-UFRN/CERES (Labordoc), Acervo da Rádio Rural.

Figura 2: Causas e consequências das doenças através do programa Aprenda em sua casa (programa de 08 de setembro de 1973)



Fonte: Laboratório de Documentação Histórica-UFRN/CERES (Labordoc), Acervo da Rádio Rural.

Figura 3: Alimentação e saúde através do programa Aprenda em sua casa (programa de 04 de abril, 1982; Assunto: Alimentação)



Fonte: Laboratório de Documentação Histórica-UFRN/CERES (Labordoc), Acervo da Rádio Rural.

À guisa de conclusão

Em síntese, a alimentação através do Programa Aprenda em sua casa, ocorre mediante a didática do MEB. Desse modo, utilizando o saber científico, como movimento inicial do processo de ensino aprendizagem, em seguida, expondo os saberes populares, usando de uma linguagem informal, como forma de aproximação com o público ouvindo, também, com objetivo de auxiliar no ensino dos ouvintes.

Por conseguinte, através do Movimento de Educação de Base, no Programa Aprenda em sua casa, os ouvintes tomaram ciência de outros fatores ligados à alimentação. Como, por exemplo: A forma adequada de higienizar um alimento, quais os alimentos adequados para ingerir em caso de doenças, bem como, a importância da alimentação/nutrição correta para manter a saúde física e mental.

Referências

Acervo da Rádio Rural/Movimento de Educação de Base sob custódia do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC/UFRN-CERES).

AZEVEDO, Lia Calabre. **No tempo do Rádio: Rádio difusão e Cotidiano no Brasil (1923-1960)**. 2002. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2002.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966)**. Campinas: Autores Associados, 2006.

FLANDRIN, Jean-Louis et al. **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

HERZLICH, Claudine. Saúde e doença no início do século XXI: entre a experiência privada e a esfera pública. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 14, p. 383-394, 2004.

MEDEIROS, Mário Lourenço de. **Ideais formativos de homem da emissora de Educação Rural de Caicó (Rio Grande do Norte, 1963-1978)**. 2008. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

MEDEIROS, Mário Lourenço. **Radio Rural, 50 anos no ar**. In: MEDEIROS, Mário Lourenço. **Esteio Educativo nos Sertões do Seridó**. Recife: Oito de Março Gráfica e Editora, 2013. p. 29-92.

MOTA, André; SCHRAIBER, Lilia Blima; AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Educação sanitária nos anos 1970: a face pouco conhecida de Cecília Donnangelo. **Saúde e Sociedade**, v. 26, p. 5-14, 2017.

NERIS, Wheriston Silva. **Igreja e missão: religiosos e ação política no Brasil**. (2014).

PAIVA, Marlúcia Menezes de (org). **As escolas radiofônicas de Natal: uma história construída por muitos (1958-1966)**. Brasília: Liber Livro Editora, 2009.

PEIXOTO FILHO, José. **O rádio e a educação: a experiência do MEB e as contribuições para a educação popular**. Pretto NL, Tosta SP, organizadores. **Do MEB à WEB: o rádio na educação**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 19-40, 2010.

PIMENTEL, Fábio Prado. **O Rádio Educativo no Brasil: uma visão histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: SOARMEC Editora, 2009.

CAPÍTULO 2

INSTITUIÇÕES DISCIPLINARES E O ASSISTENCIALISMO: CONTROLE SOCIAL, MIGRAÇÕES E JORNADAS NO CEARÁ DOS OITOCENTOS

Thiago Alves da Silva

Doi: 10.48209/978-65-84959-96-1

Neste trabalho refletimos sobre a questão da construção de espaços assistenciais, entrelaçados a discursos modernizadores e humanitários no fim do Império no Ceará. O objetivo dessa pesquisa gira em torno de demonstrar como foi o processo de formação de instituições de assistência – mais precisamente a Colônia Orfanológica Christina e o Asilo de Mendicidade –, bem como os serviços prestados por elas, tendo em vista todo o discurso modernizador da época, que amparava essas práticas isolacionistas dos elementos indesejáveis, além de um cenário composto por secas, fluxos migratórios e os anseios desenvolvimentistas.

O estudo apresenta o seu recorte inicial o ano de 1877, tendo em vista o ano de início de uma avassaladora seca, que viria a agravar o quadro social da capital, e vai até o ano de 1889 com o fim do período Imperial no Brasil e o início da república, pois o objetivo do estudo é analisar o papel dessas instituições no cerne de seu discurso em um contexto ainda imperial.

De início, com o intuito de mapear os elementos que logo serão melhor expostos mais a frente, é necessário localizar o cenário onde se desvendava essa efervescência de ações e seus componentes, nesse caso as raízes da formação

econômica, política e social do Ceará. De pronto precisamos falar do sertão da capitania, local esse onde é perceptível verificar a existência de disputas que serviram de base para a construção do povo cearense, estando intrinsicamente ligado a constituição dos componentes físicos e elementos subjetivos culturais do povo, sendo válido ressaltar que a própria colonização em si do espaço provincial perpassou crucialmente pelas vias interioranas.

Esse sertão cearense, desbravado e logo depois desenvolvido, fora então palco de uma série de tentativas de colonização que acabaram por fomentar conflitos nessas regiões tendo como objetivo o exclusivismo das áreas encontradas por colonos, e habitadas por indígenas da região, principalmente. Mais pra frente, a consequência desses conflitos geraria o interesse pela implantação de núcleos urbanos seguindo o desenvolvimento econômico que se observava na época e o desenvolvimento das localidades.

Além disso, foi nesse cenário que se constituiu por um longo tempo a economia que sustentava os alicerces da capitania. Desde o processo de colonização da região, a economia da Província do Ceará estava fundamentada na atividade pecuária e na agricultura de subsistência, compondo assim um contexto agrário onde as relações sociais eram determinadas entre a submissão do sertanejo com o seu senhor de terras e o controle deste na vida da coletividade. Segundo Cunha (2018, p. 99) a economia pecuária era fundamentada no trabalho livre, que dada as suas características de operação, inviabilizava o emprego de trabalho escravo. A curtição de solas e pelicas era praticamente a única atividade industrial de destaque na província, sendo realizada por meio de técnicas rudimentares no interior. É perceptível que o sertão, para o Ceará, acaba sendo um espaço constituído por diversas tensões por está diretamente ligado ao processo econômico das localidades, o que geraria inúmeras mudanças que acarretariam na composição do contemporânea do estado de hoje.

Porém, retornando as raízes da formação cearense e composição econômica onde se desenvolveu esse contexto, segundo Souza (1994, p. 32) a ocupação pecuária do sertão cearense se deu, não há dúvida, com o gado trazido das capi-

tancias vizinhas, principalmente Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, por colonizadores que, requerendo as primeiras sesmarias interioranas, vieram ocupar, de início, o vale do Jaguaribe. É válido salientar então que no período ainda setecentista, a vida econômica da capitania se tinha desenrolado unicamente nos sertões, principalmente ao longo dos vales dos rios Jaguaribe e Acaraú. Foram esses dois locais, os primeiros pontos observados para a colonização da então província, e onde mais tarde serviriam de estradas desenvolvendo assim a ocupação do território cearense.

No decorrer da colonização, novos elementos foram aparecendo ocasionando alterações no orbe econômico cearense e que serviram para moldar uma nova conjuntura local trazendo novos atores na composição da base social cearense. Nesse caso, foi a inserção da economia algodoeira no cotidiano da região. Mesmo com o considerável surto econômico que a província apresentara baseado na pecuária e na industrialização da carne bovina, dois grandes períodos de secas e o surgimento de uma concorrência mais forte por parte da pecuária gaúcha, possibilitam a decadência das charqueadas em território cearense, impactando negativamente sobre a economia local. (Cunha, 2020, p. 212).

De acordo com Silva (2011, p. 55, *apud* Cunha, 2018, p. 102), o gado representava a base econômica da região, porém somente o ciclo do algodão é que possibilitou a entrada de um significativo fluxo de capital para o Ceará. Com o passar dos anos, sem abandonar a pecuária extensiva, a província do Ceará passou então a se amparar economicamente no plantio do algodão.

O cultivo do algodão era corrente em Pernambuco e no Maranhão. Nos anos finais do século XVIII, as lutas pela independência americana provocaram escassez do produto no mercado internacional, já sob controle britânico, fato este indutor do aumento da produção brasileira, ao qual se juntou, na época, um posicionamento econômico lusitano de cunho fisiocrático. Sobre o mais, nos anos derradeiros daquele século, a Capitania se viu assolada por longa seca, quando o rebanho bovino foi em maior parte dizimado. A soma dessas ocorrências redundou na introdução e na expansão do plantio do algodão no Ceará, incentivado por comerciantes portugueses moradores na vila do Forte. (Castro, 2014, p. 29).

O crescimento do cultivo do algodão proporcionou tornar este produto na principal riqueza da região ao longo do século XIX e a importância dessa nova conjuntura trouxe consequências na reformulação do incipiente quadro urbano cearense e dos seus sistemas de intercomunicação viária.

Logo, é possível observar que o Ceará vinha sim encarando o que entendemos como uma expansão econômica, impulsionado pela produção algodoeira, inserida no espaço mundial devido à guerra de secessão americana, o que traria como consequência a inserção do Ceará, de maneira aguda, ao um pretenso modelo civilizatório capitalista. No bojo dessas modificações e dos lucros oriundos da exportação a cidade se expande/moderniza. Porém, a tão almejada modernização, tenta esconder uma massa de pessoas em situação de miséria, rumando para capital fugida de grandes moléstias e calamidades climáticas.

Nesse caso, o cenário sertanejo aparece como pano de fundo para um flagelo que acompanha de perto o povo cearense e esteve presente nas (re)modelações seja de espaço, do povo ou da economia cearense, as secas. Ao longo de todo o século XIX, a província do Ceará foi atingida por diversas vezes por essa calamidade que tinha como consequência imediata a fome, morte e deslocamento populacional. Essa devastação climática que tanto assolou a província, ainda mais desencadeou uma migração massiva de indivíduos oriundos das mais diversas localidades da província, em busca por socorros públicos.

Dentre as várias secas, a que mais chama a atenção perante os números coletados e sobre a mobilização social dos grupos da capital cearense, é a grande seca de 1877-1879. Segundo Dias (2019, p. 176), na província do Ceará o impacto foi mais forte, o que pode ser verificado pelo expressivo volume de óbitos registrados e pelos movimentos migratórios. Mais do que um fenômeno natural, o desastre teve consequências sociais, econômicas e culturais, uma vez que alteraram as relações das pessoas com as migrações e a morte.

A grande seca de 1877-1879 não só esvaziou os reservatórios d'água de Fortaleza como trouxe graves efeitos sanitários para cidade. Desde, 1845, a província cearense não era assolada por este tipo de fenômeno climatológico. Nos três anos em que perdurou, a estiagem expulsou mais de 100 mil

sertanejos para a Capital, então com cerca de 30 mil habitantes. A maior parte desses retirantes famintos e depauperados ficou abarracada nos subúrbios. Sofrendo com o calor tórrido, exposta às intempéries e ali vivendo sem qualquer resquício de higiene, a multidão foi fulminada por uma devastadora epidemia de varíola que dali irrompeu e ameaçou se alastrar pela cidade. (Ponte, 2014, p. 91).

A capital, Fortaleza, encarava de perto as consequências do flagelo causador de grandes fluxos migratórios para a então capital, que constituiria fatores de desagregação da vida econômica e social cearense e agravava ainda mais a situação miserável de boa parte da população que se encontrava sem trabalho, sem moradia, desassistida pelos poderes constituídos.

A realidade desses maltrapilhos, fugidos da seca e das moléstias que rondavam seus corpos desvalidos, em sua árdua caminhada em busca de socorros é muito bem retratada em alguns jornais da época, como podemos ver nessa passagem do jornal *O Retirante*, que trazia o perfil daqueles que seriam os auxiliados pelas medidas de assistência das instituições.

Vacilam e fraquejam por toda a parte os nossos desalentados, desprotegidos e macerados irmãos, sobre a terra firme, como o enjoado e neophito passageiro, no tombadilho de um navio rebatado pelo furacão, n'um mar tempestuoso. Como verdadeiros embriagados tombam, cahem e morrem em aluvião nas estradas publicas, sem encontrar um marco miliario para repouzar por um instante sequer a cabeça transtornada. Os seus esquelitos corpos servem de imento aos vorazes abutres, que, funebremente atenmorisados baixam a terra e com elles se banqueteam da mesma forma, que os vermes sob as lages campanarias. Humanos caritativos, alerta! Não deixai perecer mais um só de vossos irmãos à carencia de uma migalha. (O RETIRANTE, 01 de julho de 1877, p. 01).

A magnitude dessa calamidade é um momento chave no sentido de colocar em prática a construção de instituições de caráter assistencial, que ao que parece, vinham sendo acalentadas há certo tempo pelos administradores e intelectuais cearenses. O projeto de construção de instituições assistenciais visava oferecer resposta a uma situação de miserabilidade tida como um dos fatores para uma Fortaleza desordenada, e que atendia aos anseios das elites arrivistas. Para suprir tais interesses, urge a vontade de se construir espaços que

comportassem grande número de pessoas e resultasse em afastamento das áreas públicas aqueles que eram vistos como representantes do atraso, da pobreza e poluiriam a imagem da Fortaleza que se modernizava.

Mesmo que o fator climático não significasse algo de novo para o povo cearense, a seca de 1877-1879 juntamente com as moléstias que grassava a província, trouxe consigo transformações espaciais que vinham ocorrendo já no século XIX. Segundo Cardoso (2016, p. 87), nos sertões, quando a comida chegava ao fim, as pessoas saíam de suas casas vagando pelos caminhos e estradas em busca de ajuda. Ao chegar à capital, elas mendigavam pelas ruas, saqueando comércios e muitas morrendo ao longo das ruas, praças e arrabaldes. A presença dessa grande massa de migrantes, retirantes da seca, na Capital logo se tornou um problema de saúde e higiene pública. Os retirantes eram considerados, pelas autoridades provinciais e pela elite local, portadores de doenças e causadores da desordem urbana. (Dias, 2019, p. 179).

Portanto, é preciso atentar que o governo provincial tem dois problemas: uma cidade apinhada de sertanejos maltrapilhos vagando sem rumo, filhos que perdem os pais, a penúria da população e por outro lado, o esforço saneador das elites políticas em transformar uma cidade aos moldes de uma Paris Tropical. De acordo com Oliveira (2019, p. 130), era necessário promover medidas estatais e assistenciais com o propósito de findar suas nefastas consequências ainda presentes no cotidiano da população, sobretudo da capital, Fortaleza. E então nos anos de 1880 foram produzidos discursos provinciais acerca da construção de espaços asilares voltadas para públicos específicos e que atenderiam às mesmas expectativas das elites políticas e econômicas. Através desses discursos, foi traçado uma delimitação de estudo que engloba duas instituições, o Asilo de Mendicidade e a Colônia Orfanológica Cristina, onde ambas entidades atenderam às semelhantes propostas de oferecer assistência pública, em nome da caridade privada, aos segmentos específicos de pobres, mendigos e órfãos. De acordo com Madeira (2003, p. 02) essas instituições representavam a aglutinação de interesses do governo

e das elites, na busca pela divulgação de seus esforços que supunham significar uma forma de ordenamento da vida civil.

Essa elite, representava a chamada Mocidade Cearense, que ao longo desse período ficou marcada pelos seus empreendimentos em prol da civilização da “regeneração social” desses desvalidos. Intelectuais que acreditavam ser os agentes do progresso social e que enxergavam nos cearenses tendências naturais ao desenvolvimento. Segundo Cardoso (2016, p. 84) o fenômeno das secas, típico ao Ceará por estar geograficamente situado no semiárido brasileiro, foi um dos enunciados mais utilizados pela Mocidade Cearense na montagem da sua máquina discursiva. A representação era de indivíduos com corpos mais fortes e resistentes, capazes de vencer o meio físico e o social, superando as adversidades climáticas. Seguindo esse pensamento, os discursos construídos no período acerca de lidar com o dilema cearense, para essa classe letrada, se configurava como um projeto de suma importância pois significava em prática a materialização dos ideais desse planejamento elitista.

Alguns desses atores e até mesmo os principais financiadores de obras assistenciais no período buscavam de uma certa forma uma espécie de “redenção social”, algo que os deixassem marcados na história cearense como provedores da assistência e caridade. Tanto que os mesmos receberam diversas homenagens seja dos presidentes de província, historiadores, memorialista ou até nas páginas dos jornais de grande circulação. Figuras como o comendador Luiz Ribeiro da Cunha, rico comerciante, onde segundo Rodrigues (2018, p.77, *apud* Oliveira, 2019, p. 133) em 1871, controlava a navegação costeira provincial por meio de serviços de cabotagem a vapor, sendo o grande idealizador da Colônia Orfanológica Cristina. Além de Joaquim da Cunha Freire, também conhecido como barão de Ibiapaba, idealizador do asilo de mendicidade, outro rico comerciante com grande influência política tendo governado a província algumas vezes sob o cargo de vice-presidente e comendador da Ordem da Rosa.

Nessa perspectiva, buscando assimilar esse pensamento modernizador europeu que pairava sob as mais abastadas classes cearenses e as medidas para lidar

com o controle social dessa volumosa horda de imigrantes que rumavam diariamente para a capital, se faz necessário entender quais medidas foram estabelecidas por esses atores de voz perante a sociedade cearense. Como já supracitado, no tocante a pesquisa fora realizada uma delimitação visando analisar alguns dos vários tipos de indivíduos que foram alvos de dispositivos disciplinares no período em destaque. É importante ressaltar que esses dispositivos disciplinares de poder visava a construção de um sujeito “dócil” e produtivo para a sociedade, através de um controle social dos corpos vigiados em instituições disciplinadoras. Entende-se por controle social o conjunto de mecanismos de intervenção que cada sociedade ou grupo social possui e que são usados como forma de garantir a conformidade do comportamento dos indivíduos. As ferramentas de controle social induzem a conformidade do sujeito com a sua nova realidade, visando a construção do sujeito dócil, útil e submisso à ordem estabelecida sendo possível apenas por meio de processos “disciplinadores”, nos quais o corpo e a mente do sujeito são moldados de acordo com o que é “importante” ao meio social. Por conseguinte, aparecem a figura das instituições disciplinadoras onde os indivíduos que ali permanecem vivem sob o controle da instituição são produtos desse processo, onde quando bem-sucedido, resultam em um sujeito dócil e “útil” ao seu contexto social. E no tocante a essa temática, Foucault (1987, p. 223) ainda explica que a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa, medir, controlar e corrigir os anormais, fazendo funcionar esses dispositivos disciplinares.

Sendo assim, o estudo desse primeiro dispositivo de poder disciplinar delimitado tange sobre a criação da Colônia Orfanológica Cristina e advém de uma necessidade observada em estudos preliminares sobre a temática da infância cearense no período destacado. Essa inquietude ocasionada pelas fontes e bibliografias consultadas resulta em uma necessidade de sistematizar o estudo a respeito dessa infância desvalida cearense, que explicitavam um período destacado pela seca e consequentemente o êxodo rural rumo a Fortaleza, o que resultaria em um agravamento do quadro social da capital. O contato com as fontes primárias resultou

então em um estudo que foi possível realizar um breve “rastreamento” dessa história da infância desvalida no Ceará urgida a partir das apreciações desses documentos oficiais, sejam essas governamentais, supragovernamentais ou não governamentais.

Desse modo, em meio a pesquisas iniciais sobre a temática, o enfrentamento do problema da infância desvalida e/ou adoecida, parecia preocupar os setores ligados à saúde e ao saneamento. Assim, uma maneira encontrada para lidar com essa situação seria a criação de uma colônia que tendia a abrigar essas crianças, retirando-as de uma situação de desamparo e aspirava instruí-las. Desse modo, desponta o projeto de criação e incentivo da Colônia Orfanológica Christina (1880), que tinha por objetivo receber, gratuitamente, meninos e meninas entre 7 e 12 anos, nomeados “órfãos e ingênuos cearenses”, desvalidos, para oferecer-lhes abrigo, educação e amparo. Servindo como espaço de controle de órfãos e crianças tidas sob uma égide de delinquentes, visando a restauração das mesmas sob a égide do capitalismo produtivo. Não fugia ao modelo de instituições coloniais fundadas para abrigar desamparados, pois apesar de ter um caráter oficial, de antemão, era fundada e mantida pela caridade privada, além de ter sido inspirado no modelo da Colônia Agrícola Isabel criada em Pernambuco, na década de 1870, uma instituição também de amparo e correção de crianças pobres e órfãs. Era um espaço voltado ao acolhimento de menores desamparados, filhos de migrantes atingidos pelas secas, e aqueles acometidos por doenças como a varíola.

[...] destinada a recolher e libertar da ignorancia os infelizes cearenses, que a permanencia de um longo flagello e das epidemias resultantes de seus terribes effeitos deixaram na orphandade, sem lar e sem amparo, ameaçados de todas as desgraças que soem produzir os perniciosos elementos originados da extrema miseria e falta de educação (O CEARENSE, 17 de junho 1880, p. 02)

O presidente da província cearense, à época, José Júlio de Albuquerque Barros, idealizava que a instituição deveria ser autossuficiente além do intuito de contribuir para um novo ordenamento social, o que na prática acabou por não acontecer demonstrando sua incapacidade de produzir seus próprios recursos mesmo com incentivos privados. Com o passar dos anos foi ficando claro o

insucesso da entidade, o que levou ao seu abandono gradual pelos mantenedores, tornando-se assim um projeto malsucedido.

Vale ressaltar que antes desse espaço existir houve outros recintos também com o intuito educacional de zelar pelas crianças desvalidas, que poderão vir a servir de base para a pesquisa, como foi o caso do Colégio dos Educandos (1856) e o Colégio da Imaculada Conceição (1864) que inicialmente recebia apenas órfãos e pobres, bem como as Casas de Caridade criadas pelo Padre Ibiapina (1862-1869).

Além das crianças, outros indivíduos tidos como corpos transgressores faziam parte dos anseios por zelar e controlar em prol do estabelecimento da ordem vigente. Agravado pelas situações climatéricas adversas cada vez mais recorrentes, como as severas secas e o êxodo em direção ao litoral, o governo provincial demonstrava intenção de construir um espaço destinado ao recolhimento dessas pessoas em estado de abandono devido ao aumento significativo destes pelas ruas de Fortaleza. Sendo assim, também envolta no sentido da filantropia como foi na Colônia Orfanológica, outra instituição assistencial foi planejada no período oitocentista, que viria levar o nome de Asilo de Mendicidade. A construção era de suma importância e era vista como algo em caráter de urgência como é possível vislumbrar em vários discursos de autoridades e veículos de informação da época, dentre eles o jornal *Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora*, por exemplo.

D'estes o primeiro e o mais urgente é a fundação de um estabelecimento onde encontrem asilo e trabalho os indigentes d'esta e das outras cidades. Com tão humanitário intuito se tem ensaiado a construção de um asilo de mendicidade nesta capital ao qual faltam ainda as acomodações necessárias para se realizar o generoso pensamento de sua fundação. (*LIBERTADOR*, 22 de setembro 1884 p. 02).

Portanto, o projeto de construção do Asilo de Mendicidade destinado ao recolhimento de mendigos, visava oferecer resposta a uma situação de mendicidade tida como desordenada em Fortaleza. A intenção de construir um local para o recolhimento de mendigos se fez de suma importância para as autoridades, que

viam as suas portas a consequência dos flagelos que acometeu uma grande parcela da população cearense. Nas páginas do jornal *A evolução: Organ Scientifico, Litterario e Noticioso* (1888) também é notório a urgência para a construção do asilo de mendicidade, como podemos ver no trecho,

Era, pois, uma medida summamente humanitaria e proveitosa a finalisação do edificio destinado a acolher a mendicidade. Ali ao menos estariam os pobres garantidos dos horrores da miseria e não offereceriam o espectaculo desolador que continuamente estamos a presenciar pelas ruas. (*A EVOLUÇÃO*, 19 de outubro 1888, p. 04).

A finalização do asilo de mendicidade significava para aquelas autoridades um passo muito importante rumo ao futuro da Província, pois estava intimamente ligada aos anseios modernos dos saberes e poderes instituídos. Como resultado, as noções de progresso e civilização tornaram-se eixos básicos dos discursos e práticas dos novos setores dominantes, autoproclamados restauradores da situação de “atraso” em que o país estaria encerrado (Ponte, 2014, p. 30).

O fim do império e o início da República é um marco de mudança política para toda nação, apesar de que na prática muito ainda do antigo regime fora sustentado. Além do mais, o fim desse período consiste no insucesso prático que a Colônia Christina e o Asilo de Mendicidade tiveram não conseguindo cumprir o que foi idealizado anos antes. Podemos analisar bem no relato do Sr. Dr. Enéas de Araújo Torreão, Presidente da Província a situação em que se encontrava cada instituição. No que se refere à Colônia Christina, o fracasso e o abandono do espaço definem bem o estado em que ela chegou, nas palavras do presidente,

Depois das successivas transformações por que ha passado a Colonia Christina, sempre em progressiva decadencia. impõe-se como axioma a necessidade ou de abandonal-a. ou de encaminhal-a a um objectivo que reflecta no melhoramento real da agricultura ou industrias da provincia. (*RELATÓRIO* 1888 p. 27).

As adversidades encontradas nesse modelo de dispositivo disciplinar, não ofusca a subjetividade que permeia os ideais de criação dos mesmos. Essas políticas de controle social perante o flagelo, que atacava fisicamente o povo cea-

rense e que destoava da imagem do progresso urbano e comercial que fazia parte dos planos da elite para o desenvolvimento da província, servem de análise para compreender como se comportaram esses indivíduos sob a ótica do pendor da disciplina instaurada por essa classe abastada, e como foi de suma importância para moldar novas concepções e abordagens sob conceitos como: saúde, higiene e moléstias, levando em conta que estas estavam intrinsicamente ligadas ao progresso almejado pela província cearense.

Fontes

Jornal *A Evolução*. Fortaleza, 19 de outubro de 1888.

Jornal *O Libertador*. Fortaleza, 22 de setembro de 1884

Jornal *O Cearense*. Fortaleza, 17 de junho de 1880, p. 02.

Jornal *O Retirante*. Fortaleza, 01 de julho de 1877, p. 01.

Relatório de Presidente de Província. Fortaleza, 21 de abril de 1888, p. 27.

Referências

CARDOSO, G. P. **Práticas letradas e a construção do mito civilizador: luzes, seca e abolicionismo em Fortaleza (1873-1904)**. 01. ed. FORTALEZA: EdUECE/ Museu do Ceará, 2016. v. 200. p. 158.

CASTRO, José Liberal de. **Arquitetura no Ceará: O século XIX e algumas antecedências**. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, p. 09-68, 2014.

CUNHA, George Henrique de Moura. **Ensaio sobre a economia da província do Ceará durante o século XIX**. Revista Economia Política do Desenvolvimento, v. 9, p. 98-111, 2019.

CUNHA, George Henrique de Moura. **O algodão na economia da província do Ceará durante o século XIX: algumas considerações sobre a sua importância**. Revista de Desenvolvimento Econômico (Impresso), v. 3, 2020, p. 211-241.

DIAS, Dayane Julia Carvalho. Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE). *RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 27, 2019, p. 175-194.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. A educação pela caridade no Império em Fortaleza - O abrigo de crianças na Colônia Cristina. In: **XXII Simpósio Nacional de História - história, acontecimento e narrativa**, 2003, João Pessoa - PB.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. **O traço do personalismo das instituições assistenciais**: doadores, doações e projeção social no Ceará oitocentista. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.26, supl., dez. 2019, p. 129-145.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: Reforma urbana e controle social 1860-1930. 5. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 224, 2014.

SOUZA, Simone. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha/Multigraf Editora, 1994, p. 416.

CAPÍTULO 3

MANIFESTAÇÕES DO ÚTERO: CONCEPÇÕES MÉDICAS ACERCA DA MENSTRUÇÃO E SUAS CAUSAS NA OBRA ERÁRIO MINERAL DE LUÍS GOMES FERREIRA NO SÉCULO XVIII EM MINAS GERAIS

Gessica de Brito Bueno

Christian Fausto Moraes dos Santos

Doi: 10.48209/978-65-84959-96-2

A ideia de que as mulheres são volúveis, perigosas, de vontade fraca, demonstrando ser de uma natureza misteriosa e incontrolável pelo fato de menstruarem, vem dos médicos gregos, visto que, o conceito acerca da fisiologia feminina começou a ser elaborado pelo médico grego Hipócrates (460 a. C.) (Vieira, 2002). Os registros afirmam que Hipócrates foi o primeiro a analisar o fenômeno da menstruação, e como na época não era possível examinar cadáveres humanos, ele imaginava que o útero era formado por “inúmeras subdivisões e saliências, e que o seu interior contivesse tentáculos e ventosas” (Carvalho; Falkenbach, 2009).

Segundo a historiadora Ana Maria Colling, para Aristóteles (385-323, a.C.) “o primeiro desvio é o nascimento de uma fêmea”, e, em suas declarações, ele define diversas características do corpo feminino, delegando-o à inferioridade, numa analogia aos corpos masculinos (Colling, 2015, p. 186). O corpo feminino era visto como uma enorme esponja macia que absorve o sangue menstrual, e se

esse sangue não fosse usado para a reprodução, poderia causar problemas gravíssimos a elas (Laskaris, 2002, p. 184). No tratado de Hipócrates chamado “A Doença das Virgens”, ele já descrevia as alterações de comportamento, “alucinações e os delírios resultantes da retenção de fluxo menstrual, os mesmos relatados por Platão, Aristóteles e Plínio” (Valadares *et al.*, 2006, p. 120).

As concepções sobre a menstruação não foram formações discursivas locais do século XVIII, mas nasceram na Antiguidade, atravessaram os séculos e se religaram a uma pluralidade heterogênea de campos de conhecimento como o saber astrológico encontrado em lunários perpétuos, os novos tratados de fisiognomonia, as influências da natureza antropomórfica (Guimarães, 2016), bem como, manuais de medicina portugueses, todos com sua explicação acerca da menstruação, ora particular ora compactuando da mesma opinião (Ferreira, 2002).

A historiadora de medicina clássica Helen King (1993) em sua obra “*Once upon a Text: Hysteria from Hippocrates en Hysteria beyond Freud*” mostra que os textos hipocráticos relatam o processo de desenvolvimento da mulher e as mudanças em seu organismo. Ele escreve que conforme as meninas vão crescendo os canais do corpo são gradualmente abertos para abrir passagem para os fluídos que seu próprio corpo produz. Para Hipócrates, portanto, existiam três tipos de sangramentos transitórios, sendo eles a menarca, a defloração e o parto, como também acreditava que o sangue feminino provinha da mesma fonte ou mesmo lugar, ou seja, o sangramento que ocorria no momento do parto era tido como análogo ao da menstruação (Hipócrates, 1851).

É importante compreender que será encontrado em textos médicos e manuais de medicina diversas terminologias utilizadas para descrever a menstruação, como, por exemplo, flores, cursos, termos, doença mensal, meses, presente, benefício da natureza e visitas, todos esses são termos e frases que foram encontradas e usadas por mulheres, pelo menos desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e durante todo o período moderno (King, 1993). A menstruação é percebida como um complemento maravilhoso da natureza, associado a fertilidade, o fluxo pode ser conhecido também pelo nome de luas, purgações, trabalhos,

épocas, uma verdadeira bússola de boa ou de má saúde da mulher, a clorose, a histeria, a loucura e a ninfomania dependiam de diversas desarmonias dos vários sistemas de seu organismo (Rohden, 2001).

Nas explicações da Teoria Humoral a menstruação era um exemplo concreto de que a Teoria Humoral Hipocrático-Galênica funcionava, ela explicava sua lógica; a menstruação reforçou a crença de que a saúde consistia no fluxo livre dos fluídos, ela foi usada como exemplo para legitimar a teoria. Três ou quatro dias era o período em que se abria a veia do doente, ou da mulher com a menstruação atrasada, seja para fazer vir sua menstruação, seja para diminuir um fluxo sanguíneo que estivesse em excesso (Read, 2010). Esse tipo de lógica regeu as práticas médicas dos médicos gregos até chegar no século XVIII, visto que, em *Erário Mineral* (1735) há vários registros de casos de mulheres que sofriam de fluxo de sangue, onde o cirurgião, embora faça uso as sangrias para alguns casos específicos, já estava ciente do perigo de se aplicar sangrias exageradamente, de modo que ele tratou a maioria das mulheres com outros tipos de medicamentos que provinham da flora brasileira (Ferreira, 2002).

Erário mineral e as ervas abortivas

Os feitos do português cirurgião Luís Gomes Ferreira, enquanto esteve na América Portuguesa, na região de Minas Gerais, ficaram memoráveis pelo fato de ter sido considerado um bom curador, decerto, é como ele mesmo se auto declara nos relatos em sua obra *Erário Mineral*, mas, com efeito, ele teve a capacidade de absorver a farmacopeia tropical e os conhecimentos empíricos dos praticantes locais (Furtado 2002, p. 15). No Hospital Real de Todos os Santos onde se formou, a medicina estava pautada nos princípios galênicos, tratando as doenças pelos opostos, de modo que essa tradição europeia foi transportada pelos médicos, cirurgiões e boticários para as colônias brasileiras (Nogueira, 2012, p. 29).

Antes de se instalar em Sabará, ainda quando estava atravessando o penoso caminho do sertão, às margens do rio São Francisco, Ferreira percebe, na própria

pele, as ameaças constantes de doenças endêmicas que, por sua vez, estavam relacionadas com o clima, extremamente distinto de sua terra natal, e as condições de sobrevivência insalubre da população e, principalmente, a dos cativos que trabalhavam nas minas de ouro (Cunha, 2010). Ferreira concluiu que os tratamentos ministrados nos escravos que ficavam diariamente dentro dos rios nas minas deveriam se basear em produtos ou compostos quentes (Furtado, 2002, p. 11, 15), uma vez que os enfermiços apresentavam uma queda de temperatura corporal “causando friagens, resfriados, eventualmente infecções pulmonares”. Receitou e aconselhou, muitas vezes, cozimentos, chás e banho quente para “esquentar os humores, fazê-los circular” (Dias, 2002, p. 53, 60). De fato, contribuiu para a formulação e inauguração de uma “Medicina Tropical”, utilizando-se de receitas dos indígenas, sobretudo, dos índios carijós, conhecimento esse que foi passado a ele e aos paulistas (Furtado, 2002, p. 26).

O mais intrigante que se cabe desvelar sobre é os procedimentos, os remédios e as motivações que teriam levado esse cirurgião a descrever em seu manual de medicina sobre a menstruação das mulheres da região do ouro (Furtado, 2002). Talvez essa disposição em absorver farmacopeias e compor remédios voltados para o organismo feminino, no caso das escravas, esteja ligado ao fato de que teve um caso com sua escrava e com ela teve três filhas, e, ao que tudo indica, estiveram presentes em sua vida durante o tempo em que esteve na colônia, num cotidiano onde, por certo, observou como seus organismos poderiam funcionar e como reagem aos medicamentos (Cunha, 2010).

A mulher negra atuou em vários seguimentos na colônia, seja no comércio, no campo da alimentação e na prostituição (Del Priore, 2004, p.144), competindo analisar quando se apresenta a necessidade de se livrar de uma gravidez indesejada, tendo em vista, algumas questões pertinentes como, por exemplo, a não concessão sexual que leva à invasão de seus corpos, resultando no repúdio por um filho nascido da violência e abuso, a indesejável ideia de ter um filho mulato que parte do proprietário da escrava, cabendo salientar que a mulher negra também teme ter um filho com seu mesmo destino, ser escravo(a). Também deve-se

levar em consideração a ausência de sentimento materno, onde não há o desejo de ser mãe, e, por fim, o desarranjo do bom andamento dos trabalhos na colônia se elas engravidassem. Dentre outras possíveis causas, começemos por analisar os medicamentos e as motivações inerentes ao aborto que Luís Gomes Ferreira relata em seu manual de medicina, posto que os dois assuntos comungam entre si (Del Priore, 2004).

Ao verificar as descrições acerca de substâncias abortivas nos tratados em Erário Mineral, pode-se considerar que há uma ambivalência que acompanha a situação da terapêutica, que é a de se saber se a mulher está ou não grávida. Ao verificar os efeitos que essas composições causavam no organismo dessas mulheres, observa-se que poderiam ser dois: fazer vir a conjunção, no caso de um atraso, tendo em vista fatores climáticos e ambientais, e o aborto. Ambas as causas eram tratadas com a mesma medicação, e, sem dúvida, o cirurgião buscava livrá-las dos fluídos venenosos (Ferreira, 2002, p. 442). A lógica que regia a elaboração de compostos ecbólicos e emenagogas por Gomes Ferreira parecia se circunscrever numa noção de prevenção, um domínio sobre a reprodução das mulheres escravas (Leal, 1995, p. 22).

Dentre muitos remédios, há “um antídoto universal” (Coelho, 2002, p. 165), que o cirurgião chama de triaga brasílica, em que ele descreve em seus tratados como uma composição de várias ervas, drogas e animais da região brasileira, servindo para fazer vir a conjunção, bem como para quem era acometido de envenenamento. Essa chamada panacéia, segundo Fernando Santiago dos Santos (2013) parece ter sido utilizada desde o início do setecentos, pois há menção de seu uso por vários padres, uma vez que em torno de 1712 ela era chamada de receita magna jesuítica, incluindo substâncias animais e minerais. É possível perceber a presença de “raízes, sementes, extratos, gomas, óleos químicos e sais químicos, e, além destas, podem ser encontradas plantas utilizadas na forma de cipós, cascas, pós e outras formas (principalmente óleos e gomas)” (Santos, 2013, p. 15).

Em Erário Mineral o cirurgião não deixou bem claro como se preparava a receita, aliás, ele faz menções o tempo todo a panacéia, indicando que alguns

ingredientes fazem parte da Triaga, mas na verdade acaba por não recitar a receita por completo, tendo em vista que, antes de decidir escrever sua obra para comercialização no Reino, considera a receita de seus medicamentos um “segredo” (Furtado, 2002, p. 16), dizendo ser a fórmula do seu sucesso como cirurgião. De todo modo, a triaga, Segundo Gomes Ferreira (2002, p. 165), “servia pra tudo, desde envenenamentos até ausência de menstruação”, se a mulher, estando com dores por não lhe vir a conjunção, poderia saber ou não se estava grávida, beberia desse composto e logo “se curaria”. Era um remédio que continha ervas e drogas tropicais fortes demais, se apresentando como um “poderoso antídoto” (Furtado, 2002, p. 130) para tratar moléstias, dores de acidente e de encantamento, onde dificilmente uma gestação suportaria.

É possível perceber, ademais, alguns ingredientes como a arruda, uma planta que “faz promover o sangue mensal e alimpar a madre”, explica que são necessárias “duas partes do sumo de artemija e uma de sumo de arruda com uns pós de açúcar, de tudo uma onça até onça e meia para cada vez, morno, em jejum e de tarde” (Ferreira, 2002 p. 289). O efeito abortivo da arruda já é conhecido há séculos pelas indígenas, pois elas se utilizavam dessa planta para evitar a gravidez, e isso seria um dos conhecimentos que Gomes Ferreira deve tê-lo apreendido em sua convivência com as experiências dos sertanistas, que, por sua vez, se apropriaram dos saberes ameríndios (Del Priore, 2004).

Outro ingrediente a ser citado nos tratados de Gomes Ferreira é a Ipecacoanha, que é, segundo ele, “uma raiz delgadinha e com muitos nós, enozelada e torta; são estas raízes o único e certo remédio para curar cursos ou sejam de sangue ou sem ele, [...] e também é remédio contra os venenos” (Furtado, 2020p. 140). Segundo cita Santos (2013) há dois tipos de ipecacoanhas, a branca e a negra. Há presente na ipecacoanha dois alcaloides em suas raízes, a emetina e a cefelina, ou seja, suas propriedades possuem efeitos, consecutivamente, para provocar vômitos e para o tratamento de infecções ativas (Giulietti, 1999, p. 205). Percebe-se que o cirurgião tem por objetivo abrir as veias e os canais do corpo, posto que, seria mais acessível para que os fluídos pudessem passar, aliás, os excessos de

humores, e, desse modo, poderia “desembaraçar o sangue mensal das mulheres e fazer-lhe vir à regra copiosamente” (Ferreira, 2002, p. 253).

A raiz de capeba teria essa mesma função de desobstruente, seu uso seria indicado para tratar infecção na bexiga e prisão de ventre (Cunha, 2010), no entanto, ao ser utilizado para fazer vir a conjunção acabava causando um efeito abortivo, o cirurgião dava o diagnóstico de obstruções na maioria das vezes em que as mulheres não menstruavam, sendo necessário abrir o canal ou canais internos de seu corpo (Ferreira, 2002, p. 252-253). Houve um caso em seu tratado em que Ferreira utilizou raízes de capeba cozidas para desembaraçar o sangue mensal de uma escrava, contudo, essa foi uma decisão tomada após o cirurgião entrar em um debate com um médico, sobre qual seria o melhor tratamento para ela (Ferreira, 2002, p. 308-309).

Cabe confrontar a opinião do cirurgião com a do médico, que por sua vez, receitou a essa mesma escrava sangrias, três a quatro vezes ao dia. Gomes Ferreira, afirmou que se o fizesse teria seu sangue dilatado, sendo um procedimento perigoso e desgastante para a enfermiça (Cunha, 2010). Nisso, o cirurgião estava ciente dos perigos que a sangria causa a saúde, relatando que elas devem ser feitas, se necessárias, de forma moderada e “sendo a doença nova e havendo forças” (Ferreira, 2002, p. 385), ou seja, o doente deve estar relativamente robusto para suportar as sarjas. É interessante perceber que “apesar de ainda compartilhar de uma visão da medicina baseada na teoria dos humores, Luís Gomes Ferreira insurgia-se contra o uso indiscriminado das sangrias” (Furtado, 2002, p. 26).

Outro composto mencionado pelo português é a purga de rom, também citada continuamente em seus tratados, tem a ação de expelir humores viciosos, onde volta-se novamente para a teoria dos humores de Hipócrates. Tratou uma escrava que, segundo ele, se encontrava com o juízo perdido por não lhe vir a conjunção, logo, preparou um “um frasco do medicamento desobstruente e uma purga de rum, com o que lhe veio o sangue e ficou sã” (Dias, 2002, p. 90). Muitos remédios abortivos, utilizados na região de minas, não estavam somente em forma de chás, haviam também duchas ou seu uso intra-vaginal, as chamadas

chapoeiradas, foram procedimentos tradicionais que combinavam diversas ervas e caldos, dentre eles à fervura de vinho, um preparo semelhante à da purga de rom citado nos tratados de Gomes Ferreira (Soihet, 2003).

A terapêutica para seu uso também é parecida com a do cirurgião, envolvidos numa superstição e simpatia, a porção deveria ser forte, igual a cor do vinho, parecendo-se com o sangue menstrual, recomendava-se tomar em jejum e, por fim, as benzedadeiras rezavam, garantindo a “overdose hormonal”, para o aguardo da menstruação e não, necessariamente, causar um aborto. A ideia de que o sangue deve fluir, circular, era intrínseca à teoria humoral, o sangue menstrual, causando dores e loucuras na mulher, deveria sair, para que o corpo pudesse se equilibrar (Leal, 1995, p. 23, 24).

Destarte, ao avaliar os medicamentos, começa-se por perceber a quantidade de substâncias denominadas ecbólicas ou emenagogas contidas no seu trabalho, mais conhecidos como contraceptivos e abortivos (Furtado, 2002), de modo que é nítido alguns dos motivos que levaram o cirurgião a se apropriar e também elaborar compostos com o qual usou para muitas finalidades, como, por exemplo, livrar moças de uma gravidez indesejada, num quadro mais específico, as escravas negras que, sem dúvida, tinham seus corpos para o uso e prazer dos senhores colonizadores (Coelho, 2002, p. 165, 167).

No que tange o uso do corpo feminino na colônia, cabe sublinhar que é fato que se ocorreu uma generalização da prostituição na região mineira, num conjunto onde soma-se a mobilidade dos mineradores solteiros que se defrontavam com exigências burocráticas da Igreja e do Estado para o matrimônio, favorecendo a busca por relações mais livres, pelo fato dos donos das “casas de alcouce” procurarem diversificar seus investimentos para além das minas, e nessa configuração, “negras, mulatas, carijós” eram “empurradas para essa prática”. No que se refere as escravas que foram sendo delegadas para o trabalho nas minas, quando se iniciou a febre do ouro, o historiador Luciano Figueiredo (Del Priore, 2004, p. 143, 157) confirma a escassez de mulheres negras, pois as tarefas mais penosas

da extração cabiam aos homens, restringindo as escravas a função de carregar gamelas com pedras (Del Priore, 2004).

A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias (2002) está de acordo com o autor, pois confirma que havia nas Minas notória escassez de mulheres escravas, os mais ricos tinham, por uma questão de luxo, escravas minas cozinheiras, ou domésticas, outros alugavam suas escravas para terceiros, colocando-as a jornal, em atividades de pequeno comércio, que foram rapidamente se disseminando pelos arraiais (Dias, 2002, p. 86).

Quando o território começa a ser rapidamente povoado, a proporção do número de prostitutas aumenta de modo significativo no interior das vilas, e, possivelmente, a de escravas trabalhando no interior das minas. Se no início de setecentos há um contraste de uma mulher para cada trinta e cinco homens, quando já na crise da mineração no final do século XVIII e início do XIX encontra-se cinquenta e uma mulheres para vinte e sete homens (Del Priore, 2004, p. 143). Negras e mulatas estavam sujeitas aos termos da colonização, a finalidade de sua presença era para a acumulação de renda dos colonizadores e exercício do comércio para abastecimento da colônia, e, numa atitude de resistência contra a perpetuação dos seus papéis de sofrimento e padecimento, muitas recorreriam ao aborto (Del Priore, 2004).

Quanto as motivações, Luís Gomes Ferreira exprime em seus relatos que “as escravas abortavam muito”, como conta que uma vez deu arruda com assafetida para uma escrava de um ouvidor que já se encontrava no sétimo mês de gestação, com dores e dificuldade respiratória (Dias, 2002, p. 90). Nisto, parece inoportuno que, inicialmente, sob uma escassa presença de mulheres, uma escrava engravidasse, pois seu proprietário perderia uma “empregada” saudável e jovem, cujas funções eram essenciais para o andamento do serviço, e o custo para obtê-la já era alto, se viesse a gestação, decerto traria consigo os contratempos que uma gravidez carrega, não poderia continuar a contribuir para as atividades econômicas comerciais integralmente, uma vez que elas geravam renda em diversos setores econômicos, onde o lucro era voltado para seus proprietários (Del Priore, 1993).

A ocupação e trabalho das mulheres no comércio era essencial, pois sua função era vital para o abastecimento das vilas que iam surgindo e se espalhando conforme o caminho do ouro encontrado. Transportavam consumo imediato para os mineradores, chegando a se apresentar como uma ameaça para as autoridades, pois os mineradores trocavam o ouro, que certamente escondiam, por um alimento que elas vendiam ou por seu serviço sexual (Del Priore, 2004, p. 144 -156).

O historiador Ronaldo Vainfas (2004, p. 205) se pergunta se haviam “conhecimentos suficientes para controlar a própria fecundidade?”, onde acha pouco provável que o aborto e a contracepção fossem difundidos em toda a população colonial. Contudo, embora não podendo ser encontrada essa atitude e mentalidade em toda a colônia, a autora cita que muitas mulheres, sejam elas caucasianas, negras ou mulatas, decididas a abortar, iam em busca de curandeiras e parteiras, submetendo-se a tratamentos perigosos. A gravidez biológica deveria perpassar pela gravidez social, a decisão de tomar substâncias ecbólicas e abortar transgredia todo um ideal normativo, e, com efeito, inviabilizava o projeto de uma família nos moldes ocidentais, todavia, provavelmente as escravas negras observavam que não teriam o mesmo destino social que muitas caucasianas e mulatas (Leal, 1995, p. 69).

É plausível constar que havia a possibilidade de, além das próprias escravas irem em busca das curandeiras para ampará-las, os senhores colonos poderiam solicitar o trabalho de um médico ou cirurgião mais próximo que estivesse trabalhando em sua região para preparar um composto que pudesse abortar o possível nascimento de uma criança negra indesejada, temendo que pudesse causar um desajuste nos negócios (Furtado, 2002), visto que, nos tratados de Luís Gomes Ferreira (2002), diversas vezes, ele começa por relatar que o proprietário é quem o chama para tratar de sua escrava.

Destarte, se por um lado, a mulher, caucasiana da sociedade ibérica, que já era, biológica e moralmente aliada do diabo, fosse contra a lei natural de sua condição de prover a descendência, era condenada em diversos aspectos, quando se tratava de uma mulher negra escrava, a igreja parecia dar-lhe o mesmo julgo,

mas sempre o mais pesado (Del Priore, 2004, p. 109). No entanto, por outro lado, parece possível confirmar que os proprietários dessas escravas ao determinarem o impedimento de uma gravidez, agiam em conjunto com as autoridades estatais e religiosas, havendo um descompasso entre juízos morais sociais estabelecidos e as efetivas práticas de aborto impulsionadas por eles. A ontologia substancialista, no setecentos, estava em conformidade com a tradição judaico-cristã ocidental, que condena os praticantes de aborto, mas essa convicção parece não se inscrever diante de realidades tão distintas e individuais no interior da colônia mineira, visto que essas práticas não poderiam se tornar públicas (Leal, 1995, p. 66).

De acordo com a historiadora Elisabeth Badinter (1985, p. 22) “o amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina”, dessa forma, o fato de as escravas optarem por impedir uma gestação poderia estar vinculado, além do desejo de não ter um filho futuramente escravo, e isso foi um argumento justificável no século XVII e XVIII (Mott, 1989, p. 92), elas poderiam não possuir o desejo de ter um filho, principalmente, por meio da violência sexual.

Mas no setecentos, essa manifestação contrária à maternidade estava estritamente ligada a ideia de doença mental, de terem desenvolvido distúrbios mentais ao não possuírem sentimentos maternos, posto que, considerando que as mulheres negras escravas já eram encaradas como seres animais, principalmente a partir de Sarah Baartman, onde o corpo da mulher negra com supostas características zooides aproxima-se “do animal ou até confundindo-se com ele” (Braga, 2011, p. 6), soma-se ao episódio de que, quando não raro, escolhiam a fuga, o suicídio ou o assassinato (Mott, 1989), para livrar filhos, irmãos e a si próprias da escravidão, eram encaradas como seres sem alma ou sentimentos. Se “a mulher branca que assumisse o filho ilegítimo ficava sujeita a condenação moral, [...] as negras e mestiças” (Del Priore, 2004, 198) embora não sofressem esse preconceito moral sob o julgo social, num panorama terrificante, ao recorrerem

ao aborto e homicídio, eram apontadas como animais, tanto pela igreja quanto pelo imaginário social (Soihet, 2003).

A pesquisa que está em fase de conclusão pode concluir, então, que mulheres consideradas benzedoras e curandeiras possuíam práticas empíricas na arte de curar, combinando observação e experiência utilizando substâncias, chás e unguentos que se misturavam com superstições e devoções para auxiliar na cura do doente (Cunha, 2010, p. 256). Durante o longo tempo sem médicos na região mineira, e, possivelmente, sua contínua escassez em diversas vilas, fizeram com que mulheres, curandeiras e parteiras, reunissem dentro de sua experiência prática, conhecimentos acerca de seus próprios corpos, num amontoado de múltiplas culturas, sejam elas “negras, mulatas, índias e brancas tratavam-se mutuamente” (Del Priore, 2004, p. 113), e Luís Gomes Ferreira, embora preso a um universo mágico sobre os poderes do corpo feminino, mostrou-se capaz de tratar de diversos casos referentes à menstruação, contribuindo para a história da mulher na colônia.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. tradução de Waltensir Dutra. — Tradução de: *L'Amour en plus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

COELHO, Ronaldo Simões. O Erário Mineral divertido e curioso: a arte de curar. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. (Org) Carla Bassanesi. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sertões do Rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento -1710-1733. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

FERREIRA, Luís Gomes Ferreira. Tratado III: Da miscelânea de vários remédios, assim experimentados e inventados pelo autor como escolhidos de vários para diversas enfermidades. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas minas gerais. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. (Org) Carla Bassanesi. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

FINE, Agnès. Leite envenenado, sangue perturbado: saber médico e sabedoria popular sobre os humores femininos (séculos XIX e XX). In: MATOS, Maria Izilda Santos de, SOIHET, Rachel.(org). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. Arte e segredo: o Licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. **Civilizando as artes de curar: chernoviz e os manuais de medicina popular do império**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.

HIPÓCRATES. De la nature de la femme. Trad. E. Littré. Paris: Chez J. B. Baillière, 1851.

KING, Helen. **Once upon a Text: Hysteria from Hippocrates en Hysteria beyond Freud**. Berkeley (U. of California), 3-90. 1993.

LEAL, Ondina Fachel. Sangue, fertilidade e práticas contraceptivas. In: **Corpo e significado: ensaios de antropologia social**. Editora da Universidade- UFRS. 1995.

PORTER, Roy. VIGARELLO, Georges. Corpo, saúde e doenças. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges. **História do Corpo: Da Renascença às Luzes – Vol I**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary. PINSK, Caral Bassanesi.(org). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Gomes Ferreira e os símplies da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil colonial. *In*: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

Artigos

ASSIS, Marta Camargo de; GIULIETTI, Ana Maria. Diferenciação morfológica e anatômica em populações de “ipecacuanha” - *Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes (Rubiaceae). **Rev. bras. Bot.** vol.22 n.2 São Paulo Aug. 1999.

Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-84041999000200011> Acesso em: 15 fev. 2020.

BRAGA, Amanda. Dispositivos de uma beleza negra no Brasil. **Em Silel**, Uberlândia, Edufu, Anais, v. 2, n. 2. 2011 Disponível em: <<http://desejante.files.wordpress.com/2013/10/beleza-negra.pdf>>

Acesso em: 29 jul. 2020.

CARVALHO, Fabiana; FALKENBACH, Atos Prinz. O histórico da menstruação e sua relação com a saúde da mulher. **Revista Digital - Buenos Aires** - Año 14 - Nº 135 – Agosto. 2009. Disponível em:< <https://www.efdeportes.com/efd135/menstruacao-e-saude-da-mulher.htm>>. Acesso em: 2 de Jun. 2020.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. **Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG** - v. 28, n. 2 – Jul./Dez. – ISSN online 1981-3082. 2015.

Disponível em:<www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view> Acesso em: 8 de Jul. 2020.

CUNHA, Luciola de Lima. Erário Mineral: práticas curativas no Brasil do século XVIII. **Revista História**. 2010. Disponível em:>http://www.utp.br/historia/revista_historia/numero_4/PDFS/Luciola.pdf> .Acesso em: 10 de mai.2020.

LASKARIS, Julie. Error, loss, and chance in the generation of therapies. In: **Hippocrates in context**. Org. JOHN, Scarborough. PHILIP, J. Van Der Eijk Ann Hanson Nancy Siraisi. Vol. 31. Brill Leiden – Boston .2002. Disponível em:< file:///C:/Users/tulip/Downloads/Hippocrates%20in%20Context%20Papers%20read%20at%20the%20%20International%20Hippocrates%20Colloquium%20University%20of%20Newcastle%20upon%20Tyne%202731%20August%202002%20(Studies%20in%20Ancient%20Medicine)%20(Studies%20in%20Ancient%20Medicine)%20by%20Philip%20(z-lib.org).pdf>. Acesso em: 3 de Mai. 2020.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista Historia**, São Paulo, 120, p.85-96,jan/jul. 1989 Disponível em: < <http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/18594>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

NOGUEIRA, André Luís Lima. Doenças de feitiço as Minas setecentistas e o imaginário das doenças. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.259-278, jan/jun 2012. Disponível em :< <https://www.redalyc.org/pdf/3844/384434840012.pdf>> Acesso em: 29 jul. 2020.

READ, Sara. Those Sweet and Benign Humours that Nature Sends Monthly’: accounting for menstruation in early-modern England. Doctoral thesis, 2010. **Repository Iboro**.Disponível em:< https://repository.lboro.ac.uk/articles/thesis/_Those_Sweet_and_Benign_Humours_that_Nature_Sends_Monthly_accounting_for_menstruation_in_early-modern_England/9327668>. Acesso em: 05 de Jun. 2021.

VALADARES, Gislene C. et al. Transtorno disfórico pré-menstrual revisão: conceito, história, epidemiologia e etiologia. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo , v. 33, n. 3, p. 117-123, 2006 . Disponível:< <http://www.scielo.br/scielo.php?>>

Teses

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**. Menstruação feminina, maternidades e mentalidades no brasil colônia. Tese de doutorado, São Paulo. 1993. Disponível em:< <https://repositorio.usp.br/item/000731860>>. Acesso em: 24 de Set. 2022.

CAPÍTULO 4

NAS ENTRANHAS DO PODER: O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO/MG NO PLANEJAMENTO DA COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO (1946-1963)

Stéfany Tâmara Martins Queiroz

Doi: 10.48209/978-65-84959-96-3

Na segunda metade do século XX, os governos brasileiros se alinham aos Estados Unidos (EUA) na busca pelo desenvolvimento, utilizando-se da exploração dos recursos naturais (solo, minérios, fauna, flora e água). A criação da Comissão do Vale do São Francisco- CVSF, em 1948, foi estruturada dentro desse objetivo. Com o discurso de melhor utilizar o rio São Francisco, sob a égide do aproveitamento econômico, órgãos foram reestruturados, investimentos foram feitos, e, entre outros projetos, surgiram hidrelétricas como as de Paulo Afonso-BA (1948) e Três Marias-MG (1957).

O desenvolvimento aportado no crescimento econômico, eliminando o estágio de “subdesenvolvimento” do Brasil, apostava na receita americana de investimento em técnicas, visava à produção e industrialização, com vistas à exploração dos recursos naturais, principalmente a água a ser utilizada para produção de energia elétrica e irrigação do solo para produção de matérias primas para indústria.

Regina Horta Duarte (2013) relata que, no discurso do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman em 1949, a exploração dos recursos naturais era o

caminho indicado para os países “subdesenvolvidos”¹ alcançarem a paz e a prosperidade, e para tal, deveriam seguir a orientação dos países “desenvolvidos”.

A Comissão do Vale do São Francisco- CVSF foi criada tendo como modelo padrão o exemplo do *Tennessee Valley Authority (TVA)*, criado em 1933, durante o governo Roosevelt nos Estados Unidos, um dos programas do *New Deal*, sua finalidade consistia em desenvolver economicamente a região com o fornecimento de energia elétrica e aproveitando das riquezas naturais locais. No Brasil, o projeto adotava o discurso de “dominar” o rio São Francisco para “servir” a nação brasileira (BRASIL, 1963).

No início da chamada “redemocratização” do Brasil, em 1945, conjunturas políticas internas deram origem à Constituição de 1946. O deputado Manoel Novais (da então União Democrática Nacional-UDN)² apresentou a Emenda 179 à Constituição de 1946, resultando no Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que designava:

O Governo Federal fica obrigado, dentro do prazo de vinte anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias (BRASIL, 1946).

Após um debate extenso no Congresso Nacional, aproximadamente dois anos (1947-1948), reunindo médicos, engenheiros, representantes de órgãos públicos e lideranças políticas dos estados abrangidos pelo rio São Francisco, a Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948 criava a Comissão do Vale do São Francisco

1 O presidente eleito dos Estados Unidos, Truman, em 1949 referiu-se às “áreas subdesenvolvidas” em seu discurso de posse. A palavra “desenvolvimento” já existia anteriormente: ela era o termo corrente na Biologia e associava-se aos estágios dos seres vivos, assim como “crescimento”, “evolução” e “maturação”. O que mudava era o sentido dado ao termo e à forma como passou a ser utilizado, estendendo-se ao pensamento sobre as sociedades como mais ou menos próximas de um modelo natural do que elas deveriam necessariamente ser (Duarte, 2013, p. 15).

2 O sobrenome do deputado aparece nas fontes com variações na ortografia entre Novaes e Novais. Optamos por utilizar aqui Novais. Manuel Cavalcanti Novais nasceu na cidade de Floresta- PE, em 1908, morreu em Brasília-DF em 1992. Formou-se em Medicina na Universidade Federal da Bahia, em 1930, tendo trabalhado na área da saúde pública no estado baiano. Foi eleito para um cargo público pela primeira vez em 1933, na ocasião deputado federal pela Bahia, pelo Partido Social Democrático (PSD). Cumpriu treze mandatos como um dos maiores representantes do Estado da Bahia, em 1986 derrotado nas urnas, teve fim sua carreira política.

para elaborar o plano determinado pelo referido Art. 29. A Comissão era subordinada diretamente ao presidente da República e possuía autonomia financeira e administrativa.

Art. 7º-Incubec à CVSF:

a) organizar e submeter ao Presidente da República para aprovação no Congresso Nacional, o plano geral de aproveitamento do Vale do São Francisco, que vise a regularização do curso de seus rios, melhor distribuição de suas águas, utilização de seu potencial hidro-elétrico, fomento da indústria e da agricultura, desenvolvimento da irrigação, modernização dos seus transportes, incremento da imigração e da colonização, assistência às exploração de suas riquezas (BRASIL, 1948)³.

A Comissão do Vale do São Francisco oferecia serviços diversos, em nome do desenvolvimento do Vale, e era comandada por pessoas das elites políticas mineiras e baianas, com projetos fortemente articulados em uma organização política, social e econômica. Segundo Paula (2017), as classes dominantes, agrária e urbana, vinculadas a regiões do Nordeste, cobravam sua parte na Comissão que já tinha destinação de verba garantida.

Laurindo M. Pereira (2017) aponta que os deputados que reivindicavam ações específicas da CVSF sempre as justificavam como atividades importantes para todo o Vale, mas defendiam, na realidade, recursos para locais ligados especificamente as suas zonas eleitoreiras. Em meio aos debates sobre a CVSF, imperavam os interesses políticos dos representantes de cada um dos cinco estados que o Vale abrangia.

Foram designados deputados dos estados banhados pelo rio São Francisco para representar a Comissão do Vale do São Francisco no Congresso Nacional. Inicialmente, o representante de Minas Gerais, José Maria Alkmin⁴ (PSD), foi ainda relator geral da Comissão, destacou vários projetos para a região a qual

3 Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-541-15-dezembro-1948-363894-norma-pl.html>

4 José Maria Alkmin nasceu na cidade de Bocaiúva, Minas Gerais, em 1901 e faleceu em 1974, em Belo Horizonte. Bacharel em Direito, começou sua vida política ao ser incluído na chapa do Partido Progressista Mineiro (PPM). Alkmin passou a assumir diversos cargos importantes, entre eles, a de Ministro do Tribunal das Contas de Minas Gerais e a de Ministro da Fazenda, no governo do presidente Juscelino Kubitschek. Em 1945 foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD), elegendose deputado federal por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte.

pertence o município de São Francisco/MG⁵.

O deputado Alkmin constituía um dos canais usados pelos políticos do município de São Francisco/MG para mover articulações dentro do poder central e captar recursos da CVSF. A união e atuação da elite política local em busca de benefícios constituiu atividade importante para atuação da CVSF na área mineira do vale do São Francisco. Os acordos políticos, tanto em esfera regional como nacional, destacaram-se no processo de existência da CVSF.

Em São Francisco/MG, apresenta-se a conveniência em torno de acordos e atuação conjunta da elite política em prol dos interesses convergentes entre eles. A população em geral também fazia parte do processo de barganha enquanto base eleitoral dos indivíduos políticos citados, mas, como aponta Soares (1973), a estrutura política era claramente ligada à atuação da classe dominante, favorecendo seus interesses.

São Francisco/MG: um ponto no cenário político nacional em relação à CVSF

A maior parte dos parlamentares presentes nas discussões e votações referentes à CVSF, em plenário, para conseguir a aprovação do projeto usavam a retórica de ser necessária e urgente a implantação de políticas e ações para melhorar a qualidade de vida dos ribeirinhos, os relatos apresentavam problemas relacionados a transporte, saúde, moradia e educação no Vale. Os movimentos em torno do projeto que instituiu a CVSF constam nos documentos da Câmara que relatam sua tramitação no Congresso (BRASIL, 1963).

O principal foco da CVSF envolve a bacia hidrográfica⁶ do rio São Francis-

5 Como o trabalho envolve muitas denominações “São Francisco”, utilizaremos aqui São Francisco/MG acompanhado da sigla MG para designar o município ou cidade, a fim de evitar possíveis equívocos referentes a comissão ou ao rio de mesmo nome.

6 A concepção de bacia hidrográfica, como região, repercute no Brasil a partir dos anos 1940 através do intercâmbio técnico, científico e político promovido pelas formas de cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos. É a partir desse referencial teórico e da experiência norte-americana de bacias hidrográficas que o planejamento regional se origina no Brasil e predomina como concepção até meados dos anos 1950 (Chiquito, 2012).

co. Esta última abrange 634 mil km², 7,5% do território nacional, o Rio nasce na Serra da Canastra, estado de Minas Gerais, passa pelo estado da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, terceira maior bacia hidrográfica do país, e já havia sido polo de direcionamento de políticas econômicas por integrar o interior do Brasil.

No período estudado, 1946 a 1963, geralmente o vale do Rio São Francisco era dividido em três partes: Alto, estabelecido dentro do estado de Minas Gerais, entre a nascente na Serra da Canastra e Pirapora; Médio, de Pirapora-MG até Remanso-BA, trecho de melhor navegação, sendo o transporte fluvial recorrente de Pirapora-MG a Juazeiro-BA; e Baixo, trecho que se estende de Remanso até a sua foz, no oceano Atlântico (BRASIL, 1963)⁷.

O município de São Francisco/MG se localiza à margem direita do rio São Francisco, dentro do estado de Minas Gerais, na região do Norte de Minas. O fato de ser um território ribeirinho, localizado no vale do rio São Francisco, fez com que o espaço passasse a ser contemplado com a política de planejamento que englobava a Comissão do Vale do São Francisco na metade do século XX.

Em 1950, São Francisco/MG comportava, como parte do seu território, os atuais municípios de Pintópolis, Chapada Gaúcha, Urucuia e Icaraí de Minas, posteriormente emancipados. Ainda em 1950, o território somado era de 8.119 km², com uma população de 33.241 habitantes, sendo a urbana de 2.903 indivíduos.

Segundo Roberto Pereira (2015), a cidade sede de São Francisco/MG, na década de 1960, possuía apenas três bairros: o Centro, o bairro Matadouro e o bairro Quebra. Tendo entre seus habitantes, sertanejos, quilombolas, comerciantes, pescadores, pequenos lavradores, criadores de gado, fazendeiros, profissionais liberais, entre outros. Muitas pessoas, vindas principalmente dos estados do Nordeste, descendo o rio, se aportavam e criavam raízes na cidade ribeirinha de São Francisco/MG (Pereira, 2015).

⁷ Cf.; Plano de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco (BRASIL, 1963). Embora os mapas dos estudos ligados à CVSF relativos ao Vale do São Francisco o dividam em três regiões, alguns deputados nas discussões do Plano na Câmara se referiam ao Vale apenas em Alto (região mineira) e Baixo (região Nordeste (atual, 2022)).

Tomando como parâmetro o recorte da pesquisa, o município de São Francisco/MG, é importante considerar a característica majoritariamente rural desse município, marcado pela dominação econômica e social estabelecida na propriedade de terras. De acordo com o IBGE (1959, p. 196), em 1950 as “atividades industriais” se reduziam à transformação de produtos agrícolas nos estabelecimentos rurais, os cargos públicos eram limitados a 42 indivíduos (0,18% da população), sendo 89% da população rural ligada às atividades agrícolas. Outro fato relevante é a taxa de alfabetização estabelecida em aproximadamente 19% no censo de 1950, sendo que dos 27.613 habitantes acima de cinco anos, 5.211 sabiam lê e escrever (IBGE, 1959).

Soares (1973) defende que no nível estadual, de 1945 a 1964, direcionou-se a organização política do país em razão dos interesses de classe, comprimindo a política oligárquica. Segundo o autor “a supra-estrutura política reflete a organização e o desenvolvimento da produção, a infra-estrutura econômica” (Soares, 1973, p. 48) e no Brasil o controle político pelas oligarquias se estabelecia nas bases da produção agropecuária. Ainda segundo Soares (1973), conforme o processo de industrialização e urbanização foi crescendo, aliado à ampliação da cidadania através do voto e ainda o crescimento do Estado, através do aumento do funcionalismo público, aumentava-se o interesse de outras classes pelo poder político.

Em relação à política nacional é importante pontuar que o ano de 1946 apresenta uma nova fase. A Constituição de 1946 estabelecerá novas regras ao jogo político, o que provoca mudanças, algumas rápidas outras lentas. O regime político do Brasil passa a se estabelecer como democrático. A eminência do pluripartidarismo desencadeia rearranjos políticos, maior autonomia dos estados e municípios, os cidadãos (com exceção dos analfabetos) recebiam o direito ao voto livre e secreto como elemento de força política, todos esses elementos estabeleciam múltiplas relações dentro do Estado.

As implicações das mudanças que se iniciam em 1945 vão mexer com a classe política em São Francisco/MG. Como relata Soares (1973), as elites oli-

gárquicas, percebendo a impossibilidade da volta da política dos governadores, lançam-se à conquista do poder político nacional por meio das alianças locais e estaduais do Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN), partidos caracteristicamente conservadores, tradicionais e oligárquicos, cujas bases ligadas às regiões rurais já estavam pré-estabelecidas antes de 1945.

Embora em âmbito local seja pouco visível a movimentação dos partidos em torno do poder, a hegemonia dos partidos conservadores em São Francisco/MG, especificamente o PSD, estabelece junto a outros municípios ribeirinhos uma base que se fortalece à medida que reúne oligarquias regionais com o mesmo, formando uma base consistente do partido em escala nacional. Ao mesmo tempo, se estabeleceram trocas de favores, emendas parlamentares repercutiram na ação da CVSF no município estudado, sendo assim importante explicar sobre esse movimento.

A aprovação do projeto da CVSF permitiu barganhar apoio político para eleições presidenciais em todos os estados ligados ao Vale. Assim, foi pontual a contribuição do regime jurídico da Constituição de 1946, com a aplicação de recursos em investimentos no espaço abrangido pelo rio São Francisco e a extensão ao voto secreto independente de renda no processo político democrático.

Segundo Gláucio Soares (1973), durante o processo político nacional iniciado em 1946, as famílias oligárquicas se uniram para impedir que outras classes sociais acessassem o poder. Nesse contexto, Fabíola Soares (2020) aponta que o antagonismo entre as famílias, Caetano e Braz, que dominavam o cenário político local de São Francisco/MG, no período aqui estudado, era apenas uma ilusão popular, sendo o panorama de união ligada a acordos. Os documentos da Câmara Municipal analisados pela autora demonstram que não havia embates significativos.

Em 1957, a oposição entre as famílias Caetano e Braz era na esfera da ilusão popular. Brazim, Oscar Velho, Petrônio Braz e Oscarzinho atuavam no Conselho Municipal de Administração de São Francisco. Para compor o Conselho, Oscarzinho pede que se convoquem Braz, que é capaz por conhecimento de causa, para prestar orientação e esclarecimentos sobre as dificuldades enfrentadas com a hidrelétrica de Pandeiros. A solicitação é aceita e a tomada de ações é dividida entre eles (Soares, 2020, p. 95).

Em São Francisco/MG, a política era representada majoritariamente pelas famílias Caetano e Braz, devendo-se considerar a participação das duas famílias como um grupo coeso, apesar de algumas discordâncias internas. Os patriarcas Brasileiro Braz e Oscar Caetano Gomes tinham como ponto comum o partido do qual faziam parte, o PSD, com bases ligadas ao poder econômico e social latifundiário.

Segundo Braz (1977), em São Francisco/MG, o PSD tinha entre seus apoiadores Oscar Caetano Gomes, prefeito da cidade de 1931-1947 (por nomeação), e Brasileiro Braz, membro do diretório estadual do PSD, sendo presidente do diretório municipal do PSD durante 18 anos. Fabíola Soares (2020) reforça que esses dois políticos dominaram a política local até a década de 1970. Dentro da CVSF, essas filiações lhes permitiram um poder de barganha, sendo o partido um elo entre a política local, estadual e federal.

Fica notório, no processo de formação da CVSF, que o partido era uma agremiação importante na conquista de benefícios, principalmente quando ligados ao poder, mas fica evidente também os acordos traçados entre associados de grupos distintos, aliada à disputa por filiados de partidos opostos. Como destaca Paula (2017), os acordos e a troca de favores eram constantes entre membros de agrupamentos diferentes. Embora apegados a integrantes em comum, os partidos não ignoravam aqueles indivíduos que estivessem transitando entre os grupos partidários.

O livro do memorialista Brasileiro Braz intitulado como São Francisco nos Caminhos da História⁸, lançado em 1977 em comemoração ao centenário de emancipação do município, serve nos como parâmetro para levantamento de

⁸ Segundo Roberto Mendes Pereira (2015, p. 20) essa fonte nos aponta para uma história contada de “cima para baixo”, história de uma cidade construída por colonizadores, fazendeiros, padres, prefeitos, famílias ditas “tradicionais” e membros de grupos favorecidos socialmente. Segundo o autor, nos dias atuais, quem ler tal obra buscando entender as razões históricas da atualidade econômica, social, política e cultural de São Francisco talvez tenha uma visão, se não distorcida, pelo menos fragmentada, visto que, em geral, trata de episódios nos quais os protagonistas da construção da cidade não são trabalhadores ou despossuídos, mas sempre pessoas “distintas” que, em sua visão, contribuíram com o “progresso” e o “desenvolvimento” do lugar. Reafirma-se esta fonte, utilizada nesta pesquisa apenas como um parâmetro a ser considerado, mantendo a consciência crítica enfatizada por Pereira (2015).

informações relacionadas aos registros históricos da cidade, busca-se ainda comparar seus dados com outras fontes. É notório que se trata de uma história contada do ponto de vista do autor com características semelhantes à autobiografia. E, embora o autor se refira apenas a agentes históricos relacionados à aristocracia, a fonte é importante no sentido de entender as amarras estabelecidas.

Partindo do seu ponto de vista, o memorialista Brasileiro Braz (1977) registra as disputas partidárias que repercutem na região de São Francisco/MG. O envolvimento de questões políticas referentes à CVSF e o município aparece em sua descrição quando revela o deputado José Maria Alkmin (PSD) como seu aliado, considerando a atuação desse sujeito dentro da Comissão Especial do Vale do São Francisco e no parlamento.

Imediatamente após o desfecho da convenção pessedista fomos procurados em Belo Horizonte por eminentes líderes das duas correntes (...) A primeira conferência que tivemos foi com o deputado José Maria Alkmin, que estava destinado a ocupar elevadas posições na política e na administração desse país. Procurou-nos no Hotel Tamoios onde ficamos hospedados e nos fez um dramático apelo para que amparássemos o PSD em São Francisco (Braz, 1977, p. 206).

Segundo Dulci (1999), a primeira derrota do Partido Social Democrático-PSD em Minas, em 1947, decorreu de divergências no partido quanto à indicação de candidatos para governador do estado. O primeiro nome sugerido foi o de Carlos Luz, contando com o apoio do Partido Republicano-PR e parte da União Democrática Nacional-UDN, porém alguns membros do partido discordaram. Assim a UDN se desligou da conexão e lançou Milton Campos. Wenceslau Braz foi o segundo candidato impicado pelo PSD, mas foi imposto o nome de Bias Fortes como concorrente à sua candidatura dentro do partido.

Pelo descrito por Brasileiro Braz (1977), é possível visualizar as repercussões políticas envolvendo a elite política estadual e federal em São Francisco/MG, uma vez que o deputado Alkmin pede pelo apoio ao candidato do PSD a governador de Minas Gerais, desvendando algumas das relações sociais e políticas entre o estado e o município. Embora a região fosse parcialmente isolada em termos de acesso, estava integrada e ativa na política nacional.

O sistema envolvendo favores, embora com mudanças relativas ao novo cenário político e jurídico pós 1946, não acabou de uma hora para outra, permanecendo muitas práticas do regime anterior. “O vigor do sistema depende desta soma, sobre a qual repousa a ação concertada das elites tanto na esfera regional quanto na esfera nacional” (Dulci, 1999, p.126). O compromisso era, segundo Dulci (1999), um traço marcante da projeção estadual para nacional, sendo assim amortecidos, com acordos e composições, os conflitos entre as elites municipais.

Braz (1977) relata ainda que o deputado José Maria Alkmin, mobilizou os políticos da região ribeirinha no apoio à candidatura de Bias Fortes, se comprometendo a “representar o pensamento de vocês na Comissão de Aproveitamento do São Francisco na Câmara e todo o empenho do governo Bias Fortes no sentido de resolver os problemas permanentes da região” (Alkmin *apud* Braz, 1977, p. 235).

Apesar do acordo entre Braz e Alkmin fosse ligado ao sistema de apoio local ao candidato a governador, não era totalmente dependente do governo estadual, e o deputado representava uma ligação direta do município com o governo federal. Como destaca Soares (1973), com a integração política e econômica da União, os estados foram perdendo o seu papel de mediador entre os municípios e órgãos federais na busca de recursos.

Milton Campos-UDN acabou vencendo as eleições de 1947 para governador de Minas Gerais. No entanto, em nível federal, o poder estava nas mãos do PSD, tendo Dutra como presidente da República, ao qual a CVSF estava diretamente subordinada, como expresso no parágrafo único do art. 1º da Lei 541/1948.

É importante considerar todo esse aporte do cenário político local envolvendo São Francisco/MG para não se generalizar comportamentos e repercussões, já que, apesar da conjectura ser um determinante, tem-se as especificidades ligadas a cada região. Sendo que, vários papéis se entrecruzam durante os vinte anos de atuação da Comissão do Vale do São Francisco.

Considerando o ponto de vista aqui analisado, as relações da CVSF permeiam várias instâncias pelas quais perpassa o poder político, deixando rastros que definem sua atuação. Nesse sentido, são observadas mudanças sensíveis nas

prioridades da CVSF ao longo dos anos em acordo com as políticas econômicas de cada Presidente que assumia o governo federal. As ações em São Francisco/MG seguiram em ritmo lento, tendo em vista as alternâncias no poder nacional e todo o processo em que se envolvia propostas, planos, aprovações e execuções das atividades desenvolvidas pelo órgão da CVSF.

Propostas da CVSF em solo são franciscano

O espaço para o qual a CVSF fez o Plano Geral com ações e investimentos em diferentes setores não se tratava de um vazio, não era como um papel em branco, possuía uma história, pessoas com perspectivas e interesses diferentes do que estava sendo planejado. Os projetos da CVSF estavam sempre apontando para as possibilidades e potencialidades do Vale, o discurso se envolvia em uma estratégia para explorar os recursos naturais da região que era deficiente em infraestrutura, saúde, emprego e educação.

Como destaca Martins (2022), ainda que os relatórios da CVSF apresentassem o vale do rio São Francisco como espaço natural não aproveitado, de recursos rústicos, insuficientes e carentes, seus habitantes já utilizavam tecnologias do período, como navios a vapor, telégrafos, locomotivas, indústrias e pequenas hidrelétricas. No entanto, a maioria da população utilizava essas técnicas para produzir meios de subsistência, enquanto a mercantilização dos produtos concentrava o capital nas “mãos” dos grandes proprietários de terra da região. As ações da CVSF aconteceram em um espaço com história, modo de vida e de ser político, com relações sociais estabelecidas muitas vezes pelo medo, violência e paternalismo.

O cenário anterior à formulação da Comissão do Vale do São Francisco, a Segunda Guerra Mundial levou a transferência do transporte de cabotagem do litoral para o rio São Francisco. Assim, ainda no Estado Novo (governo de Vargas), o Rio foi alvo de políticas para melhorar o transporte fluvial. Quando a Constituição de 1946 foi formulada, os constituintes aprovaram a destinação de verbas para um novo plano direcionado ao desenvolvimento do Vale do São

Francisco, a CVSF foi formada para executar as políticas relativas a esse plano e inicialmente, através das chamadas obras emergenciais, previu entre outras ações o prosseguimento ao que havia sido iniciado no governo Vargas.

O que de fato foi realizado pela Comissão do Vale do São Francisco no chão do município de São Francisco/MG? Para a região de São Francisco/MG foram encaminhadas obras importantes para o cais, construção de hospital, linhas telegráficas, melhorias no campo de pouso e um terreno de irrigação, além de ações relacionadas ao combate à malária e melhoria nos transportes fluviais.

O rio São Francisco era a principal via de tráfego na região. A primeira obra destinada a São Francisco/MG foi a construção do cais no porto de acesso à cidade pelo Rio, onde se atracavam vapores, e se faziam as trocas tanto de mercadorias como de informações, além do embarque e desembarque de passageiros e cargas (Pereira, 2021). Embora a construção do cais tenha se iniciado em 1947/1948, a balaustrada que compõe a estrutura foi finalizada apenas na década de 1960.

Entre as obras feitas pela CVSF no Vale estão a construção de uma rede de hospitais. Em São Francisco/MG, a primeira fase desse empreendimento tratou apenas da construção do prédio, um relevante passo para o acesso da população a serviços básicos de saúde. Como relata Wirth (1982), em 1950 a expectativa de vida do mineiro ficava entre as mais baixas do país. Inicialmente a população ainda estava ligada às práticas de cura popular tradicionais, sendo o hospital a última opção a ser procurada, o que se percebe na análise das reportagens do jornal local, o SF - O Jornal de São Francisco, da década de 1960.

As ações do período 1947 a 1950 foram reduzidas as obras emergenciais anuais estabelecidas por meio da comissão de deputados representantes da CVSF no Congresso, sendo as obras realizadas por intermédio dos ministérios federais. O grande plano, chamado Plano Geral, seria elaborado nos anos seguintes e executado pela CVSF formada por engenheiros e técnicos⁹.

⁹ Para dirigir a Comissão do Vale do São Francisco foram nomeados, inicialmente, pelo presidente da República em 1950, os engenheiros Paulo Peltier Queiroz, como diretor superintendente, Lucas Lopes para Diretoria de Planos de Obras e Oscar Espínola Guedes para Diretoria de Produção e Assistência.

Os anos de 1949 e 1950 foram utilizados pela CVSF para estudo e planejamento do programa do Plano Geral, referente aos anos de 1952-1956. O ano de 1951 foi de transição das obras emergenciais para o Plano Geral. Este último foi enviado ao Congresso junto com a mensagem nº 548 do presidente Dutra, em dezembro de 1950.

As obras referentes ao Plano Geral da CVSF, apresentado em 1950, depois de cinco anos sendo discutido no Congresso Nacional, foi aprovado e publicado em setembro de 1955, transformando-se na Lei 2599/1955. O orçamento do quinquênio 1951-1955 foi então direcionado para: estudos, levantamentos e observações; regularização do regime fluvial; centrais elétricas e linhas de transmissão; navegação e tráfego fluvial; irrigação e colonização; rodovias de acesso e ligação; aeroportos e campos de pouso; urbanismo e saneamento urbano; abastecimento d'água; saneamento rural e drenagem; saúde e assistência; desenvolvimento de produção e custeio da comissão.

Nos programas do primeiro quinquênio, São Francisco/MG e as cidades mineiras de Januária, São Romão e Manga foram contempladas com o projeto de obras relacionadas às centrais elétricas e linhas de transmissão correspondente a usina hidrelétrica de Pandeiros, rio afluente do São Francisco.

Outro importante ponto do Plano, ligado a São Francisco-MG, se relaciona ao saneamento urbano por meio do abastecimento da cidade com água potável. Os estudos, projetos, execução de obras de captação, adução, tratamento e distribuição deveriam ser realizados por meio de convênio entre as prefeituras e a CVSF. Embora o Plano trate de um quinquênio relativo aos anos de 1951 a 1955, o acordo para a instalação do serviço de abastecimento de água em São Francisco/MG foi firmado apenas em 1956.

No segundo quinquênio do Plano Geral foi dado início ao programa educacional consistente na criação e manutenção de “centros de treinamento para jovens líderes rurais” como parte da rede de Escolas Caio Martins. Em São Francisco/MG instalou-se o “Núcleo de Formação de Jovens Líderes Rurais”, manti-

do pelas Escolas Caio Martins, em 1956¹⁰, iniciando suas atividades com 26 alunos¹¹. Não foi encontrada outra relação entre escolas do município com a CVSF.

A CVSF, ainda no início da década de 1960, dotou São Francisco/MG de serviço de travessia do rio, conclusão da estrada São Francisco/MG-Brasília/MG-Coração de Jesus/MG e finalização do serviço de abastecimento de água. No mês de março de 1960, o município já arrecadava impostos referentes a taxas de eletricidade, água, balsas e até mesmo uma taxa do cais, conforme publicação no jornal SF (1960, p.3). Mas todos esses serviços não ficaram alheios a barreiras políticas, econômicas e sociais quanto a sua execução e consolidação.

Os acordos firmados colocaram diversos órgãos em cooperação com a CVSF, ligando-os diretamente aos trabalhos propostos pelo Plano. Os primeiros documentos encontrados nesta pesquisa¹², com conexão à prefeitura de São Francisco/MG, apontavam a execução de serviços propostos pela CVSF a outros órgãos, foi necessário ampliar a rede de fontes para se chegar ao projeto da CVSF, aglutinador desses serviços.

A Comissão do Vale do São Francisco, embora pensada para agilizar e facilitar empreendimentos no Vale do Rio São Francisco de forma autônoma, não agiu sozinha em suas atividades, foram feitos vários acordos e convênios com órgãos públicos já existentes, inclusive com empresas privadas (responsáveis, principalmente, pela rede de transmissão e distribuição de energia).

A questão de planejamento em relação às estiagens já constava na Constituição Brasileira de 1934, na qual um mínimo de 4% da receita tributária da União destinava-se a programas de combate às secas. A Constituição de 1946 determina e regulamenta em seus artigos 5º e 198 o orçamento de 3% a serem aplicados à chamada “região das secas” ou “Polígono das Secas”, incluindo ainda parte do Norte de Minas.

10 FUCAM-Fundação Educacional Caio Martins. Memorial. Disponível em: <<https://www.fucam.mg.gov.br/a-fucam/memorial>> acesso em 05/03/2021

11 SF- As “Escolas Caio Martins” em São Francisco/MG. **O Jornal de São Francisco**, ano III, nº 124, p. 3, 17 nov. 1963

12 Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa de mestrado apresentada em 2022 na dissertação intitulada “A Comissão do Vale do São Francisco no município de São Francisco/MG (1946-1963): Desenvolvimento e Natureza no Norte de Minas Gerais”.

Ao final dos discursos na Câmara, a respeito da CVSF, propôs-se a divisão de verbas de acordo com a proporção de 3% da renda tributária da União destinada à região do Polígono das Secas. Por fim, os serviços foram realizados por meio de cooperação e acordos firmados entre a CVSF e órgãos, como o DNOCS, as prefeituras municipais, a Secretaria Especial de Saúde Pública (SESP) e outros.

O planejamento e aprovação de obras relacionadas à CVSF demandou tempo, muitas discussões e disputas no Congresso Nacional, não sendo fácil a execução dos serviços. O Brasil ainda era um país predominantemente agrícola e muitos equipamentos e materiais para efetivo cumprimento do Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco foram importados, e, para chegarem à região, enfrentavam percalços e desafios em um transporte moroso e com poucas vias de ligação.

Considerações finais

O mais importante pilar da CVSF foi a Constituição de 1946 e o financiamento de 1% do orçamento anual da União, sendo também ele o ponto aglutinador de interesses das mais diversas forças políticas da época. Os homens que discutiram e trabalharam na configuração da CVSF foram sujeitos ligados ao governo federal que tiveram que lidar com resistências, interesses e interferências dos indivíduos diretamente ligados ao espaço influenciado pelo rio São Francisco, estando presente neste estudo apenas algumas considerações a respeito dos homens ligados à política local de um dos vários municípios que compõe o Vale.

A Comissão foi construída dentro do que Koselleck (2006) trata como “espaço de experiência e horizonte de expectativas”¹³ daqueles sujeitos, ligados à

13 Levando-se em conta as ideias de Koselleck (2006) sobre espaço de experiência e horizonte de expectativa, cada indivíduo possuía sua experiência e sua expectativa com relação ao que deveria ser a Comissão do Vale do São Francisco. O autor propõe que a experiência e a expectativa são categorias apropriadas para a descoberta do tempo histórico, pois, “enriquecidas em seu conteúdo, dirigindo ações concretas no movimento social e político” se diferenciam com relação à transmissão da realidade histórica, das denominações que apontam para processos ou situações históricos (Koselleck, 2006. p. 308).

sua estrutura política e econômica, claramente influenciados pelas concepções de planejamento norte-americano. São Francisco/MG se insere nesse contexto à medida que as políticas da CVSF são acopladas ao município com base nos interesses políticos e econômicos que envolvem os agentes do Estado.

O município de São Francisco/MG, pertencente ao trecho médio do rio São Francisco, foi foco dos empreendimentos da CVSF, tendo em vista o seu importante entreposto comercial e sua densidade demográfica como uma das maiores do Vale (BRASIL, 1963). Infere-se que sua força eleitoral no regime democrático de 1946, aliada a outras cidades ribeirinhas do segmento ligado ao Norte de Minas, tenha contribuído para envolver o município nas políticas públicas direcionadas pela CVSF, e ainda sua extensão territorial foi importante na união política de Minas Gerais e demais estados pertencentes ao Vale.

Como descrito por Leopoldi (2002), o Estado não é um bloco monolítico, está sempre permeado de interesses contraditórios e complementares, formado com alianças e conflitos. A Comissão do Vale do São Francisco se insere nesta perspectiva à medida que compõe o Estado e nela emerge diferentes concepções, importantes para desvendar algumas dinâmicas políticas e sociais locais, nacionais e globais.

No processo de atuação da Comissão, os moradores do Vale não são inertes à sua atividade. Embora muitos sujeitos estejam silenciados pela história, outros se manifestam nas fontes históricas, como deputados e prefeitos ligados ao Vale que constituíam os legítimos representantes do povo ribeirinho nos âmbitos do poder político após 1946, independente das jogadas políticas.

Com as ressalvas às contradições sociais, provocadas pelo processo excludente do desenvolvimento econômico do Brasil, as obras instaladas em São Francisco/MG pela CVSF, como a estrutura do cais, água encanada, energia elétrica e o Núcleo de Formação de Jovens Rurais mantido pelas Escolas Caio Martins, permitiram um desenvolvimento relativo à região. Independente das problemáticas relacionadas aos privilégios de algumas classes, essas políticas foram

importantes para desenvolver alternativas para melhorar a estrutura da cidade e qualidade de vida das pessoas, ainda que, em termos econômicos referentes à permanência do homem no Vale, tal perspectiva não tenha sido cumprida.

Fontes

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano de Valorização Econômica do Vale do São Francisco**. Documentos Parlamentares CXIII, 1963.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm acesso em 24/05/2022

BRASIL. **Lei nº 2.599, de 13 de setembro de 1955**. Dispõe sobre o Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. RJ, DF, 1955. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2599-13-setembro-1955-361175-norma-pl.htm> acesso em 12/07/2022

BRASIL. **Lei No 541, De 15 de Dezembro de 1948**. Cria a Comissão do Vale do São Francisco, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0541.htm acesso em 06/03/2022

BRAZ, Brásiliano. **São Francisco nos Caminhos da História**. São Francisco: Lemi, 1977.

FUCAM-Fundação Educacional Caio Martins. **Memorial**. Disponível em <https://www.fucam.mg.gov.br/a-fucam/memorial> acesso em 06/03/2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. 27. RJ, 1959.

SF- O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. As “Escolas Caio Martins” em São Francisco. **O Jornal de São Francisco**, ano III, nº 124, p. 3. 17 nov. 1963

SF- O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. Aviso. **O Jornal de São Francisco**, ano I, no 35, p. 3, 20 nov. 1960.

SF- O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. Linhas telegráficas. **O Jornal de São Francisco**, ano 3, n. 100, 8 abr. 1962.

Referências

CHIQUITO, Elisangela de Almeida. Multiple-Purpose River Valley Development: A Repercussão Do Ideário e das Experiências de Planejamento Regional Norte-Americanos no Brasil. In. BROSE, Markus (org.). **TVA e instituições de desenvolvimento regional**: contribuições para a história das ideias. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. Disponível em: https://www.unisc.br/editora/ebook_06015.pdf. Acesso em: 24/08/2022.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

DULCI, Otávio S. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto - PUC-Rio, 2006.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Crescendo em Meio à Incerteza**: A Política Econômica do Governo JK (1956-60). In. GOMES, Ângela de Castro (org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MARTINS, Flávio Dantas. O Rio São Francisco na História: **O Uso Público da Memória e o Projeto de Meio Técnico-Científico – Brasil 1930–1950**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12083> Acesso em: 20 de junho de 2022.

PAULA, Dilma A. Sob o “domínio das águas”: As hidrelétricas de Três Marias e Paulo Afonso como expressões de disputas políticas no interior das Comissões do Vale do São Francisco. In. PAULA, Dilma A. PEREIRA, Laurindo M. (Orgs.). **Desenvolvimento em Minas Gerais**: Projetos, Agentes, Viveres. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PEREIRA, Adriana Rodrigues. **O Paradoxo do Progresso**: Um estudo sobre o fim da navegação a vapor no médio São Francisco (1957-1972). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos: UNIFESP, 2021.

PEREIRA, Laurindo Mékie. Em nome do Vale e da Nação: A intervenção de Geraldo Rocha, Manoel Novais e José Maria Alkmin nos debates sobre o desenvolvimento do vale do São Francisco. In. PAULA, Dilma A. PEREIRA, Laurindo M.(Orgs.). **Desenvolvimento em Minas Gerais: Projetos, Agentes e Viveres**. Jundiaí: Paco, 2017.

PEREIRA, Roberto M. Sobre(vivências): **Modos de vida, Trabalho e Institucionalização dos Pescadores Artesanais de São Francisco-MG (1960-2014)**. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.

QUEIROZ, Stéfany Tâmara M. **A Comissão do Vale do São Francisco no Município de São Francisco/MG (1946-1963): Desenvolvimento e Natureza no Norte de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos: UNIFESP, 2022.

SOARES, Fabíola A. S. **Caetanismo e Brazilianismo: Um estudo sobre a política de São Francisco/MG (1924-1977)**. Dissertação (mestrado em História Social) Unimontes, 2020.

SOARES. Gláucio Ari D. **Sociedade e Política no Brasil: Desenvolvimento, Classe e Política durante a Segunda República**. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1973.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira**. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. RJ: Paz e Terra, 1982.

CAPÍTULO 5

OS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ A PARTIR DO SUBPOSTO DE DAVID CALDAS (1938-1945)¹

Rakell Milena Osório Silva

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Doi: 10.48209/978-65-84959-96-4

O início do Governo de Getúlio Vargas representou um avanço das políticas sociais no país, oscilando entre medidas descentralizadas, orientadas por noções de privilégio e exclusão do período anterior e o início de uma intensa centralização política e administrativa do governo vigente, adotada pelo presidente populista. No início da década de 1930, uma das principais propostas adotadas no país foi em direção à saúde pública, que apresentava um quadro precário, principalmente no que diz respeito ao interior do país. Não houve rompimento com o que estava sendo realizado na área da saúde, uma vez que desde o início da década de 1920 o país passou a adotar uma cultura sanitária, principalmente na capital Rio de Janeiro, e por isso, foi possível uma incorporação tanto das instituições, quanto dos agentes, para estabelecer a normatização, centralização e especialização profissional.

Uma das principais medidas adotadas em relação à saúde pública nesse primeiro momento, foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em 1930, responsável por elevar as ações de saúde coletiva, assim como

¹ Este trabalho é resultado de uma pesquisa já finalizada do projeto PIBIC CNPq, da Universidade Estadual do Piauí- UESPI, com vigência 2021-2022, intitulado “Curar com ciência e prevenir com cautela: os postos de higiene e a interiorização da saúde pública no Piauí (1930-1949)”, sendo orientado pela Prof.^a Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho.

o sanitarismo campanhista, a fim de incentivar a população a atuar na salubridade de ambientes públicos e privados e a higiene de seus corpos (Gudini, 2012). Nesse período, o quadro sanitário da capital ainda não grassava da forma desejada, mesmo havendo a concentração dos programas de saúde na área urbana, as precárias condições de salubridade ocasionavam a presença de diversas doenças endêmicas e epidêmicas. Em contrapartida o interior ficava à margem, com serviços precários ou sem nenhuma assistência. (Paim, 2011).

As práticas políticas da Primeira República ainda estavam latentes na década de 1930 com as relações desiguais entre os estados e, a partir disso, o Estado passou a ser o principal prestador desses serviços, com uma forte campanha de nacionalização pautada na modernização do sistema político da união, a saúde pública seria delineadora desse modelo centralizado, em contraponto aos interesses privados regionais, que colocavam o higienismo e a salubridade em segundo plano (Fonseca, 2017).

As referências de saúde pública, antes baseadas na cura e tratamento das enfermidades, passaram a combinar de forma peculiar as medicinas preventiva e curativa, desenvolvendo uma nova forma de tratar a população do país. Em torno dessas novas concepções de prevenção, estratégias e prioridades foram definidas, não se restringindo somente à capital federal e ao espaço urbano, voltando-se para o interior do país, principalmente o Nordeste com regiões estratégicas para comunicação sobre a população do campo e moléstias rurais, que se sobressaíam antes mesmo do início da década de 1930, mas só nesse momento foram tratadas como pautas para debate (Hochman, 2002).

A partir de 1937, com a chegada do governo estadonovista, com medidas autoritárias em suas políticas, a saúde pública passou a ser institucionalizada e as campanhas sanitaristas se davam principalmente contra a febre amarela e a tuberculose. No contexto geral, segundo Acurcio (1999), o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) foi reestruturado e dinamizado a partir de 1938, visando atuar nas áreas não cobertas por serviços tradicionais, havendo um relativo avanço da atenção à saúde do interior, principalmente no que diz respeito às endemias

rurais, com a criação de estruturas sanitárias e campanhas dedicadas ao combate do impaludismo, mais conhecido como malária e da sífilis.

Mesmo com um maior controle político e extensão da proteção social, a partir da centralização político-administrativa, todos esses avanços nos poderes públicos não eram suficientes para evitar o alastramento das doenças, como afirma Gilberto Hochman:

Um campo desafiado por um quadro sanitário que, mesmo com avanços do poder público e do conhecimento biomédico, continuava sendo dramático em 1930: a febre amarela ainda ameaçava a capital e os portos litorâneos, a malária grassava pelo interior do país, a hanseníase ganhava a atenção dos médicos e a tuberculose continuava sendo o mais grave problema sanitário das cidades. (Hochman, 2002, p. 129).

Desse modo, para proporcionar uma maior estabilidade na saúde pública e conseqüentemente na diminuição das enfermidades, foi criado em 1941, os Serviços Nacionais, que consistiam em verticalizar as campanhas de combate às doenças específicas e as grandes endemias, com a criação institucional das Delegacias Federais de Saúde, que passaram a supervisionar as atividades necessárias para tratar as doenças infectocontagiosas, onde a presença dos órgãos federais atuavam de forma mais centralizada, principalmente no interior do país, como é o caso do Piauí.

Ainda na Primeira República, o território piauiense já passava por um processo de construção de uma cultura sanitária, através das primeiras iniciativas de um processo de medicalização² da população. As dificuldades se davam na organização política e na condição secundária em que a saúde pública se encontrava, com péssimas condições de higiene, pois a população apresentava condições de vida precária, com presença de aspectos como a ineficiência na infraestrutura básica de abastecimento de água potável e sujeira predominante nas ruas das cidades (Silva, 2010).

2 O conceito de medicalização pode ser visto como a progressiva expansão dos campos da biomedicina a fim de redefinir comportamentos e experiências humanas com base nos ensinamentos médicos, ou seja, a transformação das questões não médicas em problemas médicos.

Ainda na década de 1920, a capital Teresina, mesmo atrasada em relação a outras capitais do país, contou com a instalação do primeiro Posto Sanitário do estado, em 1921, visto como sinônimo de civilização e modernidade. O Posto Sanitário, futuramente chamado de Clementino Fraga, realizava vacinações e revacinações contra varíola e oferecia serviços de profilaxia para lepra, doenças venéreas e tuberculose, serviços ambulatoriais e serviços domiciliários, com inspeções visando a fiscalização dos doentes que não buscavam tratamento (Silva, 2019). Como a organização ainda estava em fase inicial, o Estado priorizava outras atividades em detrimento da saúde e, dessa forma, a Diretoria de Saúde Pública, que tinha como foco regular e organizar as atividades e serviços sanitários, que ainda atuava de forma ineficiente, nas palavras do governador João Luiz Ferreira:

Continuamos no mesmo pé de atrazo, mantendo uma repartição de hygiene, meramente burocrática, ocupada apenas em fazer inspecções de saude nos funcionarios publicos, conceder licenças para abertura de pharmacies, registrar diplomas scientificos e em poucas outras attribuições sem relevância. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1923, p. 12).

Assim, como os Postos de Saúde, as Delegacias de Higiene, responsáveis pela fiscalização de ambientes públicos, notificação dos doentes, profilaxia preventiva e educação higiênica, também se encontravam de forma desorganizada e atuavam de maneira irregular. Desse modo, com a ineficiência e restrição da saúde pública a capital e as políticas sanitaristas pouco efetivas, a assistência do estado se resumia às Santas Casas de Misericórdia de Teresina e Parnaíba, o Asilo dos Alienados na capital e o Hospital de Caridade Miguel Couto, em Floriano, pois para o Estado era mais viável fazer reparos e melhorias em instituições já existentes do que construir e aparelhar novos serviços (Araújo, 2012).

A partir da década de 1930, com a reorganização administrativa e o planejamento nacional-estadual do interventor Landry Salles, a saúde pública do Piauí se tornou prioridade do governo piauiense, apresentando algumas melhorias. O ideário de prevenção e amparo da saúde crescia de forma problemática com a resistência ao abandono de práticas tradicionais. As políticas públicas de saúde pas-

saram a ser materializadas nas instituições, nos discursos médicos, no tratamento das doenças venéreas, nas ações do governo piauiense direcionadas a população, fundamentadas em uma orientação política de saúde, com base na cultura do higienismo (Nery, 2019). Entre os serviços de saúde oficiais, tinham destaque os centros de saúde, os postos de higiene e as delegacias de saúde, que mesmo oferecendo tratamento e a profilaxia dos doentes apresentava alguns problemas de funcionamento, como: falta de profissionais qualificados, de medicamentos e de estruturas adequadas para exercer os serviços.

Com essa nova administração, ocorreu uma reorganização da Diretoria de Saúde Pública (DSP), que agora contava com seções especializadas, como: a Seção de Assistência Médica, dividida em clínicas médica, cirúrgica, mental e obstétrico-ginecológica; a Seção de Saúde Pública, especializada no enfrentamento de endemias e epidemias e uma Seção direcionada para a higiene escolar, com a Inspetoria de Higiene Infantil (Marinho, 2019).

A partir de 1931 foi possível notar mudanças graduais, até mesmo no que tange aos Relatórios Governamentais do Estado. Desde o início da Primeira República até o ano de 1930, o destaque para a saúde pública era mínimo, mostrava-se mais as dificuldades enfrentadas na instalação de serviços públicos com a falta de verbas para custeá-los, do que nas melhorias desempenhadas de forma regular. Todavia, com a Interventoria Federal de Landry Salles Gonçalves, houve o esforço em reorganizar a saúde pública, priorizando a centralização e o controle da administração. Cada serviço de saúde passou a ser organizado burocraticamente para mostrar os avanços no atendimento e a diminuição das doenças que assolavam a região.

O primeiro Governo Vargas foi responsável por priorizar diversos âmbitos que no período anterior não eram considerados relevantes. Desse modo, nesse período no Piauí, houve um aumento significativo nas verbas destinadas para a saúde pública, tanto pessoal quanto material, possibilitando que a saúde se organizasse melhor, a partir do investimento em profissionais e estabelecimentos hospitalares, com o estabelecimento e elevação do número de postos de saúde e das

delegacias de higiene no interior do estado, não se restringindo somente a capital Teresina, Parnaíba e Floriano (Marinho, 2014).

Com isso, outros serviços foram instalados, como em 1932, o Instituto Alvarenga, na capital, responsável por pesquisas microbiológicas e produção da linfa antivariólica. A partir de 1933, mais verbas foram destinadas para diversos serviços, como: o Leprosário de Parnaíba, estabelecimentos hospitalares do estado, Asilo de mendigos de Teresina e a Sociedade Feminina de Assistência aos Lázaros e proteção aos pobres de Parnaíba. Antes, mesmo a filantropia contando com os subsídios governamentais desde o século XIX, as verbas eram insuficientes para suprir as necessidades da população por todo o estado, por isso a partir do governo de Landry Salles, com os aumentos de verbas houveram avanços significativos na área da saúde pública (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935).

A Diretoria de Saúde atuava de forma ineficiente e dependente no período anterior, se limitando ao Serviço de Profilaxia Rural, por isso, o principal propósito do Interventor era reorganizar os serviços de saúde para desempenhar, gradativamente, uma melhor performance, como demonstra Landry Salles em seu relatório:

As primeiras administrações posteriores á Resolução, criando e conservando a Assistencia Publica, não tentaram, comtudo modificar, mesmo levemente, a situação da Directoria de Saúde. Ambas cheguei, por fim, a verificar ineficientes, desapparelhadas e sem regulamentação. Não era possivel admittir que assim permanecessem. Logo no segundo mês de Governo, procurei, unificando-as, reorganizal-as convenientemente, [...]. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935, p. 39).

As novas medidas, tinham como propósito conservar a assistência pública, com a ampliação dos serviços, não se limitando somente a Teresina e Parnaíba, através da dissolução das delegacias de higiene dessas duas cidades, onde se transformaram em inspetorias demógrafo-sanitárias, de saneamento, profilaxia rural, de moléstias venéreas e lepra e de higiene escolar, especialmente do tracoma, que vinha acometendo o estado, principalmente a capital, visando dar maior

assistência para a população no tratamento e prevenção das doenças locais. Além dessas medidas, a reestruturação da Santa Casa de Misericórdia da capital foi necessária, sua estrutura era precária e a assistência hospitalar era ineficiente, sendo preciso ser feitas reformas nas partes cirúrgica, clínica médica e obstétrica ginecológica.

De acordo com Marinho (2014), no ano de 1934, foi ampliado o benefício da assistência médica a outros municípios, pois os postos e inspetorias da capital funcionavam regularmente, enquanto o interior do estado grande parte da população vivia em estado precário. Assim, o número de Delegacias de Saúde foi elevado, contabilizando 15 unidades de atendimento³, onde cada delegacia abrangia um distrito administrativo, exceto David Caldas, que era restrita à Colônia, sendo aquelas responsáveis pelo tratamento de doenças que assolavam a região, como: malária, sífilis, verminose e outras moléstias venéreas. Além da instalação de um dispensário no município de Parnaíba, com três médicos e outro em Floriano, com dois médicos. Nesse mesmo ano a Inspetoria de Higiene Infantil foi substituída pela Diretoria de Proteção à Maternidade e Infância, onde a infância passou a ser de importância governamental.

Com a chegada do Interventor Federal Leônidas de Castro Mello em 1935 ao governo, onde permanece até o final do Governo Vargas, em 1945, foi possível notar a continuidade do que seu antecessor Landry Salles estabeleceu. Nos anos seguintes, crescentes investimentos foram destinados à saúde pública, além de melhorias nos serviços que já estavam vigentes, como nos Postos de Saneamento Rural, na Inspetora de Moléstias Venéreas, ambas em Teresina, nos Dispensários de Parnaíba e Floriano e nas Delegacias de Saúde do interior do estado.

Apesar dessas melhorias apresentadas, ainda não era suficiente para suprir a demanda do estado, podendo-se notar o aumento crescente das doenças, principalmente por impaludismo, sífilis e outros tipos de verminoses, uma vez que os postos de saúde e as inspetorias que funcionavam regularmente era somente a

3 As delegacias estavam situadas em: Barras, Piripiri, Campo Maior, Oeiras, União, Amarante, Valença, Picos, São João do Piauí, Bom Jesus, Uruçuí, Castelo, Joaquim Távora, Piracuruca e David Caldas. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1931-1935:41)

da capital Teresina, enquanto os serviços de saneamento e as delegacias de saúde no interior do estado, deixavam a desejar, como afirma o próprio Interventor em uma das passagens do relatório de 1937:

Todos os Postos e Inspectorias da Capital funcionaram regularmente e com apreciáveis resultados, pois nenhum surto epidêmico foi registrado. Infelizmente, porém, no interior do Estado os serviços de saneamento muito deixam a desejar. Zonas de grande população vivem ainda sem assistência sanitária ou são precariamente atendidas. As delegacias do interior, em número reduzido, não podem estender o seu raio de actividade a toda a vasta extensão do nosso território. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1937, p. 44).

Com isso, era necessária uma reorganização técnica, a fim de enquadrar a saúde pública nos padrões da capital do Brasil, uma vez que a Santa Casa de Misericórdia da capital, segundo o próprio Interventor, “[...] era incompatível com o progresso da nossa capital”. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1937, p. 68).

A partir de 1943, viu-se ainda mais a necessidade de ampliar a assistência e a intervenção médica para as cidades do interior do estado, como: a construção de postos de higiene em Campo Maior, com os serviços de polícia sanitária, um laboratório e uma cozinha dietética; nas cidades de União, Pedro II, São João do Piauí, Bom Jesus, Piracuruca, Oeiras, Campo Maior, Porto Alegre, Picos, Valença e José de Freitas, as delegacias de saúde foram transformadas em postos de higiene, ampliando a aliança entre a população e os médicos no que diz respeito a terapêutica e a profilaxia, favorecendo a ação médica na difusão das noções de higiene (Cardoso, 2017).

Apesar dessas melhorias apresentadas, ainda não era suficiente para suprir a demanda do estado, podendo-se notar o aumento crescente das doenças, principalmente por impaludismo, sífilis e outros tipos de verminose, uma vez que os postos de saúde e as inspetorias que funcionavam regularmente na capital Teresina, enquanto os serviços de saneamento, os postos de Higiene e as delegacias de saúde no interior do estado, deixavam a desejar. Desse modo, os códigos de saúde do povoado de David Caldas demonstram como os serviços do Subposto se organizavam e de que forma as práticas médicas foram configuradas.

O povoado de David Caldas está localizado na zona rural de União, nesse período, o Subposto de David Caldas era subordinado ao Departamento de Saúde Pública do Piauí, sendo administrado pelo médico Agenor Barbosa Almeida e pelo enfermeiro encarregado João Alves de Araújo. O subposto não abrangia um distrito administrativo como os outros, ficando restrito à Colônia Agrícola, por isso se organizava de forma diferente.

Segundo os Códices de Saúde do subposto, os serviços se iniciaram em maio de 1938, onde se davam pelo atendimento ambulatorial, prestado à adultos e crianças, com a aplicação de injeções contra febre tifoide e paratifoide, além do tratamento para diversas enfermidades, tendo mais recorrência o paludismo, a sífilis, as verminoses e as diarreias. Além do tratamento para as doenças, havia a distribuição de medicamentos para a população e, para isso, foi necessário a contabilização dos medicamentos recebidos e gastos no almoxarifado geral do estado, entre eles, as quantidades gastas e existentes que apareciam com mais frequência eram: injeções e comprimidos de maleizin azul para tratamento de febres e sezões, pérolas de lactovermil para o tratamento de verminoses em adultos e crianças, injeções mercuriais e comprimidos de vitargyl para o tratamento contra a sífilis, ampolas de bismuquino para o tratamento de diarreias de adultos, latas de cazeon para o tratamento de distúrbios digestivos, diarréias e vômitos infantil e comprimidos de ferrarsenol para fortificar adultos e crianças. (PIAUHY, 1938).

cio da Primeira República até o ano de 1930, o destaque para a saúde pública irrisório, mostrava-se mais as ineficiências dos serviços públicos do que a execução no atendimento regular. Todavia, com as Interventorias Federais, houve o esforço em reorganizar a saúde pública, priorizando a centralização e o controle da administração. Cada serviço de saúde passou a ser organizado burocraticamente para mostrar os avanços no atendimento e a diminuição das doenças que assolavam a região.

Dessa maneira, foi possível notar alguns avanços no governo do Interventor Federal Leônidas de Castro Mello, que remodelou os serviços públicos, principalmente no que tange à saúde pública, através de verbas federais para a conservação desses benefícios propostos pela Diretoria de Saúde Pública, com a reforma e centralização administrativa, por meio da ampliação de postos de higiene, dispensários, centros e delegacias de saúde, ampliação dos estabelecimentos hospitalares, com a distribuição de medicamentos e vacinas, não restringindo esses serviços somente a capital Teresina, mas abrangendo outros municípios do interior.

Apesar dos serviços ainda serem deficitários, foi possível notar um relativo avanço da saúde pública no estado, se comparado ao período da Primeira República, proporcionando melhores condições para as populações pobres, que antes viviam à mercê quase que totalmente da caridade e filantropia das Santas Casas de Misericórdia. O governo interventor no Piauí, priorizou a assistência infantil e materna, por conta do ideário de nacionalismo. O Estado elevou seu atendimento através de serviços específicos visando o cuidado desde o pré-natal até a idade infantil, onde ocorria os maiores índices de mortalidade, amparando e incentivando as mães a agirem de acordo com estudos científicos, tornando-se fundamental para a ampliação dos serviços médicos e da medicina preventiva em todo o estado.

Referências

ACURCIO, Francisco de Assis. **Evolução histórica das políticas de saúde no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

ARAÚJO, Romão Moura de. **Saúde, uma de nossas reais necessidades: o processo de institucionalização da saúde pública no Piauí (1910-1930)**. Dissertação (Mestrado)- Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

CARDOSO, Elisangela Barbosa. Infância, médicos e mulheres no Piauí entre 1930 e 1940. **Projeto História**, São Paulo, v. 60, pp. 319-350, Out-Dez, 2017.

FONSECA, Cristina. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

GUIDINI, Cristiane. **Abordagem histórica da evolução do sistema de saúde brasileiro: conquistas e desafios**. Monografia de conclusão de curso. Tio Hugo, 2012.

HOCHMAN, Gilberto. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. **Revista Imagens**, v. 9, p. 233-73. Rio de Janeiro, 2002.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Editora Educar**. Curitiba, 2005.

MARINHO, Joseanne. A assistência à saúde materno-infantil no Piauí (1937-1945). **XII Encontro Nacional de História Oral: Política, Ética e Conhecimento**. Teresina, 2014.

MARINHO, Joseanne. As políticas públicas de gênero no Piauí: A saúde materno-infantil (1930-1945). **Vozes, Pretérito & Devir**, vol. X nº I. Teresina, 2019.

NERY, Ana. A assistência pública aos doentes venéreos nas instituições de saúde de Teresina. **ANPUH Brasil**. Recife, 2019.

PAIM, Jairnilson Silva. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **Revista Séries**. Rio de Janeiro, 2011.

PIAUHY, Departamento de Saúde do. **Movimento da Farmácia o Posto Médico da “Colônia Agrícola David Caldas, apresentado pelo Enfermeiro João Alves de Araújo sobre as atividades realizadas no anno de 1938**. Códices de Saúde do Subposto de David Caldas. Therezina, 1938.

PIAUHY, Governo 1923. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira Governador do Estado no dia 1º de junho de 1923.** Therezina: Typ. d'O Piauhy, 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/>. Acesso em: 09 set 2022.

PIAUHY, Mensagem Estado do. **Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado do Piauhy, a 1º de junho de 1937, pelo Exmo. Sr. Dr. Leônidas de Castro Mello, Governador do Estado.** Teresina: Imprensa Official, 1936. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 09 set 2022.

PIAUHY, Governo do. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, M. D. Presidente da República, pelo Cap. Landry Salles Gonçalves, Interventor Federal no estado do Piauhy.** Teresina: Imprensa Official, 1931-1935. Disponível em: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública). Acesso em: 09 mar 2022.

SILVA, Ieda Moura da. A institucionalização da saúde pública no estado do Piauí, 1937-1945. **II Simpósio de História da UESPI/CCM.** Teresina, 2010.

SILVA, Rafaela Martins. O Piauí na rota do discurso sanitarista nacional: os postos sanitários e a saúde pública local. **ANPUH-Brasil.** Recife, 2019.

CAPÍTULO 6

A PRESENÇA DOS SERTÕES NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA BAHIA

Rayane Catiuce Vilastro Alves

Anderson Dantas da Silva Brito

Doi: 10.48209/978-65-84959-96-6

Introdução

Nossa pesquisa tem como tema Sertões e Currículos e objetivou compreender como os Sertões estão presentes enquanto categoria de pesquisa ou objetos de conhecimento nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em História de universidades públicas da Bahia. É parte das atividades desenvolvidas no projeto de pesquisa intitulado “Protagonismos em currículos de licenciatura em História na Bahia: presenças e silêncios sobre os ensinos de Diversidade Cultural e História Local” através do plano de trabalho: Análises de currículos de licenciatura em História na Bahia: percepções sobre protagonismos e/ou silêncios sobre o ensino de História local, com financiamento PIBIC-CNPq.

As fontes utilizadas foram os atuais currículos dos cursos de licenciatura das seguintes universidades públicas federais e estaduais: UFBA; UFSB; UESB; UFRB; UESC; UNILAB; UEFS; UNEB e UFOB. Como referenciais teórico-metodológicos que possibilitaram o tratamento das fontes, dialogamos com Ma-

cedo (2019); Arroyo (2013); Sacristán (2013); Silva (1999; 2010); Bardin (2011) e Barros (2014) para pensar Sertões, Currículos, Análise de Conteúdo e História Comparada.

Os sertões nos projetos pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em História de universidades públicas da Bahia

Em nossa pesquisa, uma categoria que se apresentou muito relevante para a discussão da História Local no domínio curricular foi *Sertões*. Para Macedo (2019), os Sertões na constituição da temática e do campo de saber se justificam:

[...] por ser um campo próprio de enunciação que remonta a uma longa tradição. Portanto, a despeito de estar diretamente associado à dimensão da espacialidade, sertão trata-se de uma noção muito específica de espaço: o outro, a oposição ao litoral, à costa, ao desconhecido. Por outro lado, a constituição de um campo de saber que se propõe a investigar essa espacialidade, de multifacetadas dimensões históricas e discursivas, se justifica pela própria historicidade do conceito de sertão, a partir de um amplo léxico em que as noções/conceitos foram abordados por diferentes escritos e aparecem como definidor da localização de inúmeros vestígios ricamente levantados/compulsados referentes à experiência histórica ameríndia e luso-afro-brasileira, permitindo que a partir das perspectivas recentes da historiografia se possa tornar suporte para uma ampla produção do conhecimento histórico (Macedo, 2019, p. 1).

Outrossim, objeto-temática-campo de saber foram verificados nas fontes tomadas como referências para o escrutínio. A compreensão de currículo a partir de Sacristán (2013), nos possibilita buscar a presença/ausência dos Sertões em sua organização/fragmentos dos conteúdos que lhe compõem:

O conceito de currículo, desde seu uso inicial, representa a expressão e a proposta da organização dos segmentos e fragmentos dos conteúdos que o compõem; é uma espécie de ordenação ou partitura que articula os episódios isolados das ações, sem qual esses ficariam desordenados, isolados entre si ou simplesmente junto justapostos, provocando uma aprendizagem fragmentada (Sacristán, 2013, p. 17).

Após definidos a categoria de análise e o olhar para com as fontes que iríamos desenvolver a pesquisa, passamos ao detalhado exame dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em História das universidades públicas da Bahia para perceber a presença ou ausência dos Sertões.

A pesquisa foi direcionada pelas etapas da *análise de conteúdo*, propostas por Bardin (2011). Ademais, para uma melhor sistematização dos dados encontrados, decidimos pela sistematização dos mesmos através de dois quadros que pudessem melhor sintetizar o objeto de pesquisa.

Quadro 1: Categorização – Componentes curriculares em que aparecem sertão/sertões no nome ou ementa

UNIVERSIDADES/COMPONENTES EM QUE APARECEM SERTÃO/SERTÕES NO NOME OU EMENTA		NATUREZA
UFBA	-----	-----
UFSB	-----	-----
UESB	HISTÓRIA DA BAHIA: Economia, política e cultura. Populações Indígenas e escravidão. Tensões sociais e Políticas. Os sertões baianos: história e historiografia.	OBRIGATÓRIA
UFRB	-----	-----
UESC	-----	-----
UNILAB	-----	-----
UEFS	-----	-----
UNEB	-----	-----
UFOB	NORDESTE BRASILEIRO: CULTURAS E IMAGENS. Debate acerca das construções culturais do Nordeste brasileiro. Análise dos diversos tipos de produções culturais e historiográficas. Imagens sobre sertão e o Nordeste. História da região nordeste através da perspectiva política, social e cultural.	OPTATIVA

Fonte: Quadro elaborado pelos autores.

Quadro 2: Categorização - componentes curriculares em que aparecem sertão/sertões na bibliografia

UNIVERSIDADES/COMPONENTES EM QUE APARECEM SERTÃO/SERTÕES NA BIBLIOGRAFIA		NATUREZA
UFBA	-----	-----
UFSB	HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL ARAÚJO, Emanuel. (Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais). In: PRIORE, Mary (Org.) Revisão do Paraíso 500 anos e continuamos os mesmos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. (pp. 45-91).	OBRIGATÓRIA
	HISTÓRIA DA BAHIA COLONIAL NEVES, Erivaldo Fagundes. Os sertões da Bahia. Salvador: Editora Arcadia. 2011.	OBRIGATÓRIA
UESB	HISTÓRIA DA BAHIA NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). Sertões da Bahia. Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Editora Arcádia, 2011. CUNHA, Euclides da. Os Sertões . 30. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. Salvador: Edufba, 2014.	OBRIGATÓRIA
UFRB	HISTÓRIA DO BRASIL COLÔNIA PUNTONI, Pedro. A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2002	OBRIGATÓRIA
	HISTÓRIA DA BAHIA PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão . 1º edição, HUCITEC, 2002.	OBRIGATÓRIA

UFRB	TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DO BRASIL COLÔNIA PUNTONI, Pedro. A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2002.	OPTATIVA
	TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DA BAHIA COLÔNIA PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão. 1º edição, HUCITEC, 2002.	OPTATIVA
UESC	-----	-----
UNILAB	-----	-----
UEFS	HISTÓRIA DO BRASIL I ARAÚJO, Emanuel. (Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais). In: PRIORE, Mary (Org.) Revisão do Paraíso 500 anos e continuamos os mesmos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. (pp. 45-91)	OBRIGATÓRIA
UNEB	ESCRAVIDÃO INDÍGENA: CULTURA E HISTÓRIA PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. O tempo da Dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do Leste. EDUFBA, 2014	OPTATIVA
	TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA I: CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Martin Claret, 2002.	OPTATIVA
	TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA II: CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Martin Claret, 2002.	OPTATIVA

	HISTÓRIA DO BRASIL I NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (Orgs.). Caminhos do Sertão: Ocupação Territorial, Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais nos Sertões da Bahia. 1. ed. v. 1. Salvador: Arcádia, 2007. NEVES, E. F. Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, Séculos XVIII e XIX. Salvador e Feira de Santana: Edufba e UEFS, 2005. NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (Orgs.). Caminhos do Sertão: Ocupação Territorial, Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais nos Sertões da Bahia. 1. ed. v. 1. Salvador: Arcádia, 2007	OBRIGATÓRIA
	ENSINO E HISTÓRIA INDÍGENA PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. O tempo da dor e do trabalho. A conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste. 01. ed. Salvador: Edufba, 2014. v. 01. AMANTINO, Marcia. O Mundo das Feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII. São Paulo: Annablume, 2008. SILVA, Amaro Hélio Leite da. Serra dos Perigosos: Guerrilha e Índio no Sertão de Alagoas. Maceió: Editora UFAL, 2007 (Série Índios do Nordeste: Temas e Problemas 7). APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Os Akroá e Outros Povos Indígenas nas Fronteiras do Sertão: políticas indígena e indigenista no norte da Capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII. Goiânia: Editora Kelps, 2006.	OBRIGATÓRIA
	HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Martin Claret, 2002.	OBRIGATÓRIA
	ESCRAVIDÃO E MESTIÇAGENS IVO, Isnara Pereira. Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.	OPTATIVA
	FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA CUNHA, Euclides da. Os Sertões. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.	OPTATIVA

	HISTÓRIA DA BAHIA I NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (Orgs.). Caminhos do Sertão: Ocupação Territorial, Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais nos Sertões da Bahia. 1. ed. Salvador: Arcádia, 2007.	OPTATIVA
	HISTÓRIA DA BAHIA II _____. (Orgs.). Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Editora Arcadia, 2011. NEVES, Erivaldo Fagundes. Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: alto sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005. SOUSA, Maria Aparecida Silva de. A conquista do sertão da ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2001.	OPTATIVA
	HISTÓRIA E ESPAÇOS ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões: entre a História e a memória. Bauru, SP: EDUSC, 2000.	OPTATIVA
	HISTÓRIA INDÍGENA PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. O tempo da dor e do trabalho. A conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste. 01. ed. v. 01. Salvador: Edufba, 2014. AMANTINO, Marcia. O Mundo das Feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII. São Paulo: Annablume, 2008. APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Os Akroá e Outros Povos Indígenas nas Fronteiras do Sertão: políticas indígena e indigenista no norte da Capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII. Goiânia: Editora Kelps, 2006.	OPTATIVA
	HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL KURY, Lorelai Brilhante (Org.). Sertões adentro: viagens nas caatingas séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). Sertões da Bahia. Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Arcádia, 2011.	OPTATIVA

	NORDESTE BRASILEIRO: CULTURAS E IMAGENS CUNHA, Euclides da. Os sertões. Rio de Janeiro: José Olympio, s.a. ALMEIDA, Angela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de. De sertões, desertos e incivilizados. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001. CAMARA CASCUDO. Viajando o sertão. 2ª edição. Natal: Fundação José Augusto, 1975.	OPTATIVA
	TÓPICOS ESPECIAIS DE HISTÓRIA DA BAHIA _____. Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Editora Arcadia, 2011. NEVES, Erivaldo Fagundes. Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: alto sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.	OPTATIVA
	ENSINO E HISTÓRIA REGIONAL LIMA, Nisia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ/UCAM: Revan, 1999. AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, 1995, p. 145-151.	OBRIGATÓRIA
	CAMPO RELIGIOSO NO BRASIL SILVA, Cândido da Costa e. Roteiro da Vida e da Morte (um estudo do catolicismo no sertão da Bahia). ÁTICA, São Paulo, 1982.	OPTATIVA
	FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA LIMA, Nisia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ/UCAM: Revan, 1999.	OPTATIVA
FOB	TÓPICOS ESPECIAIS DE HISTÓRIA DO BRASIL IMPÉRIO SILVA, Rafael Sancho Carvalho da. “E de mato faria fogo”: o banditismo no sertão do São Francisco (1848 – 1884). Salvador: Sagga, 2017.	OPTATIVA

Fonte: Quadro elaborado pelos autores.

As informações presentes nos referidos quadros também foram conduzidas pela História Comparada, atravessando nove realidades distintas em suas mútuas “iluminações” sobre os Sertões:

A História Comparada consiste, grosso modo, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças. (Barros, 2014, p. 166).

A partir do percebimento da presença do objeto de pesquisa e da percepção dos currículos enquanto documentos de identidade na cultura e sociedade, conforme Silva (1999; 2010), alguns resultados e considerações serão apresentados a seguir através da via da comparação.

Resultados e algumas considerações

As análises desenvolvidas nos possibilitaram perceber nas denominações de componentes e nos conteúdos de ementas e referenciais bibliográficos que os Sertões ainda são pouco abordados nos referidos componentes obrigatórios, porém, aparecem em quantidade mais relevante nos componentes optativos, fator este que denota a existência de um campo de pesquisa aberto para mais e diferentes discussões.

Não existe componente que apresente as palavras Sertão ou Sertões no título/nome do componente.

As obras com maiores recorrências (repetição) nos PPC's foram: CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2002; NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). **Sertões da Bahia**. Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Arcádia, 2011.

A UFBA (que é mais antiga universidade pública da Bahia não apresenta os Sertões em seu PPC); A UFOB (que é mais recente, apresenta a maior densidade de referências aos Sertões).

Nesse sentido, concordamos com Arroyo (2013) sobre o currículo ser um território em disputa, certa vez que ainda se busca espaço e reconhecimento para os Sertões e para a História Local.

Fontes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA – UFOB. **Projeto Pedagógico do Curso de História**. Barreiras, 2019. Disponível em: <https://ufob.edu.br/ensino/graduacao/historia/licenciatura-em-histria.pdf>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO BAIANO – UFRB. **Projeto Político-Pedagógico do curso de História-Licenciatura**. Cachoeira- São Félix, 2007. Disponível em: Projeto Pedagógico do Curso (ufrb.edu.br).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UESB**. Vitória da Conquista, 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC. **Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em História**. Ilhéus, 2018. Disponível em: ppc2018_atualizado_10_12.pdf (uesc.br).

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Projeto Pedagógico de Curso Licenciatura em História Bahia**. São Francisco do Conde, 2017. Disponível em: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História - Bahia (unilab.edu.br).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História**. Feira de Santana, 2018. Disponível em: http://www.historia.uefs.br/arquivos/File/PROJETO_DO_CURSO/PPCHistoriareforma.pdf.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA – UNEB. **Projeto do curso de História – Licenciatura do Campus I**. Salvador, 2014. Disponível em: PROJETO-PEDAGOGICO-27.pdf (uneb.br).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB. **Projeto Pedagógico de Curso: História (Licenciatura)**. Porto Seguro, 2019. Disponível em: PPC_2o_Ciclo_Licenciatura_em_Historia.pdf (ufsb.edu.br).

Referências

ALVES, Livia Caroline Santos. **A prática de ensino no curso de história da Universidade Federal da Bahia (2001-2008)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2019.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MACEDO, Helder A. M. de. Sertões: notas para o uso da palavra no mundo português. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil** / organizador Márcio Ananias Ferreira Vilela. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019, p. 1-11.

MELO, Vilma de L. B. **História local: contribuições para pensar, fazer e ensinar**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. « O Sertão », **Terra Brasilis** [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado o 29 Junho 2016. URL : <http://terrabrasilis.revues.org/341> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.341.

RÊGO, André Heráclio do. O sertão e a geografia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 63, abr. 2016, p. 42-66.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: _____. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SARAMAGO, Victoria. O sertão ao redor do mundo. In: DUTRA E SILVA, Sandro; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. **Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura**. Rio de Janeiro: MauadX, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura a sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CAPÍTULO 7

ESCOLA MONSENHOR MANUEL VIEIRA: UM PATRIMÔNIO DA CAPITAL DO SERTÃO (PATOS-PB)

Wesley Leon Nunes de Oliveira

Doi: 10.48209/978-65-84959-96-7

Introdução

Na cidade de Patos, interior da Paraíba, conhecida pela capital do sertão ou morada do sol possui uma história vasta, porém, não possuem incentivos para o conhecimento histórico. Isso acontece por não possuir faculdades ou universidade que tenham cursos de bacharelado ou licenciatura em História na cidade. Nisso, para compreender mais a história da cidade deveria possuir mais pessoas e instituições no qual ensinassem a história do próprio povo. Hobsbawn diz “não há povo sem história ou que possa ser compreendido sem ela” (Hobsbawn, 2013, p. 185). Com a fala de Hobsbawn, entendemos que determinado povo se entende com o conhecimento da própria história e necessita de uma busca para compreenderem através da história.

Patos possui uma população de 108.192 mil habitantes e com um nível de escolaridade de 97,8% (IBGE, 2020). Com uma população relativamente grande e a maior do sertão da Paraíba, a cidade de Patos possui uma escola que se destaca pelo seu tempo de funcionamento, mudanças e a qualidade do ensino, chamada por Monsenhor Manuel Vieira, com uma história vasta e referência arquitetônica e educacional da cidade, tornando-se um patrimônio. Com isso, apresento a his-

tória do edifício onde abriga a escola Monsenhor Manuel Vieira¹, a qual virou um lugar de tradições uma representação para a população da cidade de Patos. Com isso Hobsbawn comenta:

contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições inventadas caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assume a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória (Hobsbawn, 1997, p. 10).

Com a fala de Hobsbawn, entendemos que a Escola Monsenhor Manuel Vieira se tornou uma tradição inventada, pois foi uma escola construída a bastante tempo, houve modificações, mudanças de nome, mas sempre esteve associado ao contexto, situações, vivências na população patoense. Portanto, há uma ligação e criação de tradição com a escola e o povo de Patos.

A escola Monsenhor Manuel Vieira é de suma importância para a cidade de patos, trazendo uma história que fica na memória dos indivíduos que estudaram e vivenciaram suas experiências no determinado prédio. Mas a história do edifício é longa, tudo começa no dia 1 de julho de 1937 quando foi criada a escola Ginásio Diocesano, a unidade de ensino começou suas atividades em uma sede provisória, mais tarde, foi doada à diocese de Patos o prédio da câmara municipal e II batalhão da polícia, pelo decreto de Lei N° 73, de 22 de julho de 1940 pelo governo da época (Lucena, 2015, p. 284). Com a criação do diocesano houve uma projeção no meio educacional na cidade de Patos e região, mas a instituição era de caráter privado e dominado pela igreja católica, tornando-se um lugar para a elite local e regional.

¹ Monsenhor Manuel Vieira, nasceu na cidade de Uiraúna-PB, 27 de fevereiro de 1907, e faleceu na cidade de Campina Grande-PB em 5 de outubro de 1994. Foi um escritor, educador, sacerdote católico e político.

Figura 1: primeiro prédio do diocesano, tendo ao lado o II batalhão e a casa da câmara.



Fonte: PATOS EM REVISTA (p.27)

Na figura 1 vemos os três edifícios: o primeiro, da esquerda à direita, ficava o ginásio diocesano, o do meio ficava o II quartel da polícia e o terceiro era a câmara municipal. A partir do decreto e doação, os três edifícios tornaram o ginásio diocesano, começando a trajetória educacional referente na cidade de Patos e região. No ano de 1942, entra na direção do ginásio diocesano, o Monsenhor Manuel Vieira sendo o mais importante para a instituição, ele foi um educador, administrador e sacerdote, ficando na direção da escola por 28 anos (PATOS EM REVISTA, 2011, p. 36). O Monsenhor foi o mais importante para a instituição por ser o idealizador da construção e reforma do novo edifício do diocesano, anexando os prédios da antiga câmara e do batalhão. Com o reconhecimento do governo da Paraíba e a visibilidade, com o ensino que estava expandido para Patos e região, a reforma começa nos anos de 1940 e termina em 1944 (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ESCOLA MONSENHOR MANUEL VIEIRA, 2014, p. 12). Na figura abaixo demonstra como o edifício ficou depois da reforma e anexado a câmara municipal e o batalhão.

Figura 2: o novo prédio do Diocesano absorveu o antigo Batalhão e a Casa da Câmara.



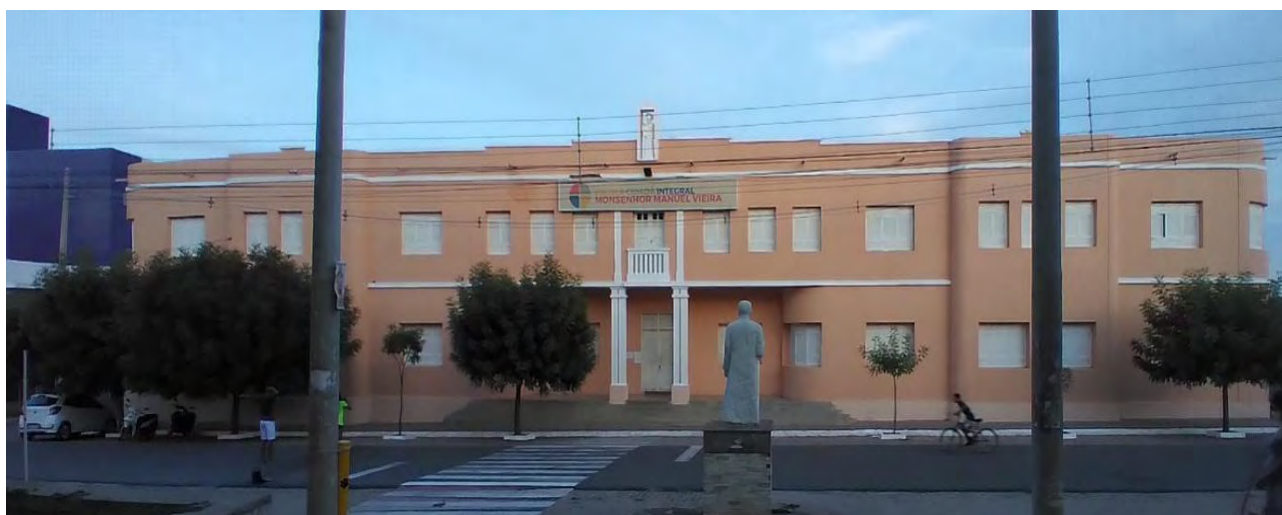
Fonte: PATOS EM REVISTA (p. 27)

Nos anos de 1960, o governo federal estava articulando a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei N° 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que no artigo 2° dizia “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola” (PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1961). Depois de vinte dois anos da reforma do Diocesano o governo do estado da Paraíba, formulou um projeto de lei sancionado em 1961 e transformando na lei 2.552 (DOSSIÊ DO PRÊMIO ESCOLA DE VALOR: ESCOLA MONSENHOR MANUEL VIEIRA, 2014, p. 12). Esse projeto foi de autoria do governo do Estado para adquirir as instalações do Diocesano, o governo comprou o prédio, passando o nome para Colégio Estadual de Patos. Percebemos que no início, as instalações da antiga câmara e o batalhão foram doadas a diocese da cidade pelo governo e tempos depois o próprio governo elaborou um projeto de lei para comprar as instalações que já estavam adaptadas para funcionamento de uma escola. Também houve influência da LDB que no artigo 3° inciso I dizia “pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor” (PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1961). Com isso os governantes da época teriam que disponibilizar educação para a sua população, assim, a cidade de Patos começa a ter uma escola que abrangesse educação pública a cidade e região, começando mais uma fase e

mudança da escola. Monsenhor Manuel Vieira, continuou na direção do Colégio Estadual de Patos até 1969, assim termina o ciclo no comando da direção que perpassou do Ginásio diocesano ao Colégio Estadual de Patos.

As mudanças do nome da escola não pararam, durou mais um tempo para chegar ao nome tão aclamado que seria uma homenagem ao Monsenhor Manuel Vieira. E no ano de 1970 pelo decreto de lei N° 6.449 o Colégio Estadual de Patos passa a ser chamado de Colégio Estadual Pedro Aleixo² (CEPA), mas 18 anos depois, no ano de 1988 em mais um decreto de lei N° 6.052 a escola passa a ser chamada por Escola Estadual 1° e 2° graus Monsenhor Manuel Vieira (Dossiê DO PRÊMIO ESCOLA DE VALOR: ESCOLA MONSENHOR MANUEL VIEIRA, 2014, p. 12). Desse modo, esse nome permanece em uma homenagem ao Monsenhor Manuel Vieira e com o projeto de LEI N° 11.100, 06 de abril de 2018 a escola se torna integral e passa a ser chamada de Escola Cidadã Integral Monsenhor Manuel Vieira (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA, 2018).

Figura 3: o edifício da Escola Cidadã Integral Monsenhor Manuel Vieira na atualidade.



Fonte: Oliveira, Wesley Leon Nudes de. Acervo pessoal, 2021.

² Pedro Aleixo, nasceu na cidade de Mariana-MG, em 1 de agosto de 1901, e faleceu em 3 de março de 1975, Belo Horizonte - MG. Foi um escritor, jornalista, professor e político brasileira, sendo o 16° vice-presidente do Brasil nos anos de 1967 e 1969. Foi também deputado estadual, deputado federal e ministro da educação no governo de Castelo Branco.

A história do edifício onde fica a Escola Monsenhor Manuel Vieira, passou por várias modificações e mudanças de nomes, mas abrigou desde final dos anos 1930 aos dias atuais instituições escolares. Com isso, o prédio é um lugar de memória para a população da cidade de Patos e um patrimônio cultural, pois, gerações passaram pela instituição por ser um dos prédios mais antigos da cidade.

O edifício onde abriga a escola Monsenhor Manuel Vieira, se torna uma representação para a população de Patos, por ser antigo e muitas pessoas terem estudado em alguma época do determinado prédio. Mas temos um problema, mesmo o edifício ser uma representação da população de Patos, ele não é tombado um patrimônio cultural e muitas das pessoas não conhecem sua história, mesmo as pessoas que estudaram na instituição em determinado tempo. Segundo SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão) a cidade de Patos possui somente um prédio que é tombado como patrimônio cultural, a estação ferroviária de Patos (IPHAN, 2021). Então, percebemos a falta de incentivos para preservar a história da cidade e dos patrimônios. Ricardo Oriá comenta “a preservação do patrimônio histórico é vista, hoje, prioritariamente, como uma questão de cidadania e, como tal, interessa a todos por se constituir em direito fundamental do cidadão e esteio para a construção da identidade cultural” (Bittencourt, 2004, p. 134). Essa identidade cultural que Ricardo Oriá comenta, é uma forma da população ter conhecimento sobre determinado patrimônio cultural para se encaixar na história do patrimônio e as pessoas identificarem-se com aquilo que foi tombado. O antropólogo José Reginaldo também fala sobre patrimônio dizendo “os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc.” (Gonçalves, 1988, p. 266-267). Reginaldo expressa que o patrimônio cultural é uma expressão de determinado grupo, tornando-se parte daquele povo em determinado tempo e podemos destacar que o edifício, a instituição escolar Monsenhor Manuel Vieira tornou-se uma parte do povo de Patos.

A escola Monsenhor Manuel Vieira pode ser entendida como um patrimônio cultural da cidade de Patos, pois faz parte da sua população, sua história está enraizada na cidade, já que o edifício sempre abrigou uma escola, passou muitas pessoas pela instituição com memórias, experiências, tornando-se uma marca para aquelas pessoas que estudaram tanto no passado quanto no presente e transformando-se uma identidade para o povo de Patos. É como José Reginaldo diz “muitos dos bens culturais que compõe um patrimônio estão associados ao passado à história da nação eles são classificados como relíquias ou monumentos” (Gonçalves, 1988, p. 267). Uma relíquia ou monumentos vêm relacionado ao passado e a história de algum indivíduo ou grupo, esse bem cultural se torna importante, pois determinado grupo pode ter lembranças das experiências e se identificar com aquele patrimônio.

Na legislação sobre patrimônio cultural do decreto 25/37 art. 1º:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (LEGISLAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL, 2010, p. 25).

Nisso, na legislação declara o que seria um patrimônio histórico, mas possui um trecho que o patrimônio para ser tombado necessita do interesse público e normalmente as pessoas não sabem sobre o que seja patrimônio e tombamento e muito menos a história do determinado patrimônio. Isso acontece em muitos lugares, inclusive na cidade de Patos a qual possui alguns edifícios, tradições, artes que fazem parte da história e poderia ser um patrimônio cultural tombado, mas a população não conhece e não fornece a devida importância, assim, não apoiando o tombamento ou se importando. Esse fato acontece no edifício da escola Monsenhor Manuel Vieira, possui uma história longa, que muitas pessoas passaram algum momento da sua vida estudando no prédio, mas não conhece a história da escola, do edifício e sem conhecer a importância e a história, a população não luta para que aquele prédio seja um tombamento cultural da cidade, sendo preservado.

Um dos fatores das pessoas não conhecer a história é a falta do ensino nas escolas, o ensinamento da história da sua cidade, dos patrimônios que possui na cidade. As escolas, na maioria, não disponibilizam um ensino de história local. Assim, os discentes se tornam um ser distante da história local e dos patrimônios da sua cidade. Nesse pensamento, a historiadora Circe Bittencourt:

[...] que o ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa para professores e alunos- e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documento (Bittencourt *apud* Pereira, 2011, p. 3).

Na Lei Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 fala sobre a educação e como deve ser aplicado o ensino nas escolas e no art. 1º já coloca a questão do ensino sobre história local, conseqüentemente estudar sobre os patrimônios. A lei informa:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

Nessa lei, entra na questão sobre o ensino dos patrimônios que fazem parte do local onde vive o estudante, mas nem sempre acontece o seguimento da lei e os estudantes não aprendem sobre seu ambiente onde vivem, conseqüentemente, as pessoas da localidade não se interessa com a história e patrimônio da sua cidade, diante disso, não possuíram um ensino sobre sua região.

Para ter uma noção do conhecimento dos alunos em relação da história do edifício e da escola, fiz pequenas entrevistas com perguntas simples com três ex-alunas que estudaram mais ou menos nos mesmos anos. A primeira entrevistada, estudou na escola Monsenhor Manuel Vieira nos anos de 2015 a 2017, e a primeira pergunta que fiz foi o porquê querer entrar na escola. Ela me respondeu que foi devido as amigas e pelo fato da escola ter uma fama dentro da cidade. A segunda

entrevistada, estudou nos anos de 2015 a 2017, nesta entrevista, ela fala sobre as indicações e a reputação da escola no tempo a qual estudou, ela fala “indicações, a reputação de lá, também era muito boa, e pelos elogios dados a escola, instituição de ensino e naquele tempo pela equipe de professores e porque dentro de Patos era o ensino estadual mais falado do ensino médio” (Lucena 2021)³. A terceira entrevistada, estudou nos anos de 2017 a 2019, fala algo semelhante, ela diz que o interesse em estudar no Monsenhor Manuel Vieira foi por causa de indicações e pelo ensino da escola.

As próximas perguntas, foi sobre o conhecimento da História do edifício e da escola e o que as entrevistadas achavam de o edifício ser tombado um patrimônio histórico. Perguntei a primeira se ela conhecia a história do edifício e da escola, ela responde “Muito não, as coisas que mais escutava eram histórias que os alunos falavam e era tudo distorcida”. Nisso, perguntei quais eram essas histórias e ela responde “tinha falado lá, que antes... eu esqueci, era uma formação de padres essas coisas dizem que tinha fantasmas era uma coisa bem... maluca” (Souto, 2021)⁴. Posteriormente, perguntei sobre o edifício da escola, ser tombado um patrimônio histórico e ela responde:

Acho, acho sim. Acho que no meu ponto de vista, desde criança, quando passava lá para ir ao centro, a gente via a escola muito grande e desde que você é criança já sabia que antes de mim a escola já estava lá e depois de mim, vai estar lá. É uma coisa que sempre pensei é... assim... que se eu morasse em patos a minha família se construísse iria para lá (Souto, 2021).

A segunda entrevistada, quando faço a primeira pergunta, sobre o conhecimento da história, ela responde que não conhece nada sobre a história do edifício e da escola, que o único conhecimento dela, era história distorcidas que circulavam, que no passado o edifício abrigava uma escola de seminaristas, que a escola já foi um presídio, cemitério. Na segunda pergunta, sobre o edifício da escola ser tombado um patrimônio histórico, ela responde “não, não porque eu acho que se

3 Maria Gabriela gomes Lucena, natural de Patos-PB, estudou na Escola Monsenhor Manuel Vieira nos anos 2015 a 2017.

4 Denise de Oliveira Souto, natural de Patos-PB, estudou na Escola Monsenhor Manuel Vieira nos anos 2015 a 2017.

for colocar ele um patrimônio histórico da cidade teria então que sessar às aulas. Eu acho lá uma das escolas melhores que tem de estadual aqui em patos e não vejo nenhuma escola pública estadual que seja melhor que ela” (Lucena, 2021).

A terceira entrevistada, responde a primeira pergunta, sobre o conhecimento da história da escola. Ela diz que não sabia de jeito nenhum a história da escola e quando pergunto sobre a escola ser tombada, ela responde “sim, porque é um prédio antigo e faz parte da história da cidade” (Campos⁵, 2021).

Para finalizar, perguntei se os professores de história ensinavam a história do edifício e da escola em sala de aula, mas todas às três entrevistadas responderam que nenhum professor ensinava a história do edifício ou da escola.

Devido ao isolamento provocado pela pandemia do covid-19, realizei outra pesquisa, mas dessa vez pela internet, por meio do google formulário, pois evitei entrar em contato diretamente com as pessoas, assim me protegendo e evitando a propagação do vírus. Nisso, coloquei perguntas sobre o conhecimento da história do edifício onde abriga a escola Monsenhor Manuel Vieira, e se concordava tornar o edifício um patrimônio histórico. Nessa pesquisa, 51 pessoas responderam de diferentes bairros da cidade e todas disseram que estudaram em alguma época, dos anos 1980 a 2020, na escola Monsenhor Manuel Vieira. Assim, os gráficos abaixo vão colocar a porcentagem das perguntas.

Esse primeiro gráfico, mostra os anos que as pessoas estudaram. Com isso, vemos que foram diversas pessoas que estudaram em alguma passagem da história do edifício que sempre abrigou uma escola. Percebemos que na pesquisa, houve respostas de depoentes que estudaram na década de 1980 ao ano de 2020, abrangeu respostas de quem estudou na instituição em variados anos, mas a grande maioria foi de indivíduos que estudaram dos anos 2000 ao 2020, creio que isso aconteceu pela facilidade das gerações atuais a utilizarem as tecnologias. Veja o gráfico abaixo:

⁵ Khadija Ferreira de Oliveira Campos, natural de Patos-PB, estudou na Escola Monsenhor Manuel Vieira nos anos de 2017 a 2019.

Gráfico 1



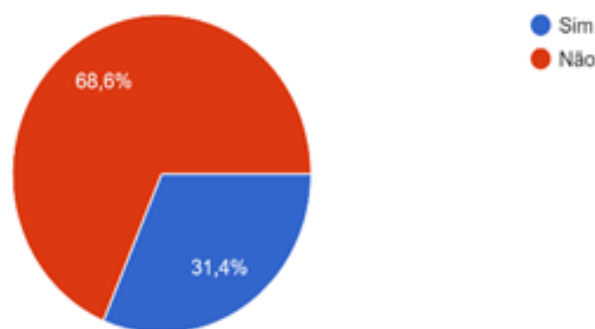
Fonte: Oliveira, Wesley Leon Nunes de. Pesquisa realizada pelo google formulário, 2021.

O segundo gráfico demonstra a porcentagem dos muitos que conheceram a história da escola e a maioria afirmaram não terem um conhecimento sobre a história do edifício que abriga a escola. Percebemos que com o decorrer do tempo, da maioria das pessoas, não terem o conhecimento da própria história do prédio da escola que estudaram. Veja logo abaixo:

Gráfico 2

O prédio da escola Monsenhor Manuel Vieira, é um dos mais antigos da cidade, você conhece a história do prédio?

51 respostas

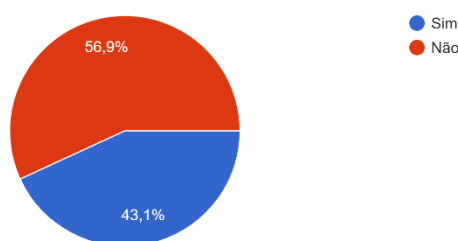


Fonte: Oliveira, Wesley Leon Nunes de. Pesquisa realizada pelo google formulário, 2021.

O terceiro gráfico irá mostrar a porcentagem do quanto os professores relatavam ou incentivava a pesquisa nas aulas de história no tempo que estudaram. Observamos que a maioria afirma não terem acesso à história da escola, foram mais de 50% das respostas. Então, falta ensinamento sobre a história do edifício, da escola nas aulas de história. Veja o gráfico abaixo:

Gráfico 3

No tempo que você estudou na escola Monsenhor Manuel Vieira, os professores de história relatavam ou incentivava os alunos a fazerem pesquisa sobre a história da escola?
51 respostas

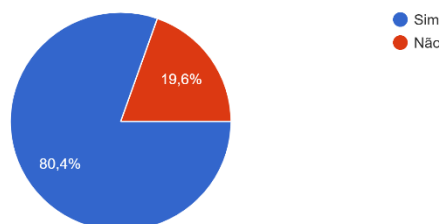


Fonte: Oliveira, Wesley Leon Nunes de. Pesquisa realizada pelo google formulário, 2021.

Para finalizar, o quarto gráfico, pergunta sobre o quanto os indivíduos desejam que o prédio seja tombado como patrimônio histórico da cidade. Nas respostas, pouco mais de 80%, foram de aprovação sobre a ideia de um tombamento histórico. Seria importante preservar a história do prédio, da escola, pois é algo importante para cidade.

Gráfico 4

Você acha que o prédio da escola Monsenhor Manuel Vieira deve ser tombado como patrimônio histórico da cidade de patos-PB?
51 respostas



Fonte: Oliveira, Wesley Leon Nunes de. Pesquisa realizada pelo google formulário, 2021.

Então, com esses gráficos vemos as respostas sobre o prédio, a escola e quanto muitos que passaram pela escola não possuem o conhecimento da história da escola, mas possuem desejo que o edifício seja tombado um patrimônio da cidade de Patos.

Considerações Finais

Portanto, a escola Monsenhor Manuel Vieira, torna-se um dos edifícios mais importante para a cidade de Patos por ser um dos mais antigos, nisso, percebemos o significado que o edifício carrega e a importância caso se tornasse um patrimônio cultural da cidade. Pois, as pessoas poderiam ter o conhecimento da história do prédio e da escola, seria algo que ficaria preservado para o resto dos tempos. Assim, podendo ter mais projetos a qual desenvolvesse entre os alunos que estudam atualmente na instituição a conhecer a história do local.

Nos gráficos são visíveis o quanto as pessoas desejariam que a escola se tornasse um patrimônio para a cidade, mesmo que no primeiro gráfico a maioria não conhecesse a história. Isso é uma forma clara de representação, de memória, de carinho pela escola, pois aquele local foi onde muitos cresceram, tiveram experiências e vivências que cada um sabe. Às três entrevistadas disseram que o desejo de entrar na escola foi por causa das referências que vinham de amigos, familiares, conhecidos, portanto, a escola possui uma importância para a cidade, pois qualquer um que mora em Patos conhece alguém que estudou no Monsenhor Manuel Vieira pela história que a escola carrega.

Fontes

BRASIL. Lei N° 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da educação** nacional. Brasil: câmara dos deputados, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 8 de abr. 2021.

BRASIL. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasil: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 abr. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Patos: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/patos.html>. Acesso em: 07 abr. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Sistema integrado de conhecimento e gestão**. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/pesquisarBem>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PARAÍBA, LEI N° 11.100, 06 de abril de 2018. **Diário oficial da paraíba**. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2018/04/Diario-Oficial-12-04-2018.pdf>. Acesso em 28 mar. 2022.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAIBA. **Projeto político pedagógico**: Escola estadual Monsenhor Manuel Vieira. Patos, 2014.

Referências

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: contexto, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos históricos identidade nacional**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2163>. Acesso em: 29 mar. 2021.

HOBSBAWN, Eric. (org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1997.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: companhia de bolso, 2013.

LUCENA, Damião. **Patos de todos os tempos**: a capital do sertão da paraíba. João Pessoa: A união, 2015.

LUCENA, Damião. **Monsenhor Manuel Vieira exemplo de fé na educação**. Patos em revista, Patos. 2. Ed, p 36-37, jun. 2011.

MENDES GOMES DE LUCENA, Maria Gabriella. Entrevista concedida a Wesley Leon Nunes de Oliveira, no dia 30 de mar. De 2021.

OLIVEIRA SOUTO, Denise de. Entrevista concedida a Wesley Leon Nunes de Oliveira, no dia 29 de mar. De 2021.

OLIVEIRA CAMPOS, Khadija. Entrevista concedida a Wesley Leon Nunes de Oliveira, no dia 4 de abr. De 2021.

PEREIRA, Aldiceia Machado. A Importância da História Local para o ensino de história: Um olhar para o Município de Duque de Caxias. In: BAIXADA NA FEBF - **Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense** – PINBA. 2011. Disponível em: <http://baixadanafebf.blogspot.com.br/p/trabalhos-apresentados.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SILVA, Francione Gomes et al. Resgatando a história da escola estadual Monsenhor Manuel Vieira, município de patos-pb. **Anais I CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/7926>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CAPÍTULO 8

GRUPO DE PESQUISA SERTANIA E EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS VIVIDAS NO SERTÃO DE EUCLIDES

Thaise de Santana Lopes

Walter Pinheiro Barbosa Junior

Doi: 10.48209/978-65-84959-96-8

O Grupo de Pesquisa Sertania e Educação iniciou como um movimento de estudos no Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES/Campus de Caicó, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no ano de 2003, quando dois professores: Adailson Tavares de Macedo¹ e Walter Pinheiro Barbosa Junior, iniciaram um processo de problematização do contexto histórico, social e de existência individual dos estudantes com os quais trabalhavam.

Caicó, cidade de origem do Grupo de Pesquisa que tomamos como objeto de estudo, localiza-se no semiárido nordestino, no Sertão do Seridó. Esta cidade caracteriza-se pela escassez e instabilidade de chuvas, altas temperaturas, baixa umidade, além de uma paisagem marcada pela vegetação de caatinga.

Situada no Estado do Rio Grande do Norte, Caicó é sertão e se compõe, entre outros elementos, de pedras mágicas, como revela Cirne (2004, p. 30), com

¹ Graduado em Licenciatura em Matemática, no ano de 1982, e Psicologia Plena, no ano de 1991, ambas graduações pela UFRN. No ano 2003, terminou seu Mestrado em Educação, pela UFRN, e no ano de 2012, Doutorado em Educação em Matemática, pela UFRN. Atualmente, é Colaborador Voluntário do Curso de Medicina, no Departamento de Medicina Clínica da UFRN e do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL/UFRN). Tem experiência na área de Psicologia da Educação; Psicologia Clínica, Psiquiatria e Tratamento de Alcoolismo e outras dependências; Depressão; Bipolaridade; Esquizofrenia; Suicídio e Dependência digital.

[...] seu vento sonolento, sua aridez azul e previsível, seus alumbramentos crepusculares, sempre moldou homens e mulheres de fibra: o sertanejo fibra, a fibra daqueles que sabem amar a terra, mesmo quando esta se torna seca e até mesmo, em certo sentido, pouco amistosa.

A paisagem de Caicó, carinhosamente poetizada pelo autor e conforme nos foi possível identificar, no curso da nossa pesquisa, fortaleceu as relações do sentir e pensar o *sertão*, entre os professores Adailson Tavares de Macedo e Walter Pinheiro, que com suas experiências científicas afloradas, principiaram um movimento de *estudar-se para estudar o outro*, dando início às leituras de obras como *A poética do Espaço*, e *Psicanálise do Fogo*, de Gaston Bachelard (1884-1962), *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa (1908-1967) e, por último, *Os Sertões*, de Euclides Rodrigues da Cunha (1866-1909).

Observe-se que são quatro livros, dois de um mesmo autor que é estrangeiro e duas obras de dois brasileiros. Podemos inferir que se trata de duas obras filosóficas (*Poética do Espaço* e *Psicanálise do Fogo*) e dois livros da Literatura (*Grande Sertão: veredas* e *Os Sertões*); essas obras carregam consigo uma intersecção: o fenômeno humano.

Estas duas últimas obras comumente tomadas como obras literárias, se constituíram nos estudos iniciais do grupo como fonte histórica que os aproximou de um modo de ser e de viver que se fez no diálogo entre litoral e sertão brasileiro. Litoral, compreendido enquanto espaço que recebe os estrangeiros no porto e onde os nativos lançam-se ao desafio de navegar; e o sertão como lugar afastado do litoral que se habita (sertão) e espaço da interioridade humana, da alma, do inconsciente (*ser-tão*).

Dando continuidade aos estudos deram início ao processo de andarilhagem², a fim de se aproximarem do sertão com mais intensidade, convidando seus alunos a participarem desse processo. Provocando, assim, conforme, Koyré (1991, p. 220), o *Dasein*, isto é, “a relação consigo mesmo e com o mundo, compreensão de si mesmo e do mundo, presença em si mesmo e no mundo”.

2 Andarilhar – verbo intransitivo; fazer de andarilho. Andar errante; vaguear. Etimologia (origem da palavra andarilhar). Andarilho + ar.

A partir desse pensamento, dá-se início às viagens aos sítios arqueológicos, aos rios, aos açudes, visitas às rezadeiras, aos mestres de cercas de pedras e cemitérios. Nessa presença fundada no *ser no mundo*, passaram a sentir a caatinga e seu ecossistema, a viver a relação da natureza e seus habitantes, estabelecendo a relação poética entre o homem e a natureza.

Para Barbosa Junior (2017, p. 414), o grupo passou a aproximar-se

[...] da jurema; favela; caibreira. A saber do gavião de pé de serra. A mergulhar com os corpos nos açudes e rios. Subir serras e serrotes e descobrir conversando com quem trabalha nas pedreiras que as rochas possuem veias. Visitar os sítios arqueológicos que guardam em si os registros dos primeiros habitantes do Brasil.

Nessas andanças em que o corpo e o mundo se interpenetravam, convidaram as pessoas mais antigas que moravam nos sítios ou em outras cidades do Seridó, além de parentes dos estudantes para prostrar, ouvir e contar suas histórias de vida nas salas de aulas da universidade.

Foram muitos encontros de partilhas de sabenças com rezadeiras, médicos, vaqueiros, poetas, tocadores de viola, avós e avôs dos estudantes, nas tardes quentes e de ventos sonolentos de Caicó. Esses momentos fortaleciam as relações de *ver, sentir e ouvir o outro*. Dessa maneira, observando e entendendo o *ethos* seridoense, conforme poetisa Carlos Drummond de Andrade (2013, p. 18): “O importante não é estar aqui ou ali, mas ser. E ser é uma ciência delicada, feita de pequenas observações do cotidiano, dentro e fora da gente. Se não executamos essas observações, não chegamos a ser: apenas estamos, e desaparecemos”.

Convicto nas andanças que o grupo realizou pelo Seridó, segundo o professor Barbosa Junior (2017, p. 416), subindo serras e serrotes,

[...] conversando com rezadeiras, mestres de cercas de pedras, tomando cachaca, comendo mocotó e buchada, fez explodir novos lugares em cada pessoa do grupo. Foram tempos em que o sertão potiguar cartografava uma nova paisagem em nossas consciências. Estava em processo o conhecimento de um modo de vida, uma geografia, uma fauna com a qual se convivia, mas até então se desconhecia. Esses eram, efetivamente, os primeiros passos para se pensar sertania como portadora de veredas para uma educação do Brasil.

Nessa citação do Prof. Dr. Barbosa Junior, observamos que o grupo de pesquisa florescia abrindo veredas para uma educação do Brasil, contrariando o posicionamento hegemônico que os europeus trouxeram ao colonizar o Brasil, quando interditou, soterrou e buscou convencer a todos de que a cultura dos que aqui estavam, antes de sua chegada, não tinha valor social e, portanto, deveria ser relegada ao esquecimento. Porém, para o Prof. Walter (2017, p. 415), existia uma boa intuição sobre o que estavam fazendo, conforme ele nos diz:

[...] podemos afirmar que o processo vivenciado com o ensino, pesquisa e extensão criou a necessidade dos primeiros sertânicos^{18F3} saírem da universidade e de modo orgânico estudar imprimindo no corpo, como carne do mundo, as sensações dos lugares, cores, histórias e vivências, com o Sertão do Seridó.

Esse processo de constituição do grupo nos faz lembrar Guimarães Rosa (1994, p. 43) em sua frase: “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para gente é no meio da travessia”. Essa travessia do grupo de estudos fez com que os primeiros sertanianos, ou seja, os primeiros a participarem do movimento de estudos — grupo sertania — fossem para além dos projetos de pesquisa e extensão, vivenciando organicamente o modo de ser e de viver dos sertanejos, em viagens.

Essas andarilhagens e os frutos das experiências vividas nas sabenças desse povo sertanejo provocavam em seus participantes o reconhecimento do processo de aprendizagem constante que o sertão é um lugar que educa.

Conforme Ferreira (2018, p. 20), por viver e ser o sertão,

[...] o sertanejo não possui termos para defini-lo. Porém, a carga sentimental transborda a sua existência, e anda. O sertão é isso. Nada pronto nada determinado. Sua capacidade de transformação e de adaptação constitui um campo de expressão em que o certo, o incerto, o trágico, o esperançoso, o real e o imaginário formam um imenso tecido bordado de várias significações. [...]. Esse mundo, repleto de desafios constantes, provoca o sertanejo a se reinventar de acordo com as necessidades que a vida elabora no campo da aprendizagem. O sertão é um lugar que educa.

3 Como o professor chama os participantes dos estudos em Sertania. Consideramos sertanianos.

Assim como os sertanejos se reinventam no fluir da vida, os dois professores e o grupo que se formava floresciam, educando-se no sertão de Caicó-RN. Para efeito de construção do nosso texto dissertativo, durante nossa pesquisa se fez necessário escutar o que os dois professores pensavam ser sertania.

Nessa perspectiva, enquanto para o Dr. Adailson Tavares de Macedo “Sertania é o estado de conscientização de ser, estar no mundo, da pessoa que caminha nas veredas dos sertões (sertão – físico e ser-tão – alma)”; para o Dr. Walter Pinheiro “É o que me faz ser como sou. Não explico, mas sinto que se manifesta em mim” (Lopes, 2022, p. 56).

Percebemos pelas falas dos professores, que eles carregam consigo as marcas e poeiras das estradas que percorreram construindo o grupo sertania e Educação. As diversas fontes foram evidenciando para nós, que sertania é uma palavra/estado que atravessa a filosofia, a poesia, a musicalização, a escrita. Ela vem entranhada poeticamente de simbolismos que realçam as características agrídoces, agrestes e doces do sertão nordestino.

Tomados pelas noções que anunciaram sobre sertania, os dois professores migram para o município de Natal-RN, no ano de 2005. O Professor Adailson Tavares de Macedo foi o primeiro a vir. Ele foi aprovado para cursar o Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, e o professor Walter Pinheiro veio para assumir a vaga que surgiu em 2006, pois o mesmo tinha sido aprovado em concurso público no ano de 2005 e estava aguardando ser chamado para assumir o cargo de Professor de Ensino Superior no Campus de Natal.

O ano de 2006, foi marcado pela atuação forte dos professores no campo da Educação de Jovens e Adultos, uma vez que o Professor Adailson Tavares de Macedo atuava no Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos do Rio Grande do Norte e o Professor Walter Pinheiro, assumiu a coordenação da Especialização em EJA, que a Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a UFRN ofertaram para todos os Professores que trabalhavam com a EJA na rede municipal de ensino de Natal.

Dentro dessa atmosfera de trabalho com a modalidade de Jovens e Adultos, o ano de 2008 será marcado pela construção de um grupo, que os dois professores intitularam de Grupo de Pesquisa Dialogicidade, Educação de Jovens e Adultos e Práticas Culturais. Esse foi o primeiro Grupo de Pesquisa ligado à Pró-Reitora de Pesquisa que deu origem ao que hoje é o Grupo de Pesquisa Sertania e Educação.

Vale destacar que a Linha de Pesquisa Sertania e Educação de Jovens e Adultos ao longo da vida organizou e cadastrou no ano de 2009, na Pró-Reitoria de Pesquisa, o Projeto de Pesquisa, intitulado: A dialogicidade brasileira dentro de duas narrativas sertânicas. Esse projeto retomava a leitura de duas das primeiras obras estudadas em Caicó: Os Sertões (campanha de Canudos), de Euclides Rodrigues da Cunha, e Grande Sertão: veredas, de João Guimarães Rosa. Esse projeto objetivava continuar os estudos sobre a dialogicidade brasileira dentro de duas narrativas de brasilidade.

Os estudos ganharam maior adesão à obra Os Sertões, com sua narrativa geopoética descrevendo e narrando, em todos os ângulos, o mundo que vai surgindo, desde a terra com sua paisagem até o litoral, lançando luz sobre os cenários das origens de Canudos.

Explica Barbosa Junior (2017, p. 418), como todo grupo ou leitor que se inicia na obra Os Sertões

[...] nós estávamos enredados, em um primeiro momento, nos encantamentos e assombramentos com o modo como brasileiro matava brasileiro. A guerra emergiu como canto da sereia, nos distraiu. Mas, aos poucos, compreendemos que a obra anuncia e denuncia o Brasil de dentro, um país que não se tinha em sua vastidão e com tudo o que lhe constituía, o Brasil desconhecia a si mesmo. Belo Monte começou a aparecer como algo mais do que uma narrativa de guerra para justificar uma República que ainda hoje não se fez.

As imagens do Brasil de dentro e os cenários da Guerra de Canudos corroboravam no movimento de compreensão da devoção divina do homem sertanejo e seu amor à terra. Conforme Macedo (2009, p. 14), em meios aos destroços de Canudos,

[...] integrantes da quarta expedição encontram no lugar denominado *Santuário* uma prédica de despedida, que não foi pronunciada por Antônio Conse-

lheiro: Adeus povo, adeus aves, adeus árvores, adeus campos, aceitai a nossa despedida, que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, que jamais se apagarão da lembrança deste peregrino, que aspira ansiosamente a vossa salvação e ao bem da igreja. Está prédica representa uma bela imagem de despedida aos habitantes de Belo Monte, também chamado Canudos, arraial no sertão da Bahia. [...] É pela imagem que se desvela a Sertania: abraço entre o sertão terra e o *ser-tão* alma.

Com a maturidade que a Linha de Pesquisa Sertania e Educação de Jovens e Adultos ao longo da vida foi adquirindo, houve a necessidade da criação do Grupo de Pesquisa Sertania e Educação. Assim, existia uma professora no Centro de Educação, Rossana Pinheiro, que se sintonizava com o que os dois professores estavam construindo com suas experiências entre o campus de Caicó e o de Natal.

A Professora Dra. Rossana Kess Brito de Souza Pinheiro⁴, ao fazer parte do grupo, protagonizou a institucionalização do Grupo. Esse processo aconteceu com o cadastrado do Grupo no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no ano de 2010.

Esse movimento de institucionalização se fortaleceu no ano de 2011, por meio do credenciamento do professor Dr. Walter Pinheiro ao Programa de Pós-graduação em Educação na Linha de História da Educação. Porém, é pertinente dizer que essa inserção na Pós-graduação não impediu aos sujeitos envolvidos o aprofundamento dos estudos a partir das perguntas: quem somos nós? E qual a nossa história?

Dentro dessa configuração, podemos inferir que o credenciamento do Prof. Dr. Walter Pinheiro ampliava as possibilidades de produção do conhecimento para os membros do grupo de pesquisa, pois com seu credenciamento abria-se a possibilidade de se produzir conhecimento articulado aos interesses do grupo em nível de mestrado, o que significava que as pessoas a ser orientadas teriam um tempo de 24 meses para construir sua dissertação, de modo sistemático e progressivo.

⁴ Nascida em Salvador/BA, em 1975. Possui graduação em Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente está como professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Nesse mesmo ano, os membros do grupo souberam, em junho de 2011, que o pesquisador Múcio Procópio de Araújo⁵, estaria proferindo uma palestra intitulada Antônio Conselheiro, no espaço cultural Buraco da Catita, situado na Travessa José Alexandre Garcia, 185 – Ribeira, em Natal-RN.

Os Profs. Drs. Walter Pinheiro e Rossana Brito Pinheiro participaram dessa atividade e após seu encerramento convidaram o pesquisador Múcio Procópio para ministrar um curso sobre Antônio Conselheiro na UFRN, para os membros do Grupo de Pesquisa Sertania e Educação.

Aceito o convite, o jornalista, em três sessões gravadas em vídeos, que se encontram guardadas na Sala 19 do Centro de Educação, narrou suas sabenças sobre a vida de Antônio Conselheiro (primeira sessão) a Guerra de Canudos (segunda sessão) e a morte e legado de Belo Monte (terceira sessão).

Esse Curso despertou para a necessidade de saber mais sobre a experiência vivenciada em Belo Monte e sobre a vida de Antônio Vicente Mendes Maciel, ou Antônio Conselheiro (13/03/1830 - 22/09/1897).

Nessa toada, Belo Monte começou a aparecer para o grupo, como algo mais do que uma narrativa de guerra para justificar uma República que ainda hoje não se fez.

Para o professor Barbosa Junior (2017, p. 418), aos poucos descobríamos que

[...] as veredas para uma educação do Brasil exigiam desaprender, desorganizar em si a história tão mal contada sobre quem somos nós. E a experiência vivenciada apontava que o ato de estudar não se reduz à leitura de textos. Assim, era preciso substituir estudar por estudar-se; pensar, por pensar-se, implicando-se visceralmente com o processo.

Buscando *conhecer a si e ao mundo*, o Grupo de Pesquisa Sertania e Educação avança na compreensão do que seja o ato de estudar, passa a assumir o

5 Natural de Lajes – RN. Formado em Jornalismo (Bacharelado - UFRN); Filosofia – UFRN (inconcluso); Especialização em Controle da Qualidade (FCAV-USP); Palestrante sobre Movimentos Sociais no Nordeste Brasileiro: “Antônio Conselheiro o homem e o mito”; “Guerra de Canudos – Uma visão abrangente”; “A importância estratégica da Estrada do Calumbi para o Arraial do Belo Monte, na Guerra de Canudos”; “Os segredos da Grota do Angico nos últimos dias de Lampião”; “Padre Ibiapina, uma vida devotada aos desassistidos”.

estudo como uma atitude frente ao mundo, que exige não só a leitura do material impresso, mas requer também, sempre que possível, a experiência sensível do corpo, ou seja, criar as condições para que o que estuda possa conhecer os lugares onde aconteceram os eventos e acontecimentos narrados pela literatura.

Esse entendimento despertou e fez emergir no grupo a necessidade de conhecer Belo Monte (Canudos-BA) e Quixeramobim-CE, cidade onde nasceu Antônio Conselheiro e, de onde ele partiu em peregrinação.

Pelo projeto de estudos “Antônio Conselheiro”, da UFRN, coordenado pelo Prof. Dr. Walter Pinheiro Barbosa Júnior, pela vice-coordenadora Profa. Dra. Rossana Kess Brito de Souza Pinheiro, e o historiador Múcio Procópio de Araújo, os membros do Grupo de Pesquisa Sertania e Educação, em comum acordo, combinaram de realizar viagens aos espaços que tomaram conhecimento, por meio dos livros e do curso ministrado por Mucio Procópio.

Partindo dessa compreensão instalada no grupo sobre a necessidade de ver de perto para contar certo. O grupo realizou duas viagens que passamos a apresentar seu processo e resultados.

A primeira viagem foi para Canudos-BA, no ano de 2011. Canudos é uma cidade, mas na época Antônio Conselheiro batizou de Arraial do Belo Monte. Essa viagem, aconteceu fundamentando-se no desejo de ver de perto, de corpo presente, o lugar onde se desenrolou a história desdenhosa que os sertanianos passaram mais de doze horas de viagem para ir e mais 6h para voltar.

A saída da caravana foi marcada às 6h da manhã, na parada do ônibus circular da UFRN, na Avenida Passeio. Essa parada fica localizada ao lado do Via Direta Shopping Center. Mas até chegarem a Canudos, na Bahia, percorreram mais de 931,1 Km. Atravessaram quatro estados antes de chegarem a Bahia, passando por cidades do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas para, enfim, chegarem ao seu destino.

Seguindo em viagem a Canudos-BA, os componentes tiveram a oportunidade de respirar por algumas horas em Serra da Barriga, localizada em União dos Palmares, no estado de Alagoas, onde um dos maiores quilombos da América

Latina, o Quilombo dos Palmares, se fez. Ali, foi possível sentir o lugar onde se instaurou a alegria de ser livre, mas também onde se vivenciou os horrores de uma guerra.

Continuando a viagem, chegaram a Canudos, visitaram o Parque Estadual de Canudos – PEC, que compreende uma área de 1.321 hectares no município de Canudos, criado em 1986. Com a presença de Múcio Procópio, conhecedor profundo das experiências vivenciadas pelos conselheiristas, foi possível visitar Uauá, local de acampamento de uma Companhia de Infantaria do Exército que iria combater na Guerra em Canudos, em 1896. Visitaram ainda Monte Santo e outras cidades. O que possibilitou reconstruir aspectos do espaço onde Antônio Conselheiro construiu Belo Monte e uma maior compreensão do movimento dos conselheiristas, que sonhavam com uma cidade em que as barrancas do rio fossem de cuscuz e no rio, ao invés de água, corresse o leite.

A viagem, permitiu aos membros do grupo ver na barragem do Cocorobó, dada a seca, emergir ruínas ou sinais do Arraia de Belo Monte, que insistiam em afirmar que os conselheiristas e o sonho permanecem apontando para o alto. A presença no lugar, permitiu ter uma maior noção do genocídio causado pelo Exército Brasileiro, que instaurou matadeiras (canhões), muito próximos do Arraia de Belo Monte, o que permitiu ver e sentir o ódio que o Estado tinha das pessoas que queriam apenas viver, partilhando a vida em comunidade, sem dinheiro e com muita solidariedade.

Segundo Reis (2020, p. 162), “muito do que se tentou soterrar e inundar em Canudos sobrevive até hoje,

[...] a própria cidade sobrevive em fragmentos, vestígios. Mas, além da materialidade que ainda se sustenta em alguns tijolos audazes, sobrevivem os símbolos. Eles vivem nas memórias, nos discursos, nas próprias ruínas que afloram, nos fragmentos de guerra preservados nos museus públicos e particulares, nas estátuas de Antônio Conselheiro, nas águas do açude, no chão sertanejo. Esses símbolos, que seguem entrelaçados, nada mais são do que a própria identidade de um povo e a potência de uma cidade independente que resistiu às forças opressoras da sua própria pátria que não lhe foi gentil”.

Mesmo com o desejo de esconder esses símbolos com o tempo, as águas, a memória de quem vivenciou esse momento não o deixa ser esquecido, para Barbosa Junior (2017, p. 419), “essa vivencia afirmou para todos que sentir o cheiro, ver as cores e ouvir os sons é necessário. Não é possível compreender sem que as sabenças passem pelos sentidos e o corpo todo sinta o que se busca saber”.

Ao retornarem da viagem, esse sentir o cheiro, ver as cores e ouvir os sons floresceram em produções científicas, como o bolsista de Iniciação Científica Markison José de Lira⁶, que desempenhou uma significativa participação no Grupo de Pesquisa Dialogicidade, Educação de Jovens e Adultos e Práticas Culturais, no Grupo de Pesquisa Sertania e Educação e no Projeto A dialogicidade brasileira dentro de duas narrativas sertânicas, nesse período, na Linha de Pesquisa Sertania e Educação de Jovens e Adultos ao longo da vida.

Com o trabalho Belo Monte: uma Experiência de Educação Transformadora – 1893 a 1897, o pesquisador Markison José de Lira desdobrava a viagem, transformando-a em um trabalho científico e apresentando-o no maior evento da UFRN no âmbito da graduação, que é o Congresso de Iniciação Científica - CIC, em novembro de 2011. O pesquisador Markison José de Lira apresentou com sua produção os primeiros passos da abordagem sertania, tomando a vida em seus acontecimentos para interpretá-la.

No ano de 2014, como uma semente em estado de dormência, o grupo volta a germinar o desejo de dar continuidade ao processo de apreensão sensível dos lugares, voltando a realizar viagens. Contando novamente com a participação do jornalista e pesquisador Múcio Procópio, o Grupo construiu o Projeto Pelos Caminhos do Conselheiro. Com esse projeto, buscavam ampliar seus conhecimentos sobre os lugares por onde o líder religioso Antônio Conselheiro iniciou sua peregrinação, antes de construir Belo Monte, no sertão da Bahia.

Assim, dando continuidade às viagens, foram para Quixeramobim, no estado do Ceará, lugar onde Conselheiro nasceu. Vizinho aos municípios de Quixadá,

⁶ Nascido na cidade do Natal/RN, no ano de 1981. Atualmente tem Graduação no Curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Banabuiú e Senador Pompeu, se situa a 39 km a Sul-Oeste de Quixadá, o Grupo, constituído por dez pesquisadores e dois motoristas de uma Van, saiu de Natal às 6h da manhã do dia primeiro de maio de 2014, da UFRN, em direção a Quixeramobim-CE.

O jornalista e pesquisador Múcio Procópio ficou responsável pela organização do roteiro. O objetivo era conhecer a cidade de nascimento de Antônio Conselheiro e as cidades por onde ele iniciou sua peregrinação, após descobrir, em 1861, que sua esposa o traiu com um sargento de polícia em sua residência, localizada em Vila do Ipu Grande.

A passagem do Grupo, na cidade de Ipu, foi notícia em seu jornal, intitulado Ipu Notícias, no dia 06 de maio de 2014. Além dessa matéria publicada, que registra a passagem do grupo da UFRN pela cidade de IPU-CE, o jornalista e pesquisador Múcio Procópio foi entrevistado pelos meios de comunicação de IPU, onde fez uma singela apresentação de sua vida dedicada aos estudos e sobre as peregrinações de Antônio Conselheiro.

Assim, os sertanianos vivenciaram, ao longo de sua jornada, a paisagem e a caatinga do sertão baiano e cearense. Visitar Belo Monte e, posteriormente conhecer a cidade de nascimento de Antônio Conselheiro e as cidades por onde ele iniciou sua peregrinação, se constituiu em uma compreensão de que o conhecimento se faz na estrada e no vivendo de quem busca conhecer.

Eis aqui, aspectos que marcaram o processo de constituição do Grupo de Pesquisa Sertania e Educação. Esse movimento do grupo fundamenta-se no princípio epistemológico de que a cabeça pensa, onde os pés pisam. Foi pisando e pensando ou pensando e pisando que todos os membros do grupo se apropriaram visceralmente de uma das mais notáveis narrativas, sobre história dos brasileiros e do Brasil, escrita por Euclides da Cunha.

Por fim, podemos inferir que mesmo não sendo objetivo da obra de Euclides, fortalecer grupos de pesquisa, ela foi de grande importância para orientar a ampliação e aprofundamento dos membros do Grupo e do próprio Grupo de Pesquisa Sertania e Educação, sobre o sentido que o ato de estudar, pesquisar e se conhecer carregam consigo.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de, 1902-1987. **Os dias lindos** / Carlos Drummond de Andrade; posfácio Betriz Rezende. – 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BARBOSA JR., Walter Pinheiro. Sertania, veredas para uma educação do Brasil. In IBIAPINA, Ivana Maria Lopes Melo de; FERREIRA, Maria Salonilde; PAIVA, Marlúcia Menezes de. (Orgs.). **Mar de Histórias**. Teresina: EDUFPI, 2017.
- CIRNE, Moacyr. **A invenção de Caicó**. Nordeste Gráfica, 2004.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Cultural, 2003.
- FERREIRA, Gilmar Leite. **O sertão educa**. Editora: Appris. 1. ed. 2018.
- KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de história do pensamento filosófico** / Alexandre Koyré; tradução de Maria de Lourdes Menezes. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- LOPES, Thaise de Santana. **Cacimbas do sertão: um estudo do grupo de pesquisa sertania e educação (2003-2020)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação. Orientador Walter Pinheiro Barbosa Júnior. Centro de Educação. Natal, RN, 2022.
- MACEDO, Adailson Tavares. **Belo Monte: imagens de indignação, bravura e despedida**. Livro Imaginário: fronteiras, desafios múltiplos olhares, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, p. 9-15, 2009. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br>>.
- ROSA, J.G. - **Grande sertão: veredas**. 13. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1979.
- REIS Mendes, Dila. **O chão e as águas [manuscrito Mãe-esposa e professora: educadoras no final do século XIX]: memórias de uma cidade sertaneja** / Dila Reis Mendes. – Salvador, 2020. Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Mestrado em Cultura e Sociedade, 2020. Orientadora: Profª Drª. Lídia Maria Pires Soares Cardel.

CAPÍTULO 9

O ENA NA REVISTA ADVENTISTA EM 1972: OÁSIS DO NORDESTE?

Moizés Saboia da Silva

Doi: 10.48209/978-65-84959-96-9

A Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD), detentora e mantenedora da Rede de Educação Adventista, é uma denominação religiosa de cunho protestante (Sousa, 2017). Nascida, fortalecida e expandida para todos os cantos do mundo, tem sua origem nos Estados Unidos da América resultado do movimento Millerita (Martins, 2008). A partir desse evento iniciado pelas ideias religiosas acerca do retorno de Cristo à terra, no qual propagava-se que seria em torno de 1843-1844, levou inúmeros fiéis de várias denominações religiosas a essa crença. No entanto, o movimento acabou por gerar decepção, tristeza, raiva, ceticismo dos que acreditaram nas ideias propagadas por Guilherme Miller (Gonçalves, 2009), após o não retorno do messias na data esperada.

A Igreja, portanto, surge da junção de fiéis que trataram de ler e estudar as Escrituras como forma de entender os resultados do evento que propagavam como certo, não ter ocorrido. Após análises sobre os textos bíblicos com o intuito de compreender o não retorno de Cristo, muitos creram que o evento ainda se daria, mas em momento posterior. A formação dela levou os pioneiros adventistas a pensarem maneiras, modos e métodos de fazer com que a mensagem evangelística pudesse chegar ao maior número de pessoas.

As táticas que levaram a IASD a pensar o modo como iriam converter à fé adventista às pessoas, se deram por diversos meios, sendo um deles a formação, expansão e manutenção dos colégios adventistas como estratégia de angariar

conversos para serem incrementados ao “exército” adventista. A igreja começou sua expansão pelo Leste dos EUA a partir da obra de publicações em que tratou de formar editoras para que pudessem divulgar a ideologia da denominação por meio dos impressos, em 1849. Após terem dado início a esse empreendimento que tratou de fortalecer e solidificar o nome adventista, a denominação é oficializada como Igreja Adventista do Sétimo Dia em 1863, moldando a organização interna da liderança. Além disso, tratou de ganhar espaço no campo da saúde, fortalecendo conceitos acerca dos cuidados com o corpo e mente, no qual afirmava que a alimentação era fator crucial para o corpo e espírito, e que deveria ser obtida de acordo com as orientações da Bíblia. Desse modo, dão sequência a chamada obra médica em 1866 (Marinho, 2019).

A Igreja inicia a obra educacional no ano de 1872 com o primeiro colégio em Batte Creek, Michigan, em que implantou a primeira escola com intuito de poder preparar missionários, líderes e conscientizar os fiéis acerca das normas, doutrina e conhecimento adventista para que pudessem ser robustecidos com a educação adventista desde a infância, dispersada por professores cristãos adventistas às crianças e jovens às ideias adventistas acerca da moral, ética, religião, fé etc., (Meslin, 2015).

O último empreendimento da denominação foi a obra educacional. A demora em tratar o ramo da educação como um dos principais pilares do crescimento da IASD pelo mundo, se dá tendo em vista, que os pioneiros acreditavam que a volta de Cristo à terra estava próxima, portanto, não havia tempo hábil a dedicar-se a formação e instrução educacional, pois seria um tempo dispendido em algo que não compensaria, tendo em vista que poderiam ser enviados missionários aos campos a evangelizar acerca do retorno de Jesus ao invés de estarem em sala de aula.

No Brasil, a Igreja começa os primeiros colégios na região Sul. A primeira escola foi o colégio Internacional de Curitiba, fundado em 1º de junho de 1896 na cidade de Curitiba, Paraná (Vyhmeister, 1972). A rede de ensino adventista começou a expansão pelo Sul do país angariando espaço, visando a educação

como forma de propagação da mensagem adventista. Os membros adventistas no Brasil pensaram os institutos de educação como ferramenta na divulgação da ideologia cristã. Assim, trataram de formar uma escola e uma igreja concomitantemente. Seguiam dessa forma as ideias da cofundadora da IASD, Ellen White (Carvalho, 2019).

Ellen White, considerada pelos fiéis adventistas, profeta de Deus na terra, trouxe inúmeras mensagens religiosas, conselhos, sugestões que teceram as normas, métodos e crenças que deveriam ser seguidas como sinônimo de fé e obediência a Deus. Ela é escritora de vasta literatura que trata de guiar e orientar os fiéis acerca de diversos ramos na vida dos cristãos adventistas, tais como saúde, casamento, filhos etc. Dentre os principais, estão os assuntos que relacionam a educação como fatores importantes para que os fiéis dessem atenção.

No Brasil criou-se a Revista Adventista, impresso cristão adventista, dirigido aos fiéis. Ela era o meio de comunicação mais importante que circularia entre os adventistas em todo o país. Eles ficariam sabendo das principais notícias acerca da obra evangelística no Brasil e no mundo. Era o principal meio de comunicação que tratava de mantê-los unidos. A Revista foi criada no Brasil pelos pioneiros adventistas como meio de informar sobre os batismos, o crescimento da denominação e também de manter a fé dos leitores às ideias da IASD. Inicialmente, o impresso publicava, especialmente, salmos bíblicos, lições da escola bíblia, que eram estudos sobre passagens da vida dos personagens da Bíblia, e notícias dos missionários que estavam evangelizando.

Assim, em janeiro de 1906, no Rio de Janeiro, circulou o primeiro número da Revista Adventista. Em seu editorial, o impresso foi apresentado como “alimento espiritual” e justificado como reflexo de “autoconsciência, idealismo, crescimento, mobilização, sonho e desejo de aglutinar ideias” (Benendicto; Borges, 2006, p. 8). As primeiras edições contavam com doze páginas em preto e branco e eram dedicadas a Escola Sabatina da Igreja¹. Até fevereiro de 1931,

¹ Todos os sábados os membros da congregação se reúnem para discutir de doze a treze temas bíblicos que são feitos pela Casa Publicadora Brasileira (CPB) para que os fiéis aprendam conceitos sobre a fé adventista. Nessa reunião, eles são divididos em classes etárias (crianças, jovens, adultos, idosos) para discutir os temas que são específicos para cada faixa.

circulou como Revista Mensal e a partir de março do mesmo ano passou a ser Revista Adventista.

Com uma população girando em torno dos 20 milhões de habitantes (censo de 1900) (IBGE, 1900) e com 1.212 (um mil duzentos e doze) adeptos, o Brasil era uma grande seara a ser explorada pela doutrina adventista a partir da publicação do periódico que, como a imagem de corpo congregado, expandiria e conectaria, a nível nacional, os membros da Igreja. No periódico, as Sessões da Associação Geral recebiam textos de pastores e missionários estrangeiros, bem como dos adeptos das igrejas locais que partilhavam experiências e notícias em torno da fé dos congregados. O objetivo era produzir o discurso de que a Igreja era união global, corpo único em torno da fé a ser trilhada.

Quanto aos artigos, começavam na primeira página abaixo do nome do periódico, dedicando-se a temas relacionados ao disciplinamento, obediência, princípios doutrinários adventistas, espiritualidade e questões sociais como a preocupação com a educação, trabalho, casamento. A estratégia era fazer da revista o espaço de circulação do pensado unitarismo do discurso religioso adventista, reforçado pela associação entre imagens e textos de Ellen White.

A modernização da revista nos anos de 1970 levou o corpo editorial a investir no uso de imagens e cores. O papel das imagens e das cores na sedução pelo olhar era uma possível estratégia tipográfica, já que quase todas as capas são/estão com histórias da Bíblia. Algumas capas estampam líderes nacionais do alto escalão adventista como Roberto Rabello, Luiz Waldvogel, Robert Folkenberg e Alejandro Bullón, todos pastores da Igreja que escreviam no periódico. O colorido das imagens trazia um tom mais agradável ao olhar do leitor, buscando tornar mais real o sentido de imaginação ao ler os artigos associado ao colorido.

No início da década de 1970, com a entrada de homens que se profissionalizavam na área jornalística, a revista começa a ganhar aparência mais comercial. A mudança no layout e o aumento do número de páginas foram alterações que impactavam na forma de divulgação dos conteúdos. As mudanças se dão no aumento do número de artigos, a Igreja passa a noticiar eventos internacionais da

própria congregação, abre espaço para citar palavras do original grego e hebraico escritos na Bíblia. A busca pelo público leitor era associada ao projeto de expansão da Igreja Adventista, o que tornava mais complexo o trabalho dos editores em manter o mercado à medida que se ampliava a influência da Igreja, as temáticas deveriam ser/estar associadas às demandas sociais do presente.

Esse duplo processo (formar/informar) exigia tanto a adaptação do conteúdo bíblico quanto a seleção do que deveria ser a conduta social dos membros da Igreja. Uma das formas encontradas foi manter a organização da estrutura interna do periódico semelhante ao impresso estadunidense. A revista publicada no Brasil seguia os mesmos parâmetros de escrita e forma de elencar os conteúdos (saúde, vestuário, namoro, casamento) da revista norte-americana, sendo os assuntos organizados em seções temáticas que direcionavam à leitura aos interesses dos editores. Nessa perspectiva, ela funcionava como um elo de (in)formação entre as igrejas espalhadas pelo Brasil abordando assuntos e relatos de missionários que evangelizavam no país e no exterior.

Os editores não deixavam de lembrar aos adventistas a importância de assinar e ler a Revista, dando vários enfoques nos conteúdos que eram trazidos e também informando que ela era uma “benção” ao lar adventista. A produção do discurso de que era a palavra de Deus que adentrava no lar adventista foi recorrente nas estratégias de expansão da denominação.

Para os editores “a Revista Adventista, além de bons artigos, traz notícias e reportagens sobre o [...] mais importante [...], tanto no país, como também em todo o mundo” (Ferraz, 1972, p. 22-23), mostrando que as preocupações editoriais do periódico se voltavam às questões internas da instituição. A renovação e inovação gráfica, aumentou o número de páginas, cores, sumário, sistema offset etc., a “juvenizou”, e “tecnologizou”, proporcionando-lhe ser um espaço de recepção de sugestões de artigos sobre éticas e morais da fé, direcionados, especialmente, às crianças e jovens. Temas como sexo, família, casamento e doutrina adventista foram encaminhados a distintos públicos como meio de enquadramento doutrinário e disciplinamento social, evidenciando a importância que os líderes adventistas deram ao periódico.

Desse modo, como importante meio de divulgação, propaganda e fortalecimento do Educandário Nordestino Adventista (ENA), Arthur Dassow, diretor do ENA, tratou de destacar a importância do instituto de educação no impresso. Na condição de diretor, ele buscava passar boa imagem do colégio, enfatizando a relevância do centro educacional, frisando que desde a fundação, em 1943, período em que o mundo vivenciava a Segunda Guerra Mundial, e o Brasil, o regime de exceção de Getúlio Vargas (1937-1945), a escola crescia em estima, estrutura física e importância. Mesmo sem as estruturas físicas, inicialmente, completas necessárias, para que os alunos recebessem alojamento adequado, os gestores atuaram em incentivar os estudantes, por meio da fé, em suportar as adversidades insalubres do ambiente, em que cada discente levasse a própria rede, já que não havia residências próprias para abrigá-los (Santos, 2016).

O que viria a ser o ENA surgiu no ano de 1943, recebendo o nome de Educandário Nordestino Adventista somente em 1950. O primeiro adventista a administrar o colégio, foi Arthur Leitzke. Ele é definido nas páginas do periódico como “preceptor, engenheiro construtor, professor, pastor, enfim tudo que as circunstâncias exigissem. Um autêntico missionário” (Soares, 1978, p. 41), formado na/para a causa evangelística. Inicialmente, a escola era denominada de Instituto Rural Adventista do Nordeste (IRAN) (Dassow, 1974). Projeto de instituto que começou com poucos alunos e estrutura precária para alojamento de 15 estudantes, fundado na cidade de Belém de Maria, agreste de Pernambuco (Soares, 1978).

O instituto iniciou as primeiras aulas no ano de 1944 no comando de Ataliba de Abreu Neto, tendo Artur Leitzke como professor e Manuel de Melo, como responsável por administrar a fazenda em que o colégio funcionava. (Santos, 2016). Os dirigentes imbuídos do desejo pela construção da escola, imaginavam um ambiente educacional que trouxesse resultados positivos a obra evangelística (Soares, 1978).

Destaca-se que para a criação do colégio não se deixou de ocorrer rugas internas entre os membros líderes acerca da fundação do instituto, pois havia aque-

les que pensavam que manter uma escola no Nordeste, naquele momento, não era vantajoso, tendo em vistas os gastos que poderiam ser direcionados a outras Uniões, que são junções de várias associações de igrejas ou campos missionários no território de um país, que fossem mais populosas e que apresentassem maiores frutos à obra. No entanto, mesmo com pensamentos contrários a manutenção e criação do ENA, o secretário-tesoureiro, Palmer Harder (Harder, 2020), manteve posicionamento favorável. Palmer, espelhava-se pelo exemplo do pai, Abraham Classen Harder, o qual conseguiu levar adiante a obra missionária em Taquara, no Rio Grande do Sul, mesmo sem ter o apoio esperado. Imerso na certeza de que era dever adventista fincar raízes da doutrina no solo nordestino, continuou a defender a existência do centro de ensino, mesmo sendo o campo mais pobre da União Este-Brasileira (Santos, 2016).

O projeto de construir a escola foi inúmeras vezes posto em dúvida e o encerramento foi, por vezes, ponto de discórdias durante as reuniões realizadas. No entanto, a persistência dos que desejavam iniciar a obra adventista, por meio da educação, no Nordeste, foi levada a cabo. No ano de 1947, criou-se uma comissão de recursos com o presidente da Missão, o departamento de educação da União Este-brasileira, um auxiliar de missão, o diretor do ENA e mais dois professores, porém, por questões de disputas internas entre as lideranças, Palmer Harder, que era secretário-tesoureiro do campo local e um dos principais defensores da criação do instituto, foi descartado da reunião. Destaca-se que os pensamentos sobre a execução de como os delineamentos missionários acerca da educação adventista deveriam ser feitos, não são homogêneos. Mesmo com a oposição de membros que não viam as ideias de Harder com bons olhos, ele acabou fazendo parte de comissões decisórias.

No ano de 1948, o departamento de educação da Divisão Sul-americana e a Associação Geral² dariam a palavra final sobre a abertura do instituto sendo favoráveis, porém, impondo condições para o funcionamento. O colégio cresceu e se tornou o que passou a ser chamado de “Oásis do Nordeste”, “Luz no agreste pernambucano”. No ano de 1976, o ENA contava com 537 alunos.

² Órgão máximo de decisões da IASD.

A educação adventista era divulgada como meio de salvação das crianças e jovens, já que estariam longe da “corrupção” do mundo, sob o olhar “protetor” dos educadores na escola (White, 2007). É importante ressaltar que “a origem da educação adventista vem do pensamento religioso adventista e de sua orientação teológica advém do protestantismo norte-americano do século XIX e possui influências de grupos como os anabatistas, restauracionistas e millerianos” (Munhoz, 2013, p. 1) que contribuem para a formação da mescla de crenças que ajudou a constituir as doutrinas postas como bases para a existência dela.

As reformas do ensino³, na ditadura, impactaram como os colégios deveriam ofertar o ensino no Brasil, forçando a Igreja a modernizar a estrutura de oferta educacional no país. A estrutura da reforma da educação básica durante o governo civil-militar, abrange a reestruturação da educação, em que o Ensino Fundamental passou a oferecer o total de 8 anos. O Ensino Médio acabou por ser atingido por processo voltado a atender as demandas do mercado, já que foi reorganizado com vistas à formação profissionalizante (Martins, 2014).

A reformulação do ensino afetou todos os centros de educação do país, públicos e privados. Eles tiveram que se adaptar ao novo regime implantado. Os militares trataram de controlar os conteúdos ministrados pelos professores. O discurso do Governo, para que reforçasse a vigilância sobre os institutos de educação, era o de evitar possível golpe comunista. Essa narrativa, alimentada pela coalisão civil-militar, tonifica o fato de que estavam resguardando a população de “grande mal”. A educação, portanto, estava na alça de mira da vigilância, controle e censura da Ideologia de Segurança Nacional (Miguel, 2002).

Como métodos que buscassem fazer com que as gerações fossem moldadas de acordo com os rumos propostos para a nação, implantou-se matérias que in-

3 BRASIL. Decreto-Lei nº. 869, 12 de setembro de 1969. *Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em 23 de fevereiro de 2022 às 11h11.

BRASIL, Decreto- Lei nº 5.692/71, 12 de agosto de 1971. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm> em acesso em 23 de julho de 2022.

crementaram as aspirações e ideias cívicas do respeito e admiração aos militares no Brasil. Vale ressaltar que, os professores e o sistema de educação cotidiano receberam os olhares ávidos das autoridades no poder com afinco. A vigilância sobre o setor se dava por meio da repressão e censura à formação de movimentos estudantis contrários ao governo. As disciplinas pensadas para a grade curricular tinham como propósito fazer com que fossem inseridos o disciplinamento, o reforço da moral e dos “bons costumes” à nova ordem impetrada no país (Martins, 2014).

O controle aos estudantes, professores e ao ambiente escolar era, portanto, também preocupação da coalização civil-militar à frente do governo – já que o ensino era estratégico a infiltração das ideias da Ideologia de Segurança Nacional. Para concretizar esse desejo, foi necessário mexer no conteúdo lecionado. Tratou-se, assim, de inserirem matérias como Estudos Sociais, Organização Social e Política Brasileira (OSPB), Educação Moral e Cívica (EMC). O currículo, assim, contendo mudanças nas disciplinas, em especial, nas temáticas de humanidades, visava fazer com que os conteúdos levassem os estudantes a compreensão de que a nação se mantinha democrática e zelava pela ordem e o progresso (Martins, 2014). Desta forma, os militares buscaram marcar território nas salas de aula. Para eles, era importante impor autoridade, ordem, disciplina, civismo, patriotismo e o regime de alinhamento, colaboração e adestramento em relação a ordem imposta (Melo, 2020).

Era importante divulgar o sucesso dos colégios para que os leitores se tornassem apoiadores da obra educacional como segmento do evangelismo. Criar a fé de que os institutos cumpriam a missão evangelizadora era crucial para a expansão da doutrina, já que manter os assinantes do periódico informados acerca dos sucessos dos prédios escolares importava para que houvesse contribuição financeira para angariar “novas almas” e manter as matrículas conquistadas. Divulgar os êxitos era necessário, pois mostrava-se aos fiéis que, os recursos investidos na obra educacional, não estavam sendo infrutíferos. Quanto maior o número de estudantes, mais missionários era possível alcançar.

A formação de estudantes vinculados aos valores e moral adventista, capazes de alavancar maiores números de fiéis era o desejo dos líderes adventistas. O intuito era que os centros de educação gerassem pessoas imbuídas com a filosofia adventista, cheios da doutrina cristã. Era preciso que a Igreja, por meio das escolas, construísse os “soldados” que iriam espalhar a ideologia religiosa da IASD pelo sertão nordestino.

No artigo “*O ENA em festa*”, (Porto, 1978) publicado na revista de novembro de 1978, Manoel F. Porto, pastor do Educandário Nordestino Adventista, destaca que o colégio cumpria os deveres propostos, apesar dos ataques do “inimigo”. Ele trata de salientar que a escola tem a missão de manter os estudantes em ambiente cristão, propícios à obra evangelizadora. O texto está recheado de incentivos à permanência nos conceitos da fé adventista. O discurso recai sobre o “mundo vindouro” em que os alunos recebiam as normas e conhecimento para manterem-se fiéis. O robustecimento se direciona ao ambiente escolar, ressaltando que é cristão e fornece aos educandos os pensamentos “necessários”. O objetivo é a exaltação do ENA como instituição “saudável” para a permanência dos discentes, alavancando o acréscimo nas matrículas.

Nos diversos textos publicados na Revista, afirmava-se que os colégios serviam para além da formação secular. Neles se disseminavam os ideais da Igreja, direcionados a manter os estudantes centrados na doutrina. O objetivo incluía a evangelização da sociedade a ter contato com a fé adventista. O intuito missionário dos institutos de educação, ao cumprirem a missão de moldar o contingente para ocupar os espaços no campo da evangelização, deveriam trabalhar para que outros fossem constrangidos à filosofia adventista, tornando-se fiéis membros, detentores da doutrina da IASD. O ENA, no sertão do Nordeste, portanto, se tornava um baluarte aos interesses religiosos da Igreja Adventista (Hirsch, 1978).

Referências

BENEDICTO, Marcos; BORGES, Michelson. **Um século: 100 anos de história.** Santo André, São Paulo, ano 101, nº 1, Revista Adventista, janeiro de 2006, p. 8.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 869, 12 de setembro de 1969. **Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em 23 de fevereiro de 2022 às 11h11.

BRASIL, Decreto- Lei nº 5.692/71, 12 de agosto de 1971. **Presidência da República. Brasília, DF.** Disponível:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm> em acesso em 23 de julho de 2022.

CARVALHO, Francisco Luiz Gomes de. **Educação adventista: training school e a formação de obreiro.** Tese. (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, USP, 2019.

DASSOW, Arthur. Entrevista. E.N.A. — Uma Luz no Agreste Pernambucano. **Revista adventista**, maio, 1974, p. 18-19.

Alimento espiritual. **Revista Adventista**, Santo André, São Paulo, ano 67, nº 9, p. 22-23, setembro de 1972.

GONÇALVES, Sérgio. **Desafios de Uma Instituição Confessional:** Centro Universitário Adventista – UNASP. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2009. Disponível em: <http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/2006/HKJORHSYSPUB.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2021.

HIRSCH, Charles B. O que tem de bom na educação adventista do sétimo dia? **Revista Adventista**, Santo André, São Paulo, ano 73, nº 10, outubro de 1978, p.16

HARDER, Palmer. DAS – Centro Branco Brasileiro, 2020. Disponível em:<<https://encyclopedia.adventist.org/article?id=3GIX&lang=pt>> acesso em 18 de julho de 2022 às 19h57.

MARTINS, Enilce Barbosa. Educação como obra missionária: a educação como instrumento de difusão da filosofia adventista. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP**, 2008. Disponível em: < [https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/2066/1/Enilce Barbosa Martins.pdf](https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/2066/1/Enilce%20Barbosa%20Martins.pdf)>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

MARTINS, Maria do Carmo. **Reflexos reformistas**: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014, p. 4. Editora UFPR. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/er/a/7yMGWJjk4j7Fr3LLjdjWHDR/> > acesso em 20 de fevereiro de 2022 às 15h31.

MARINHO, Igor Soares. **Igreja Adventista do Sétimo Dia** – uma igreja de teologia pública. Dissertação (Mestrado em Teologia). São Leopoldo, Faculdades EST, 2019.

MESLIN, Douglas Jeferson. Educação Adventista: das escolas paroquiais a uma rede de ensino, permanências e rupturas de um ideário educacional (1970-2010). (Tese de doutorado em Educação). Curitiba: **Pontifícia Universidade Católica**, 2015.

MELO, Francisco Egberto. “Vamos saudar o Brasil”: civismo, autoritarismo e ensino de história. In: CRUZ, José Vieira da; SANTOS, Fábio Alves dos. **Aprendizagem histórica**: espaços, suportes e experiências. Recife: EDUPE, 2020, p. 180-209.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. In: **Diálogos Latinoamericanos**, n. 5, 2002, p. 40-56. Disponível em < <https://www.redalyc.org/pdf/162/16200503.pdf> >. Acesso 24/09/2022.

MUNHOZ, Juliana Neri. A Educação Adventista por Ellen White. **Relegens thréskeia estudos e pesquisa em religião** V. 02 – n. 01, p. 1-9, maio. /julho. 2013, p. 1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rt.v2i1.32680>. Acesso em: 21 novembro. 2021.

PORTO, Manoel F. O ENA em festa. **Revista Adventista**, Santo André, São Paulo, ano 73, nº 11, novembro de 1978, p. 32.

SANTOS, Eduardo Cavalcante Oliveira. internatos adventistas no brasil em questão: Os discursos de permanência da filosofia e das práticas educacionais e os indicativos de ocorrência de atualização na condição pós-moderna. Dissertação (mestrado em ciências da religião- **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** - PUC-SP, 2016, p. 135.

SOARES, Áurea. Você conhece o ENA? **Revista Adventista**. Santo André, São Paulo, ano 73, nº 3, março de 1978, p. 41.

SOUSA, Antonio Junio Alves de. Mídia e religião: o uso dos meios de comunicação na Igreja Adventista do Sétimo Dia. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). **Faculdade Unida de Vitória**, 2017.

VYHMEISTER, Werner. 1972: centenário da educação adventista. **Revista adventista**, Santo André, São Paulo, ano 67, n° 10, outubro de 1972, p. 5.

WHITE, Ellen Gould. **Conselhos aos professores, pais e estudantes**, 2007 Estado de Ellen G. White. E-book.

CAPÍTULO 10

UM LUGAR DE MEMÓRIAS NO SERTÃO ARQUEOLÓGICO: (RE)PENSANDO O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL PARA AS COMUNIDADES DO ENTORNO DO SÍTIO LAJEIRO DO ESCRIVÃO (SÃO JOÃO DO SÓTER-MA)

Maykon Albuquerque Lacerda

Jakson dos Santos Ribeiro

Doi: 10.48209/978-65-84959-96-A

Algumas discussões preliminares acerca do Patrimônio, dos Sítios Arqueológicos e dos Lugares de Memória

O presente trabalho, versa sobre o Patrimônio Arqueológico existente sobre sertão maranhense, denominado como Sítio Lajeiro do Escrivão, que está localizado no município de São João do Sóter, no Maranhão. Nesse caso, identifica-se que o referido sítio pode ser entendido como um lugar de memórias a ser historicizado, bem como um espaço sertanejo imbuído de saberes locais pertencentes às comunidades rurais e escolares que residem em seu entorno.

Assim, metodologicamente, tal iniciativa parte-se de uma pesquisa de campo, de caráter exploratória e descritiva; somada à um aparato documental, através de consulta em: decretos-leis, portarias, boletins etc. E uma revisão bibliográfica, em diálogo com: Choay (2014), Nora (1993), Candau (2008), Rüsen

(2007), Tolentino (2019), dentre outros. E que pretende compreender este sítio arqueológico, sob a abordagem da História Local no ensino escolar, através da Educação Patrimonial, concomitantemente, direcionada para o conjunto de sujeitos (moradores, alunos, professores etc.), oriundos das comunidades locais que experienciam este espaço, e que poderão ser capacitados, adequadamente, para formarem um processo de aprendizagem e consciência histórica sólido no sertão maranhense.

Atualmente, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 2014), o território maranhense possui um diversificado patrimônio arqueológico, composto por aproximadamente 300 sítios conhecidos e distribuídos por inúmeras regiões do estado, marcado pelas diferentes ocupações humanas, desde o litoral até o interior, tal como pela diversidade ecológica da fauna e da flora, em meio à presença de moradores e seus vestígios de existência. Logo, os patrimônios são “[...] instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público” (Gonçalves, 2002, p. 121-122).

Em outras palavras, estes vestígios de existência e ocupação humana, por exemplo, evidenciados por pinturas, gravuras, inscrições rupestres ou até mesmo elementos da cultura material, como as cerâmicas acabam por constituírem um arcabouço patrimonial, de natureza material e testemunhal da história, para o qual os métodos da Arqueologia fornecem conhecimentos primários. Além disso:

É a partir da pesquisa arqueológica que podemos reconstituir e/ou reinterpretar aspectos da nossa pré-história e história, estudando-se a cultura material, recuperada em campo através das escavações em sítios arqueológicos, testemunhos de ocupações humanas passadas e suas atividades, constituidoras da nossa história. Portanto, a consciência e a identificação de um povo com sua história são os elementos transformadores do indivíduo em cidadão, instrumentos necessários ao exercício da cidadania e conformadores de uma nação (Medeiros; Surya, 2012, p. 283).

Nesse sentido, segundo os autores Medeiros e Surya (2012), a Arqueologia como campo científico desempenha um papel fundamental na árdua tarefa em

preservar, como também mostrar as justificativas do por que preservar os restos ou achados da cultura material, produzida pelos homens há milhares de anos, salientando a constante necessidade em interpretar estas distintas realidades das mais variáveis atividades humanas, a exemplo, da constituição de bens ou heranças, principalmente por que tais achados arqueológicos, estão relacionados “[...] a origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (Choay, 2014, p. 11).

Por essa ótica, faz-se essencial refletir sobre esta sociedade, por sua vez, potencializada por mudanças significativas, em relação à inovação, domínio e expansão tecnológica ocasionados pelos sujeitos históricos, tal como às interferências nos seus espaços de origem ou pertencimento. Logo, na contemporaneidade toma-se como exemplo de espacialidade arqueológica, aquilo que é concebido como um sítio.

Mas, afinal, o que é um sítio arqueológico?

É um lugar onde se encontram vestígios da vida e da cultura material dos povos do passado. Estes vestígios podem estar sobre a superfície do solo - uma aldeia indígena abandonada, uma fortaleza do século XVIII, as ruínas de uma igreja, ou enterradas - um “*Sambaqui*”, por exemplo, locais à beira do mar onde se acumularam conchas, ossos, restos de alimentos e utensílios utilizados por grupos humanos que ali viveram (Horta; Grunber; Monteiro, 1999, p. 30).

Com base no exposto acima, entende-se que os sítios são locais carregados por vestígios antrópicos no passado, encontrados e explorados no presente, sob o interesse arqueológico ou paleoetnográfico, sendo protegidos legalmente, por um instrumento específico, a Lei Federal nº 3.924/61, que em seu art. 2º nomeia os sítios brasileiros de monumentos arqueológicos ou pré-históricos, e os classificam quanto ao formato físico, sobretudo, em grutas, lapas e abrigos sob rocha. Nisso, destruí-los se configura em crime contra o patrimônio nacional, logo, passível de penalidades de acordo com a lei (BRASIL, 1961, p. 1).

Assim, um dos grandes desafios atuais consiste em proteger este bem patrimonial do vandalismo e da depredação constante. Em contrapartida, de acor-

do com Chuva (2014), a intensificação da manutenção e preservação dos sítios arqueológicos brasileiros decorrem da necessidade de se identificar e conservar o estado original dos vestígios materiais que compunham estes locais físicos e, ao mesmo tempo, distribuídos espacialmente, a ser visto como um legado a ser deixado para as futuras gerações. Por isso que:

Os municípios na sua grande maioria tendem a criar um elo identitário com o patrimônio/sítio arqueológico bastante significativo, servindo de base e sustentação para o desenvolvimento turístico da região. A partir dessa constatação torna-se imprescindível a conservação e a educação patrimonial das comunidades sobre o bem histórico e cultural (Patriota, 2015, p. 4).

Nessa perspectiva identitária, turística e educacional no âmbito municipal, o patrimônio arqueológico quando bem conservado tende a torna-se um atrativo ou polo turístico gerador de emprego e renda para a sociedade local. O que implica, conseqüentemente, na questão da memória, ou melhor enxergar o sítio arqueológico como um lugar de memórias no sertão, equivalente à sua localização geográfica no interior do estado do Maranhão.

Com isso, conceitualmente, os lugares de memória:

São lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diferentes. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivo, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio que parece um exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre (Nora, 1993, p. 21-22).

Dessa forma, na visão de Nora (1993), os lugares de memória são considerados como espaços que carregam as experiências de vida dos sujeitos, de cunho intencional, ressignificados constantemente; ainda não ligados às narrativas oficiais, ou tutelados pelo Estado. Ou melhor dizendo, estes lugares que detêm uma carga afetiva de pertencimento são materializados em diversas formas, com sentidos específicos a cada realidade, e localização no espaço-tempo, cujas características perpassam à natureza material, simbólica e funcional.

É claro, além de repercutirem uma dimensão pedagógica e eficácia, pois os lugares de memória fazem lembrar e, simultaneamente, vencer o esquecimento. Como é o caso maranhense, do Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão, condicionado à patrimônio cultural material, tanto pensado no ensino escolar, quanto um objeto de estudo para a História Local, em termos de constituir processos formativos de aprendizagens, saberes e consciências históricas, possibilitadas por intervenções através da Educação Patrimonial para as comunidades do entorno do sítio abordado.

São João do Sóter e seu sítio: um lugar de memórias no sertão arqueológico

Em termos geográficos, o município de São João do Sóter, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), fora criado pela lei nº 6.157, de 10 de novembro de 1994, e está localizado a leste do estado do Maranhão, na microrregião de Caxias, próximo à bacia hidrográfica do Rio Itapecuru, na chamada região da Mata dos Cocais. Sendo esta designação, Mata dos Cocais, oriunda da predominância vegetativa de babaçuais e carnaubais que integram um espaço transicional entre os biomas Cerrado e Floresta Amazônica, posto que o leste maranhense está circunscrito territorialmente no Meio-Norte (sub-região do Nordeste do Brasil), que ocupa os estados do Maranhão e do Piauí (Feitosa; Trovão, 2006).

Figura 1 - Localização geográfica de São João do Sóter, Maranhão.



Fonte: IBGE (2010).

Visto que, em relação à localização territorial de São João do Sóter (IBGE, 2010), como se percebe na imagem acima (Figura 1), este município limita-se ao norte e leste, com Caxias; a oeste, com Codó e Gonçalves Dias; e ao sul, com Senador Alexandre Costa. Desse modo, reitera-se que conforme as estimativas do último censo demográfico (IBGE, 2010), São João do Sóter possuía cerca de 1.438,067 Km² de extensão territorial, composta por uma população equivalente a 17. 238 habitantes, o que representa uma densidade demográfica de 11,99 hab./km².

Somado a isso, historicamente, este município específico originou-se da posse desordenada de terras, junto aos fluxos migratórios de outras regiões, a exemplo, do Ceará. Pois de fato, segundo Silva (2015), politicamente, a história de São João do Sóter, corresponde à ascensão, hegemonia, e declínio da família Campos Mendes, desde 1915, com a presença do latifundiário Mariano Campos, que rapidamente edificou seu patrimônio naquele lugarejo, tornando-se o proprietário do antigo povoado, conhecido como São João dos Poleiros,

na época, vinculado territorialmente à cidade de Caxias (antes de seu desmembramento e, elevação à categoria de município em 1994). No entanto, cabe ressaltar que, a nomeação do município constituído fora uma homenagem ao seu ex-proprietário, o Sr. Sóter Mendes (genro de Mariano Campos), uma espécie de coronel que desenvolveu a antiga localidade rural.

Figura 2 – Lajeiro do Escrivão (rocha arenítica), em São João do Sóter/MA.



Fonte: Barbosa (2018).

Nesse sentido, recentemente vêm sendo desenvolvidas novas pesquisas e estudos sobre o patrimônio arqueológico da região da Mata dos Cocais, precisamente, no município interiorano de São João do Sóter. Sobretudo, no que tange à existência de um determinado sítio no sertão arqueológico do estado, isto é, o Lajeiro do Escrivão – visualizado na ilustração acima (Figura 2), sendo um bem patrimonial arqueológico reconhecido oficialmente, até o momento, somente pelo Poder Público do município de São João do Sóter e, informalmente, pelos sujeitos residentes em seu entorno, ou melhor, as comunidades rurais adjacentes. Com isso, cabe esclarecer que o Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão se localiza no povoado Redondo, zona rural de São João do Sóter, com uma distância de 2 km de sua sede urbana (Sabá, 2013; Barbosa, 2018). Logo abaixo visualiza-se melhor algumas ocorrências de manchas de gravuras na formação rochosa/arenítica que compõe o sítio (Figura 3).

Figura 3 - Inscrições rupestres gravadas no lajeiro.



Fonte: Sabá (2013).

A partir disso, uma das poucas referências de evidências de grafismos rupestres nas proximidades da bacia hidrográfica do Itapecuru, trata-se da visita científica realizada em 1998, pelos arqueólogos Deusdedit Carneiro Leite Filho e Eliane Gaspar Leite ao sítio, na época, nomeado pioneiramente como um lajeado e, descrito como um “abrigo de 30 metros de comprimento por 3 m de altura, com ocorrência de manchas de gravuras com motivos geométricos e antropomorfos” (Leite Filho; Leite, 1998, p. 6).

Após essa descrição pertinente, atualmente, Costa (2020), alega que o Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão, encontra-se dentro de uma área de proteção ambiental, com cerca de 27 hectares de extensão, caracterizada pela alta diversidade de fauna e flora local. O que consiste em uma das excepcionalidades arqueológicas do sertão maranhense, ou seja, o registro pré-histórico, seja de fatos ou mitos (ainda não decifrados), representados nos paredões rochosos do lajeiro, mediante as inscrições humanas que remetem escrituras em painéis, sendo uma possível sugestão da toponímia “Lajeiro do Escrivão”.

Figura 4 – Traços na horizontal e vertical nos petróglifos do lajeiro.



Fonte: Sabá (2013).

Dito isso, com base em Barbosa (2018) e Costa (2020), ao se tentar potencializar este patrimônio arqueológico, faz-se necessário afirmar que o sítio retratado é formado exclusivamente por um paredão sedimentar, ou seja, um lajeado arenítico com abrigo junto à composição e percepção em seu conjunto, de algumas técnicas de marcações nos petróglifos (gravuras rupestres), seja pela técnica do abrasão ou da incisão. Exemplificadas na imagem acima (Figura 4).

A proposta da Educação Patrimonial: (re)pensando o ensino de História Local para as comunidades do entorno do sítio

O Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão pode ser visto como uma demonstração da cultura material, simbólica, identitária, ecoturística e pré-histórica, sendo propícia para uma proposta de intervenção *in loco*, a exemplo da Educação Patrimonial, seja no espaço rural entorno do sítio para as comunidades locais, ou seja no espaço escolar para alunos e professores da educação básica.

Sendo este sítio concebido como um lugar de memórias (Nora, 1993), carente de uma educabilidade coletiva que promova políticas públicas de preservação dele, junto à um processo gradual de se tentar provocar, oportunizar e efetivar uma formação e aprendizagem histórica a toda sociedade, ou aqueles interessados no campo do Patrimônio Cultural e no Ensino de História, numa escala local e/ou regional.

Dessa maneira, para Rüsen (2007), as chamadas competências da consciência histórica são necessárias para resolver problemas práticos de orientação com o auxílio do saber histórico. Ao mesmo tempo, em que a consciência histórica antecede a formação – esta última, tratada como um processo dinâmico, compensatório, complementar, relacionado ao nível cognitivo da utilização do saber, a fim de se fomentar que as pessoas sejam capazes de construir um sentido histórico, conforme seus contextos de origem e pertença. Ademais, se o quesito aprender:

[...] for entendido, fundamental e genericamente, como processo no qual as experiências e as competências são refletidas interpretativamente, esse conceito de aprendizado diz respeito ao que se discute aqui: a contribuição da ciência histórica para o desenvolvimento daquelas competências que são necessárias para resolver problemas práticos de orientação com o auxílio do saber histórico (Rüsen, 2007, p. 94).

Acerca disso, na perspectiva de Rüsen (2007), a formação histórica corresponde a uma capacidade de aprendizado especialmente desenvolvida, e que precisa ser aprendida constantemente, a fim de se processar uma constituição de sentido na consciência histórica. Enquanto que, o saber histórico equivale a um produto da experiência e da interpretação, e não um mero conteúdo pronto a ser decorado, sem sentido ou significado à sua operacionalização. Sendo esta operacionalização do saber histórico imbuída por uma consciência prévia, por parte do sujeito, que desenvolve seu processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a relação interdisciplinar entre a História e a Arqueologia possibilita ao patrimônio arqueológico, como bem cultural material, seu estudo e inserção no ensino de história, através do uso adequado e tratamento dado às

fontes arqueológicas em sala de aula, intermediado pela Educação Patrimonial, como uma metodologia de valorização, preservação e promoção do saber histórico, artístico-cultural e ecoturístico.

De modo esclarecedor, a Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 5).

Nesse caso, a Educação Patrimonial dispõe aos seus participantes, tanto uma promoção cultural, quanto uma formação adequada, a fim de levá-los a experienciarem práticas sistemáticas, do ponto de vista didático-pedagógico, pois tais ações dialógicas e, de caráter transversal “[...] partem não de um patrimônio dado, fetichizado, que deve ser aceito e contemplado passivamente. Ao contrário, abre a possibilidade de construção coletiva do que é considerado patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação [...]” (Tolentino, 2019, p. 146).

Logo, para Tolentino (2019), essa construção coletiva deve considerar os conflitos que possam emergirem entre os seus sujeitos envolvidos, oriundos de consensos e dissensos, pois estes mesmos indivíduos são os mesmo tempo, agentes e detentores de suas referências culturais ao longo dessas práticas educativas, que numa perspectiva decolonial implicará na reflexão crítica daquilo que é definido como patrimônio cultural na contemporaneidade. Associado, por sua vez, a História Local que:

É a narrativa histórica que toma o lugar como objeto e referência do conhecimento. O adjetivo local é relativo à circunscrição de um lugar que pode ser associado a diversas configurações. Assim, é possível estabelecer o local tanto como um lugar político-administrativo (município, bairro, distrito) quanto uma aldeia indígena ou até mesmo uma instituição (escola, hospital, fábrica). Nesse sentido, o local é mais que o recorte de uma

unidade. Ele é um lugar de sociabilidade onde o conjunto de experiências dos sujeitos individuais e coletivos se desenvolvem em relação de complementaridade, favorecendo o diálogo entre o passado, presente e futuro (Gonçalves, 2007, n/p).

Por essa questão, conforme a menção acima, entende-se que para Gonçalves (2007), o local é marcado por inúmeras leituras interpretativas, não distante do espaço-tempo, propriamente dito. Isso, por sua vez, implica nas várias possibilidades de trabalho com a História Local, como estratégia de aprendizagem, ao reconhecer como referências histórico-culturais, objetos ou vestígios do cotidiano pré-histórico dos mais distintos grupos humanos, cujas atividades e representações, além de fomentarem um leque de memórias, constituem um elo de identidade social. Percebida a identidade, na visão de Candau (2008), como elemento estruturante de uma memória forte, capaz de organizar sentido e, imposta a maioria dos membros de um determinado grupo social, sem desvinculá-lo de seu contexto de pertencimento.

Nessa lógica, os estudos sobre História Local fazem-se primordiais para se tentar buscar no recorte micro os indícios e relações da totalidade social, sem esquecer de suas particularidades humanas. Com isso, por exemplo, (re)pensar o ensino de história, na abordagem da História Local, não é uma tarefa fácil, por isso, tal relação deve subsidiar o desenvolvimento de inúmeras competências para a construção do saber histórico.

Agora, imagina compreender esta relação, a partir de achados ou evidências arqueológicas configuradas em fragmentos da cultura material, sejam pinturas, gravuras ou cerâmicas pré-históricas, por meio da educação patrimonial, como uma forma de ampliar o maior número de pessoas possíveis a serem contemplados com esse processo intervencionista.

Assim, significa na prática, transpor de maneira pedagógica estes vestígios do patrimônio arqueológico, a saber referencialmente, do Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão, para o espaço de ensino-aprendizagem em prol de explorá-los,

discuti-los e ressignificá-los. De modo concomitante, a propor um material instrucional para orientar as comunidades do entorno deste sítio, vistas como produtoras de saberes, memórias e narrativas, a estarem aptas para futuras formações ou capacitações referentes à patrimonialização arqueológica do sertão maranhense, que integra o município de São João do Sóter e seus adjacentes, tais como: Caxias, Codó, Gonçalves Dias etc. Tudo isso, compreendido como elementos de constituição de uma História Local e Regional, a partir de seus moradores rurais e de seus agentes escolares (pais, alunos, professores etc.).

Considerações Finais

Em suma, a abordagem da História Local no ensino escolar deverá ser um exercício diário dos alunos e professores da educação básica, tendo como apropriação, o uso adequado destes objetos ou vestígios arqueológicos, compreendidos como mecanismos de estratégia de aprendizagem e formação histórica, desdobrados do contexto sociocultural e patrimonial de determinada comunidade rural.

Por isso, até o momento, conclui-se que a Educação Patrimonial, como proposta de intervenção para a valorização do sítio em questão, leva aos seus mais diversos participantes ativos, a conhecerem suas próprias histórias, por meio do legado de seus antepassados, junto aos lugares de memória, simbólicos e funcionais para este conjunto de sujeitos que serão alfabetizados culturalmente no sertão arqueológico maranhense. Acima de tudo, a fim de tornar, ampliar e divulgar o Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão, como uma referência histórico-cultural e ecoturística a ser conhecida em toda a região da Mata dos Cocais.

Referências

- BARBOSA, Caio. Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão. **Blog sincotur-sjs**. São João do Sóter, fev. 2018. Disponível em: <<http://sincotur-sjs.blogspot.com/2018/02/sitio-arqueologico-lajeiro-do-escrivao.html>>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-joao-do-soter/panorama>>. 2017. Acesso em: 21 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos do país. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Patrimônio Arqueológico - MA**. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/548/>>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Buenos Aires: Ediciones Del Sol, 2008.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2014.
- CHUVA, Márcia. O que é patrimônio arqueológico? In: LEAL, Claudia Baeta; TEXEIRA, Luciano dos Santos; CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro/RJ: Fundação CECIERJ, vol.1, 2014.
- COSTA, Filipe Bezerra. **ECOTURISMO**: uma forma de empreender e divulgar um sítio ecológico, gerando renda local e na região, em uma Área de Proteção Ambiental, na cidade de São João do Sóter-MA. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HGfMtF-uD1I>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas Escolar do Maranhão**: Espaço Geo-histórico e Cultural. João Pessoa-PB: Editora Grafset, 2006.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: Lucia Lippi de Oliveira (Org). **Cidade**: história e desafios. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV- Editora, 2002, p. 108-123.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, A. M. F. C. et al. **Ensino de História**: Sujeitos, saberes e práticas – Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999.

LEITE FILHO, Deusdêtit; LEITE, Eliane Gaspar. (1998). **Grafismos Rupes-tres**. Boletim [da] Comissão Maranhense de Folclore. São Luís, v. 12, p. 5-7.

MEDEIROS, Mércia Carréra de. SURYA, Leandro. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PATRIOTA, Talles Bruno. Patrimônio e construção da memória coletiva: a importância da patrimonialização dos sítios arqueológicos de camalaú, paraíba. **Revista Paralelo 31**, Pelotas, v. 1, n. 5, p. 1-5, dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/article/download/12264/7714>>. Acesso em 03 nov. 2022.

RÜSEN, Jörn. Didática-funções do saber histórico. In: **História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora da UnB, 2007, p. 85-133.

SABÁ, Cláudio. Exclusivo: inscrições rupestres próximas a Caxias (Jornal dos Cocais). **Blog do Sabá**. Caxias, 26 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.blog-dosaba.com.br/2013/05/exclusivo-inscricoes-rupestres-proximas.html?m=1>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SILVA, Luzineide Régis da. **Capturando falas, (re)compondo memórias: o processo de emancipação política de São João do Sóter-MA entre as décadas de 1980 a 2000**. 66 f. (Monografia) – História, Universidade Estadual do Maranhão, Caxias, 2015.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Rer. CPC**, São Paulo, v. 14, n. 27 especial, p. 133-148, jan./jul. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/158560/155803>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CAPÍTULO 11

RAIMUNDO GUERRA, UM EDUCADOR PARELHENSE

Marecilda Bezerra de Araújo

Doi: 10.48209/978-65-84959-96-B

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo pesquisar a trajetória profissional do Professor e Diretor Raimundo Guerra, o qual contribuiu para a organização do Grupo Escolar Barão do Rio Branco em suas primeiras décadas de funcionamento. Formado pela Escola Normal em Natal no ano de 1924, foi nomeado pelo governador do Estado do Rio Grande do Norte em 1925 para o Grupo Escolar Joaquim Correia em Pias dos Ferros. Transferido para a povoação de Parelhas em 1926 para assumir a Escola Isolada masculina do GEBRB foi nomeado para também Diretor do referido Grupo sendo o primeiro diretor desta instituição. Muito contribuiu para formação de gerações tanto em Parelhas como em Caicó - RN. Assim, buscamos conhecer aspectos de sua história de vida e sua participação na educação Norte-Rio-Grandense, entre os anos de 1925 - 1951, destacando suas práticas como Diretor do GEBRB. Trajetória esta que deixa Raimundo Guerra como patrono de duas escolas: Escola Municipal Professor Raimundo Guerra em Caicó-RN, e Centro de Ensino Rural Professor Raimundo Guerra no município de Parelhas-RN criado pela Lei n. 952 de 10 de maio de 2000.

Diante destes fatos e a inexistência de escritos sobre o primeiro diretor do GEBRB que atuou por 25 anos na direção do Grupo, bem como o patrono de duas escolas, senti o desejo de investigar e conhecer a atuação deste educador que

tanto contribuiu para a educação de Parelhas-RN e consequentemente do Seridó. Então questiono: Quem foi Raimundo Guerra? Qual sua participação na educação de Parelhas-RN no início do Século XX?

Partindo destas inquietações, selecionei alguns espaços em que poderia encontrar as fontes necessárias a realização desta pesquisa. Visitei o arquivo da Escola Estadual Barão do Rio Branco, arquivo Público do Estado/RN, publicações na revista *Pedagogium*; jornal *A República*; Livros de presença; Atas de reuniões; e a Relação nominal dos professores diplomados pela Escola Normal de Natal (1910-1933). Além disso, realizei entrevista com ex-alunos.

Metodologia da pesquisa

A referida pesquisa está caracterizada dentro da abordagem metodológica da Nova História, com ênfase no método historiográfico. De acordo com Reis (2003), esse método concebe uma história com novos objetos, novos problemas do homem comum, mediante as fontes históricas, em colaboração com outras ciências sociais, como a psicologia, a antropologia, a sociologia e a geografia.

Nesse contexto, o método historiográfico é definido por Aróstegui (2006, p. 93) como o “método dos fatos sociais sempre em relação com seu comportamento temporal”, por isso, os fenômenos sociais não podem ser observados diretamente da realidade. Em suas peculiaridades, precisam recorrer dentro de uma temporalidade ao maior número de vestígios possíveis, capazes de tornar inteligível e explicável a exposição da História.

Para realização deste estudo foi consultado o Jornal *A República* no arquivo do Estado do Rio Grande do Norte. Arquivo do Grupo Escolar Barão do Rio Branco (1919 e 1920), Livros de atas da prefeitura Municipal de Parelhas e Jardim do Seridó, assim como de suas câmaras municipais. Livros de atas, de Honra, de ofícios, Nomeação de professores, ambos da Secretaria da Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Norte; Revista *Pedagogium*, fotografias e

entrevistas com ex-alunos do professor Raimundo Guerra que nos permitiram reconstituir e analisar as práticas educativas deste renomado professor.

Nesse contexto, as fontes permitem a compreensão do social em um determinado espaço-tempo, produzindo ou reelaborando conhecimento e criando novas formas de entender os fenômenos sociais. A historiografia se abre ao campo de novos objetos, problemas e abordagens a partir da nova história, especificamente com a escola dos Annales, que trouxe inovações temáticas, diálogo da história com outras disciplinas das ciências humanas e contribuições metodológicas em que o historiador é convidado a repensar os horizontes e as fontes para a pesquisa histórica.

A pesquisa revela que Raimundo Guerra conduziu o GEBRB com resultados positivos na aprendizagem, com aumento de rendimento, de satisfação dos alunos e professores e da participação da comunidade.

Raimundo Guerra: o educador

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se a confiança.
Todo mundo é feito de mudança na busca de qualidades”. (Camões)

Nasceu na Fazenda Boa Vista, no Município de Caraúbas do Apodi, no dia 12 de Maio de 1905. Era filho de Teófilo Olegário de Brito Guerra (sobrinho do Senador Guerra), alferes de cavalaria, extinto posto militar que hoje corresponde ao cargo de 2º Tenente. Teófilo se casou com uma sobrinha de nome Quitéria Gurgel de Oliveira, irmã de Cândido Gurgel de Oliveira, bisavô de Monsenhor Walfredo Gurgel. E dessa união nasceram sete filhos, dentre os quais Raimundo Guerra.

Figura 1: Raimundo Guerra



Fonte: Centro de Ensino Rural “Professor Raimundo Guerra”, Parelhas/RN

De acordo com Guerra (2016) em 1915 Néri de Brito Guerra envia uma carta ao seu irmão oferecendo hospedagem para um de seus filhos que quisesse estudar em Mossoró – RN. O Sr. Teófilo fez uma espécie de eleição entre os filhos, os quais indicaram Raimundo Guerra.

Em Mossoró Raimundo Guerra estudou na Escola 30 de Setembro, tendo o privilégio de ser educado pelo famoso Eliseu Viana¹. Em 1918 Felipe Guerra foi nomeado Desembargador em Natal e Raimundo o acompanhou. Na capital, matriculou-se na Escola 07 de Setembro, do Professor Anphilóquio Câmara, es-

¹ Eliseu Viana, sujeito e razão de ser da obra de Wanderley, era paraibano, contudo, se dizia mosso-roense de coração. Nasceu em 19 de abril de 1890 e faleceu em 1960, na cidade de Belo Horizonte/MG. Viveu em Mossoró entre os anos 1914-1928, era professor formado pela Escola Normal de Natal (1911) e advogado pela Faculdade de Direito do Ceará (1921). Foi o primeiro diretor da Escola Normal de Mossoró, onde exerceu, também, o cargo de professor das disciplinas, Português, Educação Cívica e Pedagogia e, algumas vezes, assumiu interinamente a cadeira de Francês. Fonte: SARMENTO. Maria Aurélia. Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017 ISSN 2236-1855

tudando de 1919 a 1920. Concluído o Curso Primário, prestou o exame de admissão no Atheneu, saindo com o Curso Normal² em 1924, ficando apto para o Magistério como consta registro de diplomação em anexo.

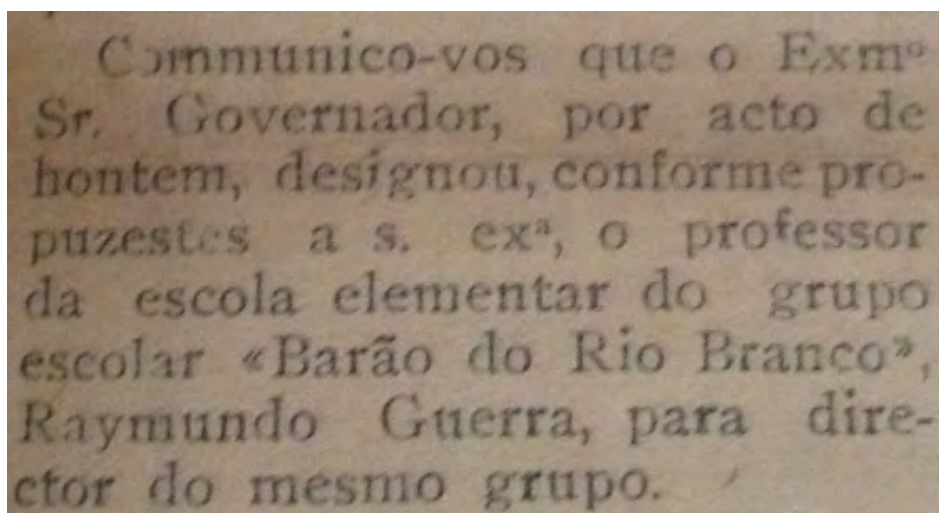
Raimundo Guerra foi nomeado em 1925 pelo governador do Estado norte-rio-grandense para ser diretor do Grupo Escolar Joaquim Correia fundado pelo decreto estadual de nº 234 de 10 de novembro de 1910 na então Vila de Pau dos Ferros. Os grupos escolares foram projetados para atender os ideais liberais da instrução pública, com o ensino laico, gratuito e universal, “que fossem capazes de superar as práticas formadoras do sujeito impregnadas pelo espaço doméstico e religioso, características próprias do regime imperial” (Souza, 2019, p. 23).

Através de sua boa relação com o Diretor da Instrução Pública e Governador do Estado, pediu sua remoção para outro grupo escolar. Transferido para a vila de Parelhas para ser professor da Escola Isolada Masculina, assume também a direção do GEBRB e o compromisso com toda sociedade da vila de Parelhas – RN. As reuniões mais importantes da vila com os membros que faziam parte do Conselho da Intendência de Jardim do Seridó – RN³ aconteciam no salão nobre do referido Grupo com a presença do Diretor Raimundo Guerra. Pelas atas é possível perceber que decisões importantes para o desenvolvimento da povoação nos aspectos políticos, econômicos, culturais eram tomadas na sua presença. Assim, fortalecia laços e alianças com pessoas influentes na política local e regional.

2 No Rio Grande do Norte, a primeira Escola Normal de Instrução Primária foi criada pela lei nº 671, de 5 de agosto de 1873, por ordem do Presidente João Capistrano Bandeira de Melo Filho

3 Parelhas era Distrito de Jardim do Seridó até 1926.

Figura 2 - Nomeação de Raimundo Guerra



Fonte: Jornal A República, 27 de abril de 1926

Como diretor do referido Grupo ampliou suas relações com toda comunidade parelhense. Participou da fundação do Tiro de Guerra 133 em 14 de novembro de 1926, sendo eleito secretário. Foi nomeado secretário da Caixa Rural e incentivou a fundação da Cooperativa Agropecuária de Parelhas, da qual foi membro da Diretoria. Em 1929 foi membro da comissão⁴ urbana e central contra o analfabetismo no mandato de Florêncio Luciano.

Desse modo percebemos que as práticas escolares no município de Parelhas estão imbrincadas na organização didático-pedagógica e administrativa do GEBRB, do Plano de Propaganda conta o Analfabetismo, quanto a organização das turmas, aulas ministradas pelos professoras das escolas isoladas masculinas e femininas seguindo as normatizações dos Regimentos Escolares (1914, 1925), os quais materializavam as disciplinas a serem lecionadas com seu conjunto de conteúdo, atuação dos professores, porteiros diretor, dias letivos, Por isso a definição de cultura escolar proposta por Frago (1995) parte da compreensão da “cultura escolar enquanto um conjunto de aspectos institucionalizado que caracterizam a escola como organização” (p.68).

⁴ Raymundo Guerra, Laurentino Bezerra Neto, José Araújo Filho, Antônio Pereira de Macedo, Francisca Luciano, Sebastiana Damasceno. Fonte:

Figura 3 - Equipe de Professores Municipais



Fonte: Arquivo particular do Senhor Tertuliano Pereira. Da esquerda para a direita, em pé; Semião Oliveira, Irene Pinheiro, Civa de Cirilo Santos, Waldemira Macêdo, Izabel, Sebastiana e Florêncio Hilariano. Sentados; João Manuel, Felipe Bittencourt, Florêncio Luciano, Raimundo Guerra e Pequenito.

De acordo Farias (2021, p. 85) “com estes homens e mulheres restou cumprir à construção de uma nação moderna e civilizada que deveria ser pensada não só pelas instituições governamentais como também pelo próprio povo, responsável pela continuidade deste processo”.

Raimundo Guerra casou -se com a parelhense Dona Gertrudes Pereira⁵ em 28 de fevereiro de 1935 e desse matrimônio nasceram três filhas: a renomada médica Maria Inez, residindo e prestando serviços desde longas datas em Caicó; a poetisa Maria José, também residente em Caicó e Maria Salete residente em Natal.

Em 1950 foi candidato pela UDN⁶ sendo o mais atuante da casa sem pensar

⁵ Neta do Coronel Antônio Elisiário. Filha de Custódio Pereira

⁶ A União Democrática Nacional (UDN) foi um movimento que teve seu início na época do Estado Novo (1937 – 1945), tendo contribuído de forma efetiva para o fim desse regime. A UDN também teve atuação destacada no governo de Getúlio Vargas entre os anos de 1950-1954, ao fazer uma contundente oposição. Além do anti-getulismo, foram características marcantes da UDN a defesa do liberalismo e intervencionismo. Fonte: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/uniao-democratica-nacional-udn/>

em conveniência própria com inúmeras proposições e requerimentos. No entanto, não conseguiu sua reeleição para o pleito de 1953.

Para Guerra (2016) Raimundo Guerra chegou para residir em Caicó em 1953, projetou-se no cenário da educação com apoio de três grandes nomes: Dr. José Augusto, Monsenhor Walfredo e o Cônego José Celestino Galvão. O Grupo Escolar Senador Guerra e o Colégio Diocesano foram os palcos de grande atuação do Professor Guerra. Em Caicó ele passou a ser tratado por “Guerrinha”. “Sua matéria predileta era Geografia e sempre de paletó branco, comparecia aos Estabelecimentos de Ensino, lecionando a Geografia de Hilton Sette”. Ao todo, foram 50 anos de sua vida dedicada à causa do ensino. Mesmo no ocaso da vida, ainda dava algumas aulas particulares em sua residência. Fora da sala de aula, Guerrinha dedicava parte de seu tempo à Igreja (2016, p. 176).

As práticas pedagógicas do professor e diretor Raimundo Guerra no Grupo Escolar Barão do Rio Branco

Para entender o (re)inventar que envolveu o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, foi preciso compreender que o cotidiano desse Grupo se fez junto à história política, econômica, social e cultural defendida por intelectuais e administradores do período republicano, influenciando os processos de mudanças e reformas educacionais. Vale ressaltar que as reformas de ensino empreendidas no final do século XIX para o século XX ocorreram a partir da estrutura física de prédios próprios e adequados, das práticas higienistas e pedagógicas, de métodos de ensino, da formação de professores e da criação, ampliação e efetivação de uma legislação educacional.

A atenção para as práticas instiga questionamentos apresentados por Chervel (1998) quanto à especificidade de uma cultura produzida pela própria escola quando esta se apropria do conjunto de normas e regulamentos emanados pela entidade mantenedora, reelaborando-os conforme seus interesses e

cultura interna. O referido autor destaca que tanto a sociedade como a escola selecionam elementos dos conteúdos a serem ensinados diante da transposição dos saberes curriculares para os saberes sociais, questionando a originalidade da cultura escolar.

De acordo com Saviani (2013), as diferentes ações efetivadas no cotidiano da escola vão ao encontro das concepções de educação implementadas em cada época e sociedade. Estas, segundo o referido autor, podem ser agrupadas em duas grandes tendências: a primeira foi dominante até o final do século XIX, com a divulgação do método de ensino mútuo que se tornou oficial no Brasil com a aprovação da lei das escolas de primeiras letras, de 15 de outubro de 1827. Esse método se baseava no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas. Esses alunos tinham papel central na efetivação desse método pedagógico, assumindo a posição de monitores investidos de função docente. O método supunha regras predeterminadas, rigorosa disciplina e distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos dispostos num salão único e bem amplo, enquanto o mestre, da extremidade da sala, sentado numa cadeira alta, supervisionava toda a escola, especificamente os monitores, estimulando a competição como princípio ativo do funcionamento da escola.

O GEBRB foi criado em 13 de janeiro de 1919, através do Decreto-Lei nº 87, sendo a primeira instituição de ensino público na zona urbana de Parelhas-RN, criada pela Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Norte, na administração do Dr. Joaquim Ferreira Chaves que autorizou seu reconhecimento e funcionamento.

Desse modo, o Professor Raimundo Guerra chegou à Parelhas em 1926 para ser professor do GEBRB da escola isolada masculina e ao mesmo tempo ser do Diretor do Grupo pois o mesmo passava a ter a quantidade de turmas e alunos suficiente para a existência de um diretor. O registro fotográfico expressa também o crescimento do Grupo Escolar com três cadeiras isoladas uma masculina com o professor Raimundo Guerra que também assumia a função de diretor do Grupo,

uma feminina com a professora Maria Fernandes e a terceira a sala mista com a professora Carmem Fernandes. A turma masculina ao lado do professor e diretor do Grupo Raimundo Guerra usavam uniformes de escoteiros, estes pertencem ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco vinculado a Associação dos Escoteiros do Alecrim em Natal.

Figura 4 - Escola Isolada Masculina e feminina, turma mista do GEBRB, 1926



Fonte: Tertuliano Pereira.

Ao centro da fotografia as professoras Maria Fernandez e Carmem Fernandez, acima o professor e Diretor Raimundo Guerra ao lado de sua turma masculina e de escoteiros. Além dos aspectos administrativos o diretor tinha a função de ajudar as professoras a desenvolver com eficiência suas atividades do magistério, planejando, e informando sobre as inovações pedagógicas. Essa ideia aponta para o entendimento da cultura como um conjunto de práticas que confere aos indivíduos, lugares e grupos construir suas próprias identidades como também da instituição a que pertencem.

De acordo com Cruz (2018) o diretor do grupo era o representante da Diretoria nos relacionamentos com outros órgãos, instituições da localidade e com a sociedade local. Este aspecto é observado nos livros de atas das prefeituras municipais de Parelhas e Jardim do Seridó quanto a presença e assinatura de

Raimundo Guerra em reuniões que envolviam diferentes aspectos da povoação como: Construção de estradas, construção de açudes, barragens, auxílio das secas, aquisição de um novo cemitério, melhorias e ampliação do mercado público, aberturas de ruas, processos de eleição dos membros do conselho distrital. Estas reuniões também aconteciam no salão nobre do GEBRB.

O salão do Grupo escolar também era um espaço para as festas dançantes que aconteciam na vila de Parelhas como ostra a fotografia abaixo. Esta era uma atividade de interação do diretor com membros da comunidade que tinha acesso a este espaço. Fora dos bancos escolares, porém dentro Grupo as pessoas se encontravam para dançar, conhecer e ampliar as relações de amizade.

A pesquisa revela que os desafios encontrados no percurso da direção do GEBRB foram inúmeros. Tratava-se de um Grupo recém-construído em uma vila distante da Capital do Estado no início do século XX. O deslocamento para os professores visto que a maioria eram naturais da própria capital ou de cidades circunvizinhas, a falta de estradas carroçáveis, dificuldades de acesso aos materiais pedagógicos e escolares justamente pela distância geográfica, a burocracia excessiva para funcionamento do Grupo entre outras situações do cotidiano da instituição e da própria comunidade em crescimento.

Como atribuições do diretor o Regimento de 1925 destaca: inspecionar o funcionamento do grupo; impor aos funcionários e alunos as penalidades estabelecidas no regimento; apresentar ao Diretor geral do Departamento de Educação o movimento de matrícula, frequência, promoções, exames, visitas festas, passeios. Requisitar o fornecimento do material e do expediente. Proceder as matrículas, classificação e eliminação dos alunos. Submeter a exames os alunos de cada classe. Velar pela observância dos programas e horários das classes dos grupos (RN, REGIMENTO INTERNO DOS GRUPOS ESCOLARES, 1925, p. 34)

Nessa perspectiva, compreendemos que, através das práticas, a atividade humana transforma a realidade de maneira consciente ou não, mas orientada por um trabalho e uma teoria. Para Saviani (2013, p. 11), “o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação.

Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional”. Sendo assim, a intencionalidade dos diferentes sujeitos e seus feitos desenvolvidos no interior da escola provocam relações harmoniosas ou conflitantes entre a obediência às normas estabelecidas e os dispositivos pedagógicos instituídos e efetivados no cotidiano escolar.

A pequena cidade de Parelhas foi crescendo e a necessidade de ampliar a escolarização de sua população. Durante o governo de Florêncio Luciano muitas iniciativas foram fundamentais para o desenvolvimento intelectual dos parelheneses. A construção do novo e atual prédio do Barão do Rio Branco, o Plano de Propaganda contra o analfabetismo, ampliação das Isoladas nos bairros da cidade, contratação de professores para escolas rudimentares.

Em 19 de abril de 1940 acontece a inauguração do segundo prédio para funcionamento do Grupo escolar Barão do Rio Branco. Amplas salas, biblioteca, espaços abertos para exercícios físicos, banheiros para meninos e meninas, sala de diretoria e secretaria, como também espaço para possíveis construção de outras salas se necessário. O diretor do Grupo Raimundo Guerra acompanhou todo esse processo de crescimento e mudança da instituição, zelando pelo desempenho das atividades pedagógicas e crescimento intelectual dos escolares.

Figura 4 - Escola Isolada Masculina e feminina, turma mista do GEBRB, 1926



Fonte: Acervo Tertuliano Pereira

Ao centro o Diretor Raimundo Guerra Encontramos na fala de ex-alunas que estudavam no GEBRB depoimentos de práticas do Diretor Raimundo Guerra:

Fui aluna quando Raimundo Guerra era diretor. Comecei a estudar no último ano em que ele foi diretor. Era homem sério, mas conversava com todos os alunos. Prezava pelos bons costumes e princípios patrióticos. Sempre estava de terno, preferencialmente branco. Cantávamos o hino Nacional todos os dias, tínhamos aulas passeios para os sítios e estudávamos conteúdos de geografia e ciências. O Grupo estava sempre limpo. (Dantas, Ex- aluna do GEBRB, 1952).

A memória sobre as trajetórias destas ações nos permite vislumbrar as práticas pedagógicas e sociais constituídas por este profissional que deixa seu legado para toda sociedade parelhense. Nas palavras de Maria Gomes, ex-aluna do professor Raimundo encontramos o registro de notas assinado pelo referido diretor. “Raimundo Guerra era um homem sério, muito rígido, tinha muitas ideias para a educação daqui de Parelhas. Se preocupava com os alunos que não sabiam ler e buscava alunos para o Grupo. Eu mesma, ele foi na casa de meu pai pedir para eu estudar e levou uma cartilha para fazer um teste comigo”. Foi assim que entrei para estudar no Grupo Barão do Rio Branco.

A preocupação com a formação de um novo sujeito incutia valores, hábitos, crenças, costumes civilizadores, princípios higienistas com a intenção de propagar o desenvolvimento social, econômico. Gondra (2004) ressalta que a escola naquele momento de transição deveria servir para criar um sujeito higienizado por intermédio da organização escolar. Portanto, os pensamentos sobre a higiene já se firmavam dentro da possibilidade de utilizar a escola como espaço de agente higienizador e, assim, inovar a escola nas questões educacionais.

De acordo com Frago (2000) pensar os indivíduos e suas práticas são fundamentais para o entendimento da cultura escolar seja por seus discursos, formas de comunicação, linguagens, presentes tanto na institucionalização e organização como no cotidiano escolar. Estes aspectos se tornam elementos estruturantes e determinantes nos processos administrativos, pedagógicos e financeiros que envolve toda a vida escolar, desde de seu projeto de criação à sua efetivação.

Considerações Finais

Raimundo Guerra como intelectual desde o início de sua docência, assumindo com dedicação e determinação a direção de um Grupo Escolar legitimou a escola pública e estabeleceu relações sociais com toda sociedade parelhense. O diálogo com as fontes destaca a amplitude das relações profissionais, sociais e políticas que o Diretor tinha com os professores, alunos, comunidade e órgãos competentes do Estado do Rio Grande do Norte.

Sua atuação por 27 anos consecutivos na direção de uma instituição que a cada ano crescia mostra seu compromisso diante de suas funções. Os relatórios mostram a satisfação dos Diretores e Inspetores da Instrução Pública quanto aos princípios de higiene do Grupo e dos escolares e a disciplina envolvendo professores e alunos, as aulas e festividades cívicas desenvolvidas pela instituição.

As características aqui apresentadas definem o perfil de liderança de Raimundo Guerra aperfeiçoadas diariamente, nas práticas que foram efetivadas e nas dificuldades superadas. Transformou e modificou com suas ações na formação de cidadãos com valores, respeito e crescimento intelectual. Como líder esteve disposto a encorajar e motivar todos na direção dos objetivos propostos, nortear o trabalho e as prioridades da Grupo. Apresentando uma postura positiva em sua profissionalização, o diretor colaborou sem receio das mudanças, desafios e proposta da instrução pública. O gestor, dessa maneira favoreceu a busca da satisfação pessoal pelo profissional que ali atuou.

Mesmo com dificuldades para encontrar as fontes procuramos reconstituir as práticas do Diretor Raimundo Guerra a frente do Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Apesar de não termos conseguido maiores informações que pudessem fazer com que nossa escrita tivesse uma riqueza de detalhes, atingimos o objetivo de apresentar a vida profissional de Raimundo Guerra aos interessados pela história da educação, em especial a do município de Parelhas/RN, possibilitando a eles o primeiro contato com uma publicação científica sobre o educador.

Fontes

Arquivo do Estado do Rio Grande do Norte
Jornal A República

Revista
Pedagogium 1919 a 1926

Referências

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução, Andréa Dore. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da. **Da suntuosidade à funcionalidade: Grupo escolar Barão de Mipibu (1909-1971)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Pós-Graduação em Educação. Natal, RN, 2018.

GUERRA, Adauto. **Legado Literário do Professor Adauto Guerra**. Caicó/RN. 2019.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: Medicina, higiene e educação na corte imperial**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2004.

FARIAS, Laisa, Fernanda Santos. **O Plano de Propaganda contra Analfabetismo em Parelhas/RN (1928-1930)**. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3ª ed., Campinas: Unicamp, 2013.

REIS, José Carlos. **História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOUZA, Rosa de Fátima de. **Templos de civilização:** a implantação da escola graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica:** primeiras aproximações. 11^aed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

Anexo

Recepi de Diploma de
Professor Raymond
Quinn

Estado do Rio Grande do Norte. Departamento de
Educação. Escola Normal de Natal. O Diretor
da Escola Normal de Natal faz saber que, em vi-
ta das approvações obtidas nas matriculas de en-
ta natural por: Raimundo Xavier, filho de An-
thônio Gregório de Brito Xavier, nascido a 12 de
abril de 1905, em Salão (Rio Grande do Norte),
que comparece, aqui, unido da lei o Diploma
de Professor Primario no Rio Grande do Norte,
com os direitos e prerogativas a elle inheren-
tes. Natal, 30 de Novembro de 1924. O Secre-
tario Theodoro Lourenço Raposo da Câmara. O Pro-
fessor Raimundo Xavier. O Secretario (a) José
Paulino de Castro Barros. (Barros). Officio de
que se normal de anno 250, 1.º anno 297, 3.º anno
914 e anno 211. O Estado de aptidão pedagógica
de 144. O Secretario José Paulino de Castro Barros.
Recebeu a grã do professor primario no dia
30 de Novembro de 1924. O Secretario José Paulino
Barros de Castro Barros. Lago de Salão das Aldeias
(Salão). Cont. 2.º de Dezembro de 1924. O Con-
tador Theophilo de Barros. Off. 464. O
Estado. Lago de Salão das Aldeias de Salão das Aldeias.
Estado. Lago de Salão das Aldeias de 1924. Off. de Salão
das Aldeias, Lago de Salão das Aldeias. O Estado das Aldeias
nada. Apresenta o habilitamento de habilita-
ção no Estado. Estado. O Estado das Aldeias.
Estado das Aldeias de 1924. O Estado das Aldeias.
Estado das Aldeias de 1924. O Estado das Aldeias.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Anderson Dantas da Silva Brito

Universidade Federal do Oeste – UFOB, docente do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Christian Fausto Moraes dos Santos

UEM-Universidade Estadual de Maringá, Pós-Doutor, professor de História do Brasil e coordenador do Laboratório de História das Ciências-LHC, com bolsa de produtividade no CNPq.

Gessica de Brito Bueno

UEM – Universidade Estadual de Maringá, graduanda no penúltimo semestre do curso de História-UEM e Pós-graduanda em História na linha História, cultura e narrativa pela UEM, bolsista PIBIC, CNPq.

Jakson dos Santos Ribeiro

Doutor em História Social da Amazônia (UFPA); Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA) – Mestrado e Doutorado Profissional; Professor Adjunto II do Departamento de História e Geografia da UEMA/Campus Caxias, com lotação no Curso de Graduação em História/Licenciatura (UEMA/Campus Caxias). E-mail: noskcajzaionnel@gmail.com.

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí-UESPI. Docente do Programa de Pós- Graduação em Ensino de História- ProfHistória. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí- UFPI.

E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br.

Juciene Batista Félix Andrade

Doutora em História. Docente do Departamento de História (DHC/UFRN-CERES).

Karollainy Kennya Dias de Medeiros

Graduada em História (Licenciatura), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES). Mestranda em História dos Sertões (PPGHC-UFRN).

Marecilda Bezerra de Araújo

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/UFRN).

Maykon Albuquerque Lacerda

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA), na linha de pesquisa: memórias e saberes históricos; Bolsista de Mestrado, financiado pelo Programa de Bolsa de Mestrado e Doutorado da UEMA.

E-mail: maykonalbuquerquelacerda@gmail.com.

Moizés Saboia da Silva

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas – PPGH/UFAL.

Rakell Milena Osório Silva

Graduanda do 7º Período em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Bolsista CNPq 2021-2022, membra do Núcleo de Estudos em Estado, Poder e Política- NEEPP e do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana). E-mail: rakellosorio@gmail.com.

Rayane Catiuce Vilastro Alves

Universidade Federal do Oeste – UFOB, graduanda do Curso de Licenciatura em História. Bolsista PIBIC-CNPq 2021/2022.

Stéfany Tâmara Martins Queiroz

Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP.

Thaise de Santana Lopes

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação. Orientador Walter Pinheiro Barbosa Júnior. Centro de Educação. Natal, RN, 2022.

Thiago Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestrando em História no Programa de Mestrado Acadêmico em História, Culturas e Espacialidades - PPGHCE, com financiamento de bolsa CAPES.

Walter Pinheiro Barbosa Junior

Chefe de Departamento - Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Líder do Grupo de Pesquisa Sertania e Educação.

Wesley Leon Nunes de Oliveira

Estudante do 7º Período do Curso de Licenciatura Plena em História, Campus Clóvis Moura.

E-mail: wesleyoliveira@aluno.uespi.br.

ÍNDICE REMISSIVO

Asilo de Mendicidade	10 23 28 29 32 33
Caicó (RN)	6
Colônia Orfanológica Christina	10 23 31
Comissão do Vale do São Francisco (CVSF)	11 51 52 53 55 60 61 62 64 65 66 67 69
Currículos	11 17 83 84 91
Educação patrimonial	12 136 138 139 143 145 146 147 149
Educandário Nordestino Adventista (ENA)	127
Erário mineral	10 36 38 40 47 48 49
Escola Monsenhor Manuel Vieira	11 12 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 106
Grupo de Pesquisa Sertania e Educação	12 109 114 115 116 117 119 120 121 169
Grupo Escolar Barão do Rio Branco	13 150 151 157 159 161 163
Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD)	12 122
Instituto Nacional de Alimentação (INAN)	17
Instituto Rural Adventista do Nordeste (IRAN)	127
Licenciatura	11 83 84 85 92 94 109
Menstruação	10 36 37 38 39 41 43 47 49 50
Minas Gerais	10 36 38 48 53 55 59 60 64 66 68 69 88 89
Movimento de Educação de Base (MEB)	10 14 15 16 17 21
Parelhas (RN)	13 150 151 153 154 155 158 159 160 161 162 163
Patos (PB)	11 12 94 95 96 97 98 99 100 102 103 106 107 108

Patrimônio Cultural	12 99 100 106 139 144 145 148 149
Piauí	11 70 72 74 76 77 78 80 81 82 139
Programa aprenda em sua casa	10 15 16 17 21
Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN)	17
Província do Ceará	24 25 26 34
Rádio Rural	18 19 20 21 22
Raimundo Guerra	13 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163
Rede de Educação Adventista	122
Revista Adventista	12 122 124 125 126 132 133 134
São Francisco (MG)	11 38 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 90 92
São João do Sóter (MA)	12 135 139 140 141 147 148 149
Saúde pública	11 52 65 70 71 72 73 74 75 76 77 78 80 81 82
Seca	10 23 25 26 27 28 29 30 31 32 34 35 43 64 65 71 74 81 110 118 160
Seridó	6 10 12 15 16 22 109 111 112 130 151 154 159
Sertanejo	16 24 26 27 28 55 86 87 110 112 113 114 118 135
Sertão	10 11 12 24 38 84 85 86 87 88 89 90 91 94 107 109 110 111 112 114 115 119 120 121 131 135 136 138 139 141 142 146 147
Sítio Lajeiro do Escrivão	12 135
Sítios arqueológicos	111 135 136 138 149
Subposto de David Caldas	11 70 78 79 81
Universidades públicas	83 84 85

DISCUTINDO OS SERTÕES

Ciência, Educação e Saúde

www.terried.com
contato@terried.com
(55) 99656-1914



Coleção Discutindo os Sertões
Organizadores: Antonio Oliveira e Helder Macedo